OILIAM JOSÉ

MARLIÈRE
O CIVILIZADOR

ESBÔÇO BIOGRÁFICO

EDITÔRA ITATIAIA LIMITADA

MARLIÈRE, O CIVILIZADOR

OILIAM JOSÉ

DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS E DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE JUIZ DE FORA

MARLIÈRE, O CIVILIZADOR

ESBÔÇO BIOGRÁFICO



EDITÔRA ITATIAIA LIMITADA
BELO HORIZONTE
1958

Ao

Governador José Francisco Bias Fortes

e ao

Dr. Celso Porfirio de Araujo Machado,

homenagem de profundo
reconhecimento do

Autor

Obras do Autor:

1 — "VISCONDE DO RIO BRANCO — Notas para sua História", Oficinas Gráficas da Papelaria Império, Visconde do Rio Branco. 1952. 336 páginas.

2 — "FATOS E FIGURAS DE VISCONDE DO RIO BRANCO", Tipg. Diocesana São José, Leopoldina, 1956, 280 páginas.

Em preparo:

1 — "ANTIGOS TRONCOS RIOBRANQUENSES".

2 — "TEMAS RIOBRANQUENSES".

Introdução

Cento e vinte e um anos já decorreram desde que Guido Thomaz Marlière (1) desapareceu do número dos vivos. Desaparecidos também estão para sempre os familiares do notável desbravador e civilizador de vasta região do território mineiro, seus amigos e inimigos, seus colaboradores e opositores, os contemporâneos de sua obra e aquêles que a defenderam ou a sepultaram. Nenhum dêsses representantes do passado se acercará do historiador ou do biógrafo de hoje para pedir-lhe benevolência ou excesso de rigor nos juízos. Nenhum deixará o túmulo a que foi recolhido para bajular-nos ou ameaçar-nos com as primitivas armas que em vida empunhara.

Marlière, sua obra e seu ambiente histórico estão, portanto, fixados em definitivo e prontos para sofrerem as severas análises da História. É, pois, chegado o momento de levantar a biografia dêsse emigrado francês e de dar o balanço definitivo do que foi sua obra civilizadora no meio dos indígenas mineiros do início do século XIX.

Essa tarefa, bem o sabemos, não se inscreve entre as mais fáceis, porque estudos parcelados, incluídos ora em jornais e revistas, ora em livros,

(1) — Evidentemente, forma aportuguesada de Guy Thomas Marlière.

já se esforçaram para apresentar a seu modo o que foi a operação marlieriana. Sôbre o desbravador francês há, por isso, idéias cristalizadas, julgamentos exatos ou não repetidos oportuna e inoportunamente. E não é pacífico nem agradável retificar conceitos!

Para uns, Marlière foi catequista, militar e civilizador de insuperáveis qualidades. Para outros, realizou também obra de naturalista e lançou as bases de mais de uma dezena de vilas e cidades. Um grupo o julga medíocre, que se destacou porque viveu em meio a bugres, aventureiros e soldadesca bronca. E não são poucos os que o apontam como uma das maiores figuras da História Mineira. Além disso, o material escrito, expedido ou recebido por Marlière, já foi divulgado em sua quase totalidade pela "Revista do Archivo Publico Mineiro" (1) e pela "Gazeta de Ubá" (2) e nem sempre é utilizado com segurança e inteligência. Também pouco sabem as atuais gerações da Serra da Onça e das bacias dos Rios Doce e Jequitinhonha sôbre o devassador e benfeitor dêsses territórios, sendo assim incapazes de fornecer maiores luzes sôbre o homem que tanto serviu a seus antepassados.

---

(1) — A correspondência oficial, apenas.
O "Diário" de Marlière, talvez o mais significativo de seus escritos, foi recolhido em 1856 pelo Deputado Coronel Francisco de Assis Athayde e entregue ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que não o publicou, pois não aparece em citação no indice geral de sua Revista relativo ao período de 1839 a 1921.

(2) — Um folheto manuscrito de Marlière. Recolheu-o e divulgou-o em parte, no fim do século XIX, nesse jornal editado em Ubá, Minas Gerais, o pranteado naturalista mineiro Manoel Basilio Furtado. Os originais dêsse folheto perderam-se em Mar de Espanha.

Não queremos com isso dizer que não se publicaram até hoje apreciáveis estudos sôbre Marlière. Nem queremos negar valor ao mais conhecido dêles, o estudo de Afranio de Mello Franco (1). Apenas, concordes com o pensamento do ilustre brasileiro, admitimos e proclamamos que "Guido Thomas Marlière — O Apóstolo das Selvas Mineiras" não teve, como não poderia deixar de ser, em mira esgotar a explicação do fenômeno marlieriano e que, por êsse motivo, deixou campo aberto a outras pesquisas e a outros esforços honestos de penetração no espírito da gigantesca obra de Marlière. Não fôra isso, Afranio de Mello Franco não teria proclamado que em seu trabalho tentou apenas "esboçar os traços principais" da vida de Marlière "durante o tempo que passou em Minas Geraes" (2).

E a presente biografia é um dêsses esforços. Como tal, ela igualmente, embora utilizando boa parcela de dados ainda não divulgados, não esgotará o estudo da vida e da obra de Marlière, vida e obra que precisam ser conhecidas porque encerram algumas das chaves indispensáveis ao conhecimento da História Mineira.

Para que "MARLIÈRE, O CIVILIZADOR" possa vir a ser contribuição útil a essa História, procuramos, sobretudo, redigi-lo objetiva e imparcialmente, sem mesmo nos empolgarmos pelo biografado e pelo que êle fez ou cedermos à natural tentação dos artifícios literários. Daí termos

---

(1) — "Guido Thomas Marlière — O Apóstolo das Selvas Mineiras", Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Belo Horizonte, 154 págs., 1914.

(2) — Idem, pág. 6.

preferido a biografia histórica à biografia literária, em que as imagens, os ambientes e os retoques embelezadores criados pelo biógrafo obliteram o real, tornando impossível ao leitor estabelecer os verdadeiros limites entre a realidade e a ficção, dificuldade essa tanto maior e mais perigosa quanto mais apaixonado estiver o autor.

Ficaremos, pelo que se vê, mesmo nas indispensáveis reconstituições de cenas e ambientes, com a biografia histórica, menos brilhante, menos suscetível de êxito nas livrarias, mas bem mais próxima da verdade que nos cumpre buscar com tôdas as fôrças d'alma. Entre os fulgores e os atrativos de um monumento exclusivamente literário e as sóbrias belezas de um modesto edifício erguido sôbre a veracidade histórica, preferimos ficar com estas, na certeza de que assim agindo seremos úteis aos leitores e ao passado que desejamos projetar para as gerações do presente e do futuro.

Consciente de que esta biografia é, pois, apenas um esfôrço, uma contribuição a mais para que a História possa julgar em definitivo a respeitável obra civilizadora marlieriana, nós a entregamos à crítica e aos leitores, não sem antes reconhecermos que sua publicação se tornou possível graças às providências ordenadas por êsses dois eminentes homens públicos e dedicados defensores do patrimônio histórico mineiro: Governador José Francisco Bias Fortes e Dr. Celso Porfirio de Araujo Machado.

Que a crítica e os leitores julguem com severidade "MARLIÈRE, O CIVILIZADOR!" O que nos agrada é servir à causa da verdade histórica e não atrair sôbre esta obra louvores gratuitos ou

fazê-la fugir das tenazes dos julgamentos exatos e severos. De outro modo, perder-se-iam nossos esforços e os daqueles que, com inteligência, solicitude e carinho — Antonio Pedro Braga, Daniel de Carvalho e Almir de Oliveira — nos sugeriram êste trabalho.

OILIAM JOSÉ

Marlière em França e Portugal

Denso mistério envolve o nascimento, a infância e a juventude de Marlière, nas terras de França. Nenhum dado mais explícito se recolhe a respeito, nem em seus escritos ou com a tradição oral, nem com os raros autores que estudaram essa agitada existência.

Realmente, fazia Marlière questão de que impenetrável véu cerrasse aos olhos de terceiros os episódios de seu nascimento, por volta de 1769, e de sua infância, de sua juventude e de seus agitados primeiros anos como militar. Aos que lhe dirigiam perguntas a respeito, respondia com têrmos pouco esclarecedores e nada cordiais. Os poucos íntimos seus respeitavam-lhe êsse desejo de sepultar um passado que certamente lhe fôra adverso e doloroso. Dª. Maria Victoria (1), a sofredora espôsa de Marlière, também sabia guardar o segrêdo que o marido defendia com tanta energia e persistência. Nem mesmo depois da morte do espôso, desvendou ela à curiosidade comum o passado inicial daquele que foi seu grande amor, daquele a quem auxiliara terna e sofredoramente ao longo de quase quarenta anos e de quem recebera, em certas fases da existência, um trata-

(1) — Para os nomes de pessoas, conservaremos sempre a grafia original adotada pelos interessados.

mento aquém do nobre e intenso amor que lhe votava.

Foi êsse altivo silêncio que deu, em parte, fôrças à crença de que Marlière havia fugido da França por ter sido sentenciado a morte em um tribunal de guerra dos Exércitos Napoleônicos, no início do século XIX. Nesse ponto, a verdade parece inclinar-se ao seguinte: Marlière desertou dêsses exércitos para servir, como era comum na época, ao Exército Português do tempo de D. Maria I; e, por êsse motivo, o apanhou a decisão que o condenava à pena última, em sua pátria, à qual, aliás, jamais voltaria. A fuga para Portugal é, portanto, anterior à condenação.

Tudo quanto poderiamos fazer para pôr a claro essa passagem da vida de nosso biografado, nós o realizamos. Mas tudo em vão, inclusive o recurso a consultas a autores franceses. Ficamos apenas sabendo que Marlière iniciou sua vida militar nos exércitos imperiais do desventurado Luis XVI e a continuou por breve espaço de tempo nos Exércitos da Revolução e, depois, nas tropas de Napoleão Bonaparte, quando pertenceu ao Regimento Condé.

Ao que se deduz, Marlière chegou a merecer a confiança pessoal do grande e temido Imperador dos franceses. É o que parece indicar o fato de ter sido achada em meio aos papéis de nosso biografado, quando de sua prisão em 1811, em Vila Rica, uma carta de Bonaparte versando assunto familiar íntimo, qual seja o do regresso ao lar de sua irmã Marianne Buonaparte. A carta, cujo valioso original se acha exposto no Arquivo Público Mineiro, foi datada de julho de 1797 e dirigida aos Administradores de Versailles. Nela, Bo-

naparte solicita o encontro de sua irmã, da qual era tutor, e seu regresso. Ao pé da carta, Marianne desatende, porém, o irmão, registra a impossibilidade absoluta de voltar e expõe sucintamente os motivos que a levavam a manter-se nessa atitude. Por que essa carta em poder de Marlière? Não é fora de propósito responder: Marlière foi o portador da mesma e, antes de devolvê-la informada a Bonaparte, abandonou a França.

Essa carreira militar em terras francesas foi objeto da seguinte e única indiscrição conhecida de Marlière: "... a minha mocidade tormentosa, principiada no tumulto dos combates, e das Revoluçoens, não me deo tempo a frequentar os Lyceos". (R. A. P. M., ano X, págs. 543 e 544) (1).

São preciosas para o biógrafo as palavras que formam êsse pronunciamento. Não só provam a participação de Marlière nos sangrentos choques da Revolução Francesa, como também esclarecem ter sido apenas primária a instrução recebida por êle em sua juventude.

Chegando às acolhedoras terras portuguêsas, depois de uma viagem cujos pormenores é impossível reconstituir, o fugitivo teve boa acolhida, pois, em 21 de junho de 1802, ingressava como Porta-Estandarte nos Exércitos de Portugal e, em 20 de outubro de 1807, era promovido ao pôsto de Alferes. (2).

Hoje, tais acontecimentos não se realizariam, uma vez que os países têm suas fôrças armadas

---

(1) — A abreviatura R.A.P.M. indicará, na presente biografia, a "Revista do Archivo Publico Mineiro", editada inicialmente em Ouro Prêto e, depois, divulgada em Belo Horizonte.

(2) — Corresponde ao atual pôsto de Segundo Tenente do Exército Brasileiro.

permanentes e organizadas com o aproveitamento dos respectivos nacionais. Ao tempo de Marlière, porém, as corporações militares longe estavam ainda de alcançar essa estável organização. Portugal, por exemplo, considerava dispendiosíssimo que exércitos permanentes fôssem mantidos em seus vastos territórios. Era-lhe menos oneroso aproveitar, nos momentos de crise, oficiais mercenários estrangeiros que manter escolas com centenas de alunos para a formação de tôda a oficialidade necessária. O Brasil, embora por motivos outros, defendeu, até alguns anos após a Independência, a mesma política militar. Daí a inclusão dos nomes de Lord Thomas Cochrane, Pierre Labatut (1) e Tenente-General Mallet (2), entre as grandes figuras militares de nossa História.

A atuação de Marlière como militar em Portugal não deixava de ser útil, numa época em que Napoleão Bonaparte crescia como ameaça à Inglaterra e a seus aliados, entre os quais se colocava a nação lusa com seu vastíssimo Império ultramarino. O jovem militar conhecia algo das técnicas militares francesas e êsse conhecimento seria útil a Portugal na luta que poderia vir a ser travada contra o "Usurpador".

O bom conceito em que Marlière era tido no Exército luso fê-lo um dos componentes da atribulada expedição de fugitivos que trouxe, em 1808, ao Brasil a Rainha enlouquecida e o acovardado Príncipe-Regente D. João. É o que depunham contemporâneos do civilizador, entre os quais men-

---

(1) — Nascido em Cannes, na França, e falecido na Bahia, em 24 de setembro de 1849.

(2) — Natural de Dunkerque, França, onde nasceu em 1.º de junho de 1801. Faleceu no Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1886.

cionamos Manoel João da Fonseca, antigo morador em Guiricema (1) e autor de um depoimento a respeito aproveitado por Afranio de Mello Franco.

Quando de sua permanência em terras lusas, Marlière, ainda na juventude, enamorou-se de uma jovem de grande simpatia e não poucas virtudes, Maria Victoria da Conceição Rosier (2), natural da Ilha Terceira e filha e irmã de militares de origem francesa servindo a Portugal. O amor que uniu o futuro civilizador de indígenas mineiros à jovem Maria Victoria nasceu nas visitas que êle fazia ao lar dos Rosier, onde encontrava afetuosa acolhida e podia usar sem constrangimento sua querida língua francesa. E cresceu com tal intensidade e rapidez que, em breve, os dois enamorados se uniam em matrimônio. Desde então, D. Maria Victoria começou a ser para o espôso o grande sustentáculo humano de sua existência. Daqui por diante sempre a veremos, como autêntica espôsa, ao lado do marido, ajudando-o, aconselhando-o, consolando-o e perdoando-o.

A isso reduzem-se os conhecimentos relativos à atuação de Marlière em Portugal. Mais não obtiveram nem os cultos pesquisadores portuguêses, que, a pedido de estudiosos brasileiros, como o jornalista José Campomizzi Filho, realizaram buscas em arquivos militares de sua pátria.

---

(1) — Cidade mineira.

(2) — Depois de casada, trocou o sobrenome Rosier pelo sobrenome Marlière. Veio a falecer na Fazenda de Guidowald, depois de 1870, e foi sepultada próximo à sepultura do espôso, na Serra da Onça. Baseados em errôneas informações afirmamos, em trabalho anterior, que o falecimento de D. Maria Victoria ocorrera entre 1850 e 1855.

Não estranhamos essa ausência de dados sôbre nosso biografado. E até a julgamos normal, considerando que, no tempo de sua estada em terras lusas, Marlière era apenas, como vários outros, um jovem militar emigrado, alguém que procurava iniciar carreira nos exércitos do país, um militar que não havia até então realizado qualquer feito que o elevasse à condição de herói ou que o destacasse de modo notável. Como personagem de fato que era, na época, normalíssimo, Marlière deixaria apenas registros de sua identidade nos livros militares e no do de casamentos da paróquia em que contraiu matrimônio. Não havia, é evidente, motivos para que, em documentos destinados à posteridade, se referissem a seus planos, a seu gênero de vida, a suas amizades, etc. Muito menos se preocupariam em conservar quaisquer possíveis escritos seus sôbre arte militar ou assuntos pessoais.

Marlière na Prisão

Quando, em janeiro de 1811, depois de três anos de acidentada permanência na tropa do Rio de Janeiro, Marlière chegou a Vila Rica, era viva em todos a lembrança das trágicas conseqüências da Conjuração Mineira. Os dezoito anos que os separavam da mais brutal demonstração do domínio português em terras brasileiras não haviam sido suficientes para que os habitantes da velha capital e das cercanias esquecessem as torturantes diligências contra os conjurados, a prisão e o transporte dos mesmos para o Rio de Janeiro, o "suicídio" de Claudio Manoel da Costa, os horrores que tantos homens padeceram nos calabouços, a iniqüidade da Alçada que até a última hora insistia em esmagar os espectros de homens algemados, a execução e o esquartejamento de Tiradentes, o espetáculo da cabeça do herói engaiolada sôbre o poste e o degrêdo dos míseros condenados.

Vila Rica vivia ainda mergulhada na atmosfera das delações, das alçadas e dos calabouços, muito embora com a transmigração da Família Real novos rumos houvessem tomado as autoridades portuguêsas. As autoridades locais, portuguêsas e brasileiras, prêsas à mesma servil submissão à Coroa, viviam atentas para colherem no nascedouro qualquer tentativa de lesa majestade,

fôsse ela considerável ou não. Sabiam essas autoridades que não era sempre o mérito que as promovia, dando-lhes melhores soldos ou vencimentos. Era preciso bajular os superiores, ser-lhes caninamente submisso, advinhar-lhes as fraquezas e satisfazê-las. Quanto mais servil fôsse um funcionário, quanto mais destruísse seu caráter aos pés dos poderosos, quanto mais rastejasse às portas ou nas salas dos palácios, mais "mérito" adquiria e mais posições ou dragonas alcançava.

Ao rol de tantos fatôres adversos à normalidade da vida em Vila Rica, veio juntar-se o ódio ao nome francês, amaldiçoado em Portugal e Colônias, desde que Napoleão Bonaparte ordenou a marcha de Junot sôbre a Metrópole lusa. Todo francês achado na cidade era, para as autoridades militares e para o vulgo, um espião, um emissário do destronador de reis e invasor de nações. Alguns o julgavam por excesso de precaução patriótica, por sincera fidelidade à Côrte Portuguêsa. Mas a maioria externava êsse ódio à França e aos franceses apenas porque era isso um meio a mais de agradar os poderosos instalados no Rio de Janeiro.

Nada disso é de estranhar. A xenofobia que em semelhantes ocasiões explode, como se fôra epidemia dos espíritos, leva a execração a estrangeiros muito mais úteis à grandeza do País que as turbas que os atacam. É preciso ter então acuidade moral e sobretudo caridade para não chegar a êsses excessos que fazem corar de repulsa os que sabem conciliar o mais ardoroso nacionalismo com o respeito e o amor devido aos filhos de outras terras. E patriotas como êsses deveriam ser poucos em Vila Rica de 1811!

Em meio tão convulsionado e ferido, era natural que se encontrassem delatores em cada esquina, nas praças, nas lojas, nas tropas, nos garimpos em decadência e nas estalagens. E Marlière, já observado com maus olhos, por seus gestos e palavras pouco amáveis, foi apanhado pelos laços de graves denúncias. Acusavam-no de ser emissário de Napoleão Bonaparte, de possuir papéis misteriosos e comprometedores, de proferir palavras indignas em matéria de religião.

Tornou-se necessário, por isso, prender Marlière, fazê-lo incomunicável e devassar-lhe a vida. Foi o que não faltou, para se apurar, ao final de rigorosas inquirições, que apenas a última acusação procedia. Mas paradoxalmente era a que menos interessava às autoridades, cujas almas longe estavam de possuir a pureza que Jesus Cristo e sua Igreja estabelecem como penhor da dignidade e da salvação do ser humano.

A ação contra Marlière teve início nas denúncias encaminhadas ao Príncipe-Regente D. João por "pessoa nobre, e respeitavel". E quem seria essa pessoa? Ignora-se-lhe o nome. Apesar dessa alusão explícita contida na carta que Marlière dirigiu, no dia seguinte ao de sua prisão, ao Conde de Palma, continua sendo mistério o nome dêsse denunciante. Prudente e mesmo forçoso por isso é não avançar além dos limites impostos, em 1811, pelo próprio denunciado.

Tais acusações foram desde logo tomadas como verossímeis porque eram acompanhadas de minúcias comprometedoras e reviviam outras formuladas quando Marlière ainda se encontrava no Rio de Janeiro e próximo do Príncipe-Regente, seu amigo pessoal. Nessa ocasião quiseram agir

contra êle, tratando-o como emissário de Napoleão. Não fôsse a amizade com que o distinguia o maneiroso Dom João, teria sido, nessa ocasião, degradado como militar e expulso como agente de potência inimiga de Portugal e do Brasil, para gáudio dos que viviam dominados pelo pavor de possível ação napoleônica contra portos e cidades brasileiras.

Recebidas as denúncias, o govêrno do Príncipe-Regente, em aviso secretíssimo do Ministro Conde de Linhares, ordenou, em 4 de julho do mesmo ano, ao Governador de Minas, Conde de Palma: "logo que receber este Aviso, o faça observar (observar Marlière) em todas as suas acções, e conhecer de todas as Pessoas, que com elle vivem, sem que elle perceba que ha contra elle a menor suspeita, e que passado mez e meio de observação, e quando elle possa estar totalmente desapercebido, e descuidado, V. Excia. o faça prender, tomando-lhe todos os seus papeis, e correspondencias e o mande remeter aqui, com toda a segurança ao Intendente Geral da Policia"... (*Códice S.G.* 356 *do Arquivo Público Mineiro*).

Mal havia chegado a Vila Rica essa minuciosa ordem de prisão e eis que, no dia 9, o mesmo Ministro ordenava a imediata prisão de Marlière, sob o pretexto de que haviam "augmentado mais, e mais as suspeitas que há contra a fidelidade e conducta de Guido Thomaz Marlière". (*Códice S. G.* 356 *do mesmo Arquivo*).

Se o Príncipe-Regente foi presto em ordenar, mais rápidas foram as autoridades de Vila Rica em executar o que se lhes determinava com tanto empenho: no dia 19 de julho, o Desembargador-Ouvidor da Comarca, Lucas Antonio Monteiro de

Barros, devidamente autorizado pelo Governador Conde de Palma, prendia Marlière "à Ordem de S. A. R.".

O prêso, diz seu captor, "submetteu-se immediatamente com cega obediencia ao Real Nome entregando respeitoso a espada; e havendo mostrado sobressalto, e perdido a côr à primeira impressão, recobrou logo a presença de espirito e aquella serenidade de semblante, que de ordinário annuncia a inocencia do coração; protestando pela sua mais perfeita fidelidade ao Real Serviço, e que era victima da mais atroz calumnia"; (R.A. P.M., ano XI, pág. 19).

É lícito pressupor, com fundamento nessas palavras, que o Desembargador-Ouvidor nutria simpatias por Marlière ou que, de antemão, podia considerar infundadas as acusações de infidelidade à Coroa, que se fizeram contra o prêso e, por sinal, as únicas que de fato preocupavam as autoridades civis. Não fôssem tais simpatias, não adiantaria o Ouvidor, por exemplo, proposição como essa: "... que de ordinário annuncia a inocencia do coração".

Enquanto o detido era recolhido à prisão, com espanto de uns, comiseração de outros e alegria de muitos, o mesmo Desembargador-Ouvidor iniciava, na humilde residência de Marlière, a apreensão de seus papéis. E é dessa diligência o doloroso relato: "... ali achei sua miseravel mulher entretida nos officios domesticos os mais humildes, e penosos pela sua extrema pobresa (1); logo que soube da prisão do marido, e do mo-

(1) — Era tão grande a pobreza de Marlière que nem ao menos possuia uniformes próprios (R.A.P.M., ano XI, pág. 21).

tivo da minha vinda, entregou-se a todo o excesso de dôr, e derramando copiosas lagrimas, no meio dos transportes os mais tocantes, e eternecedores, conjurava os infames delatores, e que já não era a primeira vez, que na Corte havião atraiçoado a reputação de seu marido; que oxalá que elle nunca aceitasse o Posto de Capitão neste Regimento (1), deixando de servir ao lado do Principe, que, contente com o seu serviço, tinha já uma vez desfeito as suas maquinações, nascidas da mais negra calumnia, e aleivosia; que ella correria aos pés do Throno a implorar o Real Socorro, e a Indefectivel Justiça de S. A. R. a Quem Seu Pai servira toda a sua vida, a Quem Seus Irmãos servião actualmente no exercito de Portugal, e a Quem finalmente seu marido havia de servir até a morte com a mais exemplar fidelidade; e que para ir á Corte pediria licença a V. Excia., mandando nesta mesma occasião, e na minha presença, chamar o Hespanhol João Pascoal, da amisade do marido. Depois apresentou-me com franquesa duas unicas, e pequenas caixas das suas limitadas roupas, nada de livros, e a gaveta de huma só mesa, d'onde tirei, e aprehendi todos, e quantos papeis, e Cartas pude descobrir, e são as que tenho a honra de enviar a V. Excia. com a relação por mim feita, e assignada;" (R. A. P. M., ano XI, pág. 19).

Marlière foi mantido incomunicável, com sentinela à vista, até sua partida para o Rio, e interrogado, ora por oficiais do Regimento, ora pelo próprio Desembargador-Ouvidor. Respeitaram-lhe, porém, as prerrogativas inerentes ao pôsto de

---

(1) — Regimento de Cavalaria de Linha da Capitania.

capitão, cuidaram de amparar-lhe bem a espôsa com a importância mensal de 10$000 (1), trataram-na com visível deferência e destacaram um furriel para acompanhar D. Maria Victoria em sua viagem ao Rio de Janeiro para rever o marido. É que temiam Marlière, porque de todos eram conhecidas as ligações pessoais que o prendiam no Príncipe-Regente. E poderia acontecer que, provando sua inocência, na Côrte, o prisioneiro voltasse mais prestigiado que havia sido até então.

No dia seguinte ao de sua prisão, Marlière dirigiu longa e sentida carta ao Governador Conde de Palma. Nesse documento valioso para medir o estado de ânimo do prêso, em fase tão grave de sua existência, fala êle no "Fatalismo" que o perseguia e no processo que determinada pessoa teria usado para acusa-lo; rememora trabalhos e sofrimentos; pede lhe seja mostrado seu suposto crime e implora benevolência para sua espôsa; e termina dizendo-se "agradecido, e desgraçado mas não culpado". (Códice S. G. 356 do citado Arquivo).

Logo ao primeiro exame dos 47 papéis apreendidos a Marlière, verificou-se não procederem as acusações que o apontavam como emissário de Napoleão Bonaparte: "Os papeis escritos na lingua Portugueza, e Franceza — diz o Governador Conde de Palma, em ofício dirigido ao Ministro Conde de Linhares — nada provam contra si... devo diser que até agora não me consta que o referido Official soltasse vozes contra o Nosso

(1) — Dez mil reis, na moeda da época. Nominalmente, corresponde hoje a Cr$ 10,00.

Augusto Principe, e Nação Portugueza; era sim muito livre em matérias de Religião, e os seus repetidos e insensatos discursos (1) neste objecto, tinham indisposto a maior parte das gentes contra si". (R. A. P. M., ano XI, pág. 15). E que importava às autoridades saber que o prêso pronunciava tais "discursos", se elas mesmas funcionavam como agentes de opressão contra a Igreja, à qual se dirigiam os pronunciamentos do oficial feito prisioneiro? Réus de um crime a se arvorarem em juízes de acusado do mesmo crime!

Mesmo assim, Marlière teve que seguir, no dia 25, sob a guarda do jovem Alferes Lourenço Antonio Monteiro, para o Rio de Janeiro, a fim de ser apresentado ao Desembargador Intendente da Polícia, Paulo Fernandes Vianna. Durante todo o trajeto, permaneceu incomunicável com estranhos à patrulha e nem lhe foi dado escrever ou conversar em particular com qualquer soldado da numerosa escolta de "soldados escolhidos" (*Pág.* 9 *do Códice S.G.* 356 *do Arquivo Público Mineiro*).

Na Capital da Colônia, submeteu-se a novos interrogatórios e, afinal, teve a alegria de ver reconhecida sua fidelidade à Coroa Lusa, da qual dependia o futuro de sua vida militar e sua permanência no Brasil.

O incidente assim encerrado serviu de severa advertência a Marlière que, voltando, em 1812, a seu Regimento em Vila Rica, procurou ser mais prudente em seus juízos sôbre Religião, mais acessível aos comandados e, sobretudo, mais cauteloso

(1) — Isto é, pronunciamentos ou conversas.

em suas conversas com os populares. É o próprio Governador Conde de Palma quem o afirma, em 18 de fevereiro de 1813: "... depois que voltou dessa Corte, e foi restituido ao exercicio de seu posto me não consta que continuasse tais propozições (em matéria de Religião), antes sim, que comedindo-se, e procurando ser exacto no desempenho de suas obrigações, se circunscreve ordinariamente ao centro de sua familia..." (R.A.P.M., ano X, pág. 391).

Roteiro de Marlière

Logo no dia seguinte ao de sua prisão em Vila Rica, em 19 de julho de 1811, como suspeito de ser "um emissario de Bonaparte, e ligado a elle para subverter estes Estados" (Códice S. G. 356 do Arquivo Público Mineiro), Marlière, então Tenente Agregado (1) do Regimento de Cavalaria de Linha da Capitania, dirigiu ao Desembargador-Ouvidor Lucas Antonio Monteiro de Barros uma carta-defesa que termina com o seguinte "post scriptum" precursor do que seria sua obra civilizadora entre os indígenas mineiros, nos albores do século XIX:

"Queira V. Excia. fazer uma proposta, que talves seja agradavel, e socegue os meus Inimigos, que louvo, se obrarem para bem do Estado, e que perdô-o se o fazem (o que não creio) por malicia.

Mande-me sem forma alguma de Processo para um Deserto da Capitania (2), que S.A.R. me deixe por esmola o meo pequeno soldo, afim de que eu possa com as minhas mãos cultivar a terra e sustentar a minha deplorável mulher e familia; acabar-se-hão as suspeitas, e eu gostoso

---

(1) — Outros documentos de então atribuem a Marlière a patente de Capitão.

(2) — *Deserto da Capitania* significa, no caso, lugar afastado da civilização.

me afastarei da sociedade, que sempre olha para mim com dous exercitos nas algibeiras, que nem dous vintens ás vezes tém. (*Códice S. G. 356 do referido Arquivo*).

Êsses anseios de Marlière não tardaram a realizar-se plenamente, não mais como castigo mas sim como satisfação aos pedidos daquêle contra cuja fidelidade ao Príncipe-Regente nada se apurou e em cuja alma existia comiseração para com os filhos das selvas, que, disseminados pelas florestas mineiras, pediam o auxílio de missionários e de civilizadores zelosos para sairem da miséria material, moral e religiosa em que viviam, juntamente com todos os seus irmãos de raça espalhados pelo vasto interior brasileiro, como bem o testemunha o douto naturalista Pe. Carlos Teschauer S. J.: "Os indios americanos de tôdas as latitudes do extenso continente concordam pelo entorpecimento dos seus sentimentos. Falta-lhes aquela superior mobilidade de espírito, aquela ingênua vivacidade, aquêle fundo de fantasia, que encontramos, não só entre nações de alta cultura, mas também entre povos incultos. Não possuem história do seu passado e assim lhes falta a vida intelectual". (Em "Os Naturalistas Viajantes e a Etnografia Indígena", de Theodoro Sampaio, Livraria Progresso Editora, 1951, Salvador, Bahia, pág. 225).

Assim, Marlière chegava em fevereiro de 1813 a São João Batista do Presídio (1), paróquia recem-criada, coberta de densas matas, abrangendo um território vastíssimo e povoado de buscadores

(1) — Hoje, Visconde do Rio Branco. Presídio, Rio Branco e Paranhos foram outros nomes da localidade.

de poaia (1) e de várias tribos de croatos, cropós (2) e puris, cuja civilização havia sido iniciada, anos antes, pelo zêlo dos Pes. Manoel de Jesus Maria, Francisco da Silva Campos e Marcellino Rodrigues Ferreira, notáveis figuras na História da Mata Mineira (3) do primeiro quartel do século XIX.

Trazia então Marlière a missão especial de averiguar a verdade sôbre os acontecimentos que teriam ocorrido, no Presídio, entre portuguêses e indígenas. A missão era delicada, pois envolvia atos de usurpação de terras e abusos correlatos e os ânimos andavam exaltados de parte a parte. Além disso, taxativas eram as ordens do Conde de Palma, Governador da Capitania:

"Ordeno ao Capm. Graduado do Regimento de Cavallaria de Linha Guido Thomaz Marliere parta logo que esta lhe for entregue para o mencionado Districto e Aldeia de S. João Baptista; e convocando alí todos os Indios queixosos muito attentamente averigue os motivos, e razões de suas queixas; ouvindo ao mesmo tempo seus Directores, os Commandantes dos Districtos immediatos e tôdas as mais pessoas que fazem o objecto das referidas queixas; procurando sem usar de violência, que se restituão as terras injustamente occupadas pelos Portuguêzes intrusos..."

"Finalmente se apresentará o mesmo Capm. Marlière com toda a civilidade, e attenção devida

---

(1) — Ou ipecacuanha.

(2) — Croatos e cropós são corruptelas aportuguesadas de coroados e coropós.

(3) — O território da chamada Mata Mineira era então mais extenso, pois abrangia também as zonas do Rio Doce, do Mucuri, do Jequitinhonha e de parte da Siderúrgica.

ao Red.º Vigário da dita Freguezia de S. João Baptista, communicando-lhe as queixas, que os Indios, me fizerão, e rogando-lhe as faça cessar como for possivel" (*R.A.P.M., ano X, págs.* 391-392).

Prontamente, o enviado oficial se dirigiu ao Presídio e, ali, com felicidade se houve na delicada missão de que fôra incumbido, a ponto de o próprio Conde de Palma elogia-lo, em junho do mesmo ano, com as seguintes expressões: "... e tendo executado ali com acerto as minhas Ordens, sobre differentes objectos relativos aos ditos Indios". (*R.A.P.M., ano X, pág.* 393).

Foi o bastante para que o Capitão-General da Capitania o nomeasse, por ato de 19 de junho de 1813 "Director Geral dos Indios da Freguezia de São Manoel da Pomba (1), de São João Baptista e Aldeias anexas".

Marlière ingressava agora no meio que êle tanto ambicionara. Iam, portanto, ter início seus trabalhos permanentes em favor dos indígenas em cuja companhia desejava residir pois "quem quer bem aos Indios vive com elles". (*R.A.P.M., ano X, pág.* 571). E Marlière se lançou resoluto ao cumprimento da missão que êle mesmo tinha como altíssima para a época e para o futuro da Província. Os primeiros atos seus lhe revelam e caracterizam os propósitos: Propõe e obtém que o idoso e doente Cap. Francisco Pires Farinho, Diretor dos Índios Croatos, seja substituído por José Ferreira da Silva (2); apazigua indígenas e brancos em São Manoel da Pomba; consegue licença para utilizar-se da cooperação dos mili-

(1) — Rio Pomba, hoje.

(2) — Ato de 3 de setembro de 1813, do Conde de Palma.

cianos do mesmo São Manoel da Pomba e de São João Batista do Presídio; arranca a promessa da criação de escolas de primeiras letras nessas Paróquias e de estabelecimento de um hospício (1) nas mesmas; investiga a veracidade ou não da notícia trazida por um indígena sôbre ocorrência de ouro "nas visinhanças desse Presidio de S. João Baptista" (*R.A.P.M.*, *ano X, pág.* 400).

Até 1816 pelo menos, Marlière residiu no Presídio, que lhe servia de centro para os trabalhos de conquista e pacificação do indígena. A partir de então, em certa época do ano, permanecia na Pomba, para que os indígenas dali também tivessem direta assistência do Diretor.

Nesse mesmo ano de 1816, em 24 de julho, uma Carta Patente do Príncipe-Regente o promovia ao pôsto de Capitão da 4.ª Companhia do Regimento a que pertencia (2).

As notícias chegadas a Vila Rica, durante todo êsse tempo, indicavam o acêrto com que se ia havendo o novo Diretor. E era isso motivo de alegria para D. Manoel de Portugal e Castro, novo Governador da Capitania, que decidiu, em 9 de setembro de 1818, ampliar a autoridade de Marlière até as conflagradas regiões do Rio Doce, ao nomea-lo Inspetor para a 1.ª e 4.ª Divisões e encarrega-lo de estaciona-las à margem esquerda do mesmo rio. Não contente com isso, obteve-lhe, pouco depois, em 13 de fevereiro de 1819, a inspeção da 2.ª e 3.ª Divisões, esta sediada em Abre-

---

(1) — O de São João Batista do Presídio não chegou a ser construído. Hospício é aqui, de acôrdo com sua etimologia, sinônimo de hospedaria, abrigo.

(2) — Desde 1811, Marlière já percebia o sôldo de Capitão.

Campo e aquela nas proximidades. A execução do trabalho de que fôra encarregado grangeou para Marlière novos louvores das autoridades e preparou o campo para sua escolha, em 1824, como Diretor-Geral dos Índios. Com efeito, durante sua primeira estada às margens do Rio Doce, estabeleceu ali Postos Militares, servidos de fortificações ligeiras para auxiliar na defesa dos grupos de colonos que, sob ameaça dos botocudos, empreendiam a navegação do famoso rio.

Regressando dessa primeira viagem ao Rio Doce e depois de breve permanência em Vila Rica para tratamento de saúde, obteve o decidido auxílio do Cap. Gonçalo Gomes Barreto e de Constantino José Pinto e, em 25 de maio do mesmo ano de 1819, conseguia aldear os primeiros puris e lançar as bases da povoação de São Paulo do Manoel Burgo, hoje Muriaé.

Mais um título veio, em 15 de novembro de 1820, juntar-se aos que Marlière possuia: Inspetor de tôdas as Divisões de Minas Gerais, em terras de indígenas.

Promovido ao pôsto de Major agregado a seu Regimento, em 30 de maio de 1821, é êle, pouco depois, em 29 de janeiro de 1822, chamado a exercer efetivamente as funções do novo pôsto e, com isso, afastava-se de seu querido mundo indígena. Mas essa ausência pouco durou, porque o civilizador não resistiu por mais de três meses as saudades das selvas e, em abril, solicitava ao Príncipe-Regente permissão para voltar ao seio do mundo indígena, graça que obteve por Portaria do Príncipe-Regente de 10 de junho de 1822.

É tal o júbilo das autoridades pela ação de Marlière às margens do Rio Doce que, em 23 de

junho de 1823, o Imperador D. Pedro I o promovia a Tenente-Coronel do Regimento de Cavalaria de Linha, de Minas Gerais. E nesse pôsto percebia anualmente de sôldo, gratificações e montada 1:255$200.

Um aborrecimento com subordinados seus quase o levou, em novembro do mesmo ano, a deixar sua comissão civilizadora entre os botocudos.

Uma vez nomeado Comandante de tôdas as Divisões do Rio Doce, por Decreto Imperial de 29 de abril de 1824, Marlière atingia o apogeu de sua carreira e dava largas a seus planos de civilização dos indígenas.

O mês de junho de 1827 devia, porém, marcar mais um prêmio para o grande batalhador: promoção ao pôsto de Coronel de Cavalaria, adido ao Estado Maior do Exército.

E, assim, entre seus amados botocudos, o civilizador viveria até ser reformado em 1829 e afastado da Direção dos Índios. Daí por diante, manteve-se recolhido a sua Fazenda de Guidowald, onde faleceu em 5 de junho de 1836.

Mundo Indígena de Marlière

No capítulo anterior, preparando o leitor para melhor compreender os futuros capítulos, apresentamos o roteiro da atuação de Marlière entre militares e tribos civilizadas por êle e por seus precursores e cooperadores.

Passaremos, a seguir, a relacionar algo sôbre essas mesmas tribos, certos de que essa contribuição é imprescindível ao conhecimento do que foi essa obra civilizadora, à qual Minas tanto deve.

PRIMEIRO GRUPO

O primeiro grupo de tribos com as quais o civilizador entrou em contacto foi o dos croatos (1) e cropós, que tinham suas aldeias no então território das Paróquias de São João Batista do Presídio e de São Manoel da Pomba. Isto em 1813. O contacto com os puris, que se espalhavam pelas terras dos atuais ricos municípios de Guiricema, Miraí e Muriaé, veio no ano seguinte, mas não foi

---

(1) — O primeiro encarregado oficial de cuidar dêsses indígenas foi Matheus Pereira Lima, confirmado, em 23 de abril de 1730, por carta-patente de El Rei, no pôsto de "Sargto. Mor do districto de Guarapiranga para o sul, e incluindo o Certam dos Coroados, e do Chopotó..." (*R.A.P.M., ano IV, pág.* 109).

pacífico. O próprio Marlière reconheceu êsse incidente e confessou por escrito que teve que enviar duas expedições punitivas de croatos contra os puris. Só em 1819 se estabeleceu a paz entre uns e outros e o desbravador pôde também aldear e civilizar os puris.

Apesar dessa hostilidade enunciada, croatos, cropós e puris tiveram procedência comum e, contemporâneamente, subiram os afluentes e subafluentes do Rio Paraíba do Sul em direção a Minas Gerais, nos primeiros anos do século XVIII ou, no máximo, nos últimos tempos do século anterior. Numa das épocas aludidas, os descendentes dos tamoios da famosa Confederação dos Tamoios, passaram, por êsse ou aquêle motivo, a acometer as tribos que viviam no vale inferior do Rio Paraíba do Sul. Temendo as chacinas que êsses tamoios sabiam promover, as pacatas tribos fluminenses foram obrigadas a deixar suas malocas e a buscar sítios onde pudessem, com maior tranqüilidade, viver a salvo das tropelias inimigas. Assim, subiram elas pelo curso do Rio aludido e de seus afluentes e subafluentes até alcançarem Serra da Onça e Sertão da Pomba e as terras onde surgiriam depois, entre outras, as localidades de São João Batista do Presídio, Bagres (Guiricema), Várzea do Presídio (São Geraldo), São Januário de Ubá (Ubá), Pôrto de Santo Antônio (Astolfo Dutra), Pôrto dos Diamantes (Cataguases) e São Paulo de Manoel Burgo (Muriaé).

Por tudo isso, mui pequenas eram as diferenças étnicas, sociais e culturais entre croatos, cropós e puris, tanto os da Mata Mineira como os da região oeste do Espírito Santo. Essa identidade permitiu unirmos num só bloco a súmula dos

conhecimentos existentes sôbre essas tribos recolhidos de fontes autorizadas como os escritos de Marlière, Karl Friedrich Philipp von Martius, Manoel José Pires da Silva Pontes, Diogo Pereira de Vasconcellos, Nelson Coelho de Senna, Manoel Basilio Furtado e a tradição oral.

Estágio Político — Essas tribos viviam num primitivismo político dos mais acentuados. Apenas conheciam alguns sinais de organização política, resquícios evidentes de um mundo social que desmoronou há séculos ou milênios levando consigo tudo o que pudesse lembrar ordem e hierarquia.

Em tôdas elas, havia um chefe comum, o cacique, não eleito, mas impôsto naturalmente por um conjunto de qualidades físicas e morais. Era êle o mais corajoso, o mais hábil, o mais bem dotado intelectualmente, aquêle que na paz e na guerra tinha ascendência sôbre os demais, em geral indolentes.

O pagé ou feiticeiro (*carai*) tinha também grande influência na tribo, acreditava estar em relação com os demônios e espíritos e ser capaz de predizer acontecimentos. Pertencia-lhe a pretensa arte de curar e fazer feitiços com todos os seus ritos e pavores.

A noção de propriedade era forte nessas tribos, que tinham como seu o solo onde se erguiam suas malocas e onde caçavam aves e animais de pequeno porte e colhiam frutos silvestres. Atesta isso a fôrça com que a natureza humana reclama o direito de propriedade, cuja negação só ocorre quando falam os teóricos ou os tiranos desejosos de esmagar tudo quanto possa contribuir para a normal manutenção dos homens.

Não conheciam a moeda ou elemento que a representasse: apenas trocavam os elementos colhidos ou produzidos.

Em caso de homicídio contra um membro da tribo, todos deviam vingar o crime, mesmo que para isso fôsse necessário guerrear (*mavamanhang*) a tribo do criminoso. Não havia assim entre êles a individualização da responsabilidade criminal, o que favorecia as vinditas coletivas, de largo emprêgo nas selvas e conseqüências fatais a tôdas as tribos.

Organização Familiar — A poligamia era admitida como normal. Homens e mulheres se uniam sexualmente levados quase que apenas pelo instinto. A mulher (*cemhã*) pertencia a quem a mantivesse dominada, o marido (*imena*). E a maior frieza presidia, por isso, as relações da sociedade doméstica: o amor (*jeauçupaba*) estava ausente. E é fácil concluir disso a que humilhações se submetiam as mulheres indígenas nessas tribos!

Os primeiros missionários que trabalharam entre essas tribos conseguiram modificar em parte tão bárbaros costumes, mas ao tempo de Marlière ainda havia exemplos de poligamia. Aliás, não era de esperar outra realidade, pois a poligamia constitui um dos vícios mais difíceis de estirpar entre os homens.

Muitos homens abandonavam a mulher, logo que a percebiam grávida (*puruá*). O parto (*membirá*) se dava no meio do mato e não nas choupanas e a própria mãe devia cortar com os dentes o cordão umbelical do recém-nascido. Não havia resguardo, porque horas depois a parturiente estava de novo no trabalho. Tudo isso manifesta o

desamparo a que os homens relegavam as mães de seus filhos.

Em geral, os irmãos e irmãs, levados pelo pudor instintivo, se respeitavam não acasalando-se, o que é notável se considerarmos o baixíssimo nível que marcava o ambiente moral dêsses filhos das selvas.

Com a chegada dos colonos e comerciantes, as mulheres preferiam entregar-se a êsses. E ao negro (*tapanhuna*) também, em resultado de forte atração.

Como justificar essa inclinação? Fatôres de ordem social e econômica não a explicam, uma vez que o negro era sabidamente escravo, não podendo escolher sequer seu próprio destino e muito menos dispor de bens materiais ou desfrutar as vantagens de boa posição social. As causas dessa atração estavam sim no âmbito da sexualidade, na esfera das paixões rasteiras. Mulheres indígenas se entregavam com empenho aos negros porque viam nêles instrumentos de mais demorado prazer. Com efeito, os negros aceitavam de bom grado conviver com essas mulheres, muitas vêzes enxotadas pelos próprios maridos indígenas. Os brancos usavam delas e passavam adiante, enquanto que os negros se sentiam vaidosos de ter mulheres claras e, na medida do possível em face da disciplina a que os submetiam os senhores, deixavam-se ficar junto das amantes indígenas. Além disso, o negro vivia geralmente seminu tornando-se por isso fator de permanente curiosidade e excitação para as mulheres indígenas.

Diante dessa realidade, que ameaçava impedir o estabelecimento de lares bem construídos,

os missionários tomaram posição decidida. Não só abençoavam em nome da Igreja os casamentos de brancos com indígenas e de negros com indígenas, como também estimulavam por todos os meios possíveis essas uniões. E os resultados não se fizeram esperar.

Lares estáveis foram aumentando nas nascentes aldeias, criando no seio das mesmas belos exemplos de proles cristãs. A um racista exaltado, tudo isso parecerá crime imperdoável. Mas os mitos raciais não mais impressionam a quem estuda objetivamente os povos americanos. O parecer dêsses racistas tem hoje, em ciência, o mesmo valor que acompanha as narrativas sôbre assombrações. Os missionários agiam correta e inteligentemente e graças a êles puderam as novas localidades mineiras organizar-se e progredir a passos largos.

Ligações Raciais — Os croatos e os puris, para Nelson Coelho de Senna, possuiam ascendência tupi, enquanto que era goitacá a base racial dos cropós.

Os croatos teriam vindo de Goiás e passado pelo Triângulo Mineiro e territórios paulista e fluminense.

Línguas — Um vocabulário comum servia às tribos dos croatos e puris e nêle era evidente a influência das raízes tupis.

O rápido decréscimo e o conseqüente desaparecimento dessas tribos, o desinterêsse delas e de seus descendentes em conservar seu patrimônio lingüístico e a inegável superioridade da língua portuguêsa acabaram por sepultar o idioma dos croatos e puris.

Uma vez que admitimos a clássica divisão das línguas e dialetos em vivos, mortos e extintos, a língua dêsses indígenas se inscreve entre as mortas. Um vocabulário da mesma foi deixado pelo Príncipe Maximiliano Alexandre Wiede Neuwied, em "Reise in Brasilien", obra escrita em alemão no primeiro quartel do século XIX. Augustin de Saint-Hilaire fêz o mesmo nessa época, principalmente em "Voyage dans l'interieur du Brésil" e "Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro e Minas Gerais". E Karl Friedrich Philipp von Martius legou-nos semelhante contribuição.

É da autoria do perspicaz viajante brasileiro Manoel José Pires da Silva Pontes outro vocabulário do idioma utilizado outrora por essas tribos. O mesmo não se aplica aos cropós, porque êsses possuiam língua diversa, e vem inserido na "Revista do Archivo Publico Mineiro", ano IX, págs. 159 e seguintes.

Caracteres Físicos — Os croatos, cropós e puris possuiam estatura ora baixa, ora mediana e eram de formas robustas, grossos e compactos, sendo assim espadaúdos. Os homens mediam entre 1,35 m e 1,65 m e as mulheres alcançavam em média apenas 1,40 m. O peito (*potrã*) se lhes apresentava largo e curto; grosso era-lhes o pescoço (*ajura*). Os seios das mulheres (*canca*) tinham médio tamanho e não caíam muito, exceto entre as mulheres croatas. Seus ventres (*marica*) apresentavam-se volumosos, principalmente entre os puris. Tinham braços musculosos e redondos (*apuam*), pés (*pi*) estreitos atrás e largos na frente e pele (*pirera*) de co-

loração acobreada. Seus cabelos (*aba*), de côr negra, eram grossos, compridos e abundantes. O cabelo dos croatos alcançava, porém, comprimento menor que o dos puris.

Outros caracteres também distinguiam o físico dos croatos, cropós e puris: cabeça (*acanga*) média, testa baixa, pouca barba, rosto (*catipébu çaba*) longo e angular, orelhas (*nambi*) pequenas, olhos (*teça*) pequenos e negros afastados para fora, sobrancelhas finas e altas no meio, nariz (*piratum* ou *tior*) curto e deprimido em cima e largo em baixo, beiços (*timbê*) médios, bôca (*jurú*) pequena, dentes (*tonha* ou *cainha*) claros, queixo (*cajiba*) largo.

Os puris tinham um característico especial: eram de aspecto mais rude que o dos croatos e cropós. E os cropós se mostravam de ordinário "magros, sobretudo na barriga das pernas, muito feios e de feições mongólicas" ("Viagem pelo Brasil", de J. B. von Spix e C. F. P. von Martius, tradução de Lucia Furquim Lahmeyer, ed. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Imprensa Nacional, 4 volumes, 1938, pág. 341).

Possuiam êles inteligência obtusa e temperamento fleugmático.

Contribuições — Não obstante terem desaparecido de maneira radical essas tribos, suas contribuições passaram a seus descendentes e até ao branco. São contribuições nos setôres raciais, lingüísticos, supersticiosos e da Farmacopéia. Não têm elas, contudo, a intensidade que era de prever.

É, por isso, considerável, nos municípios mineiros, cujos territórios foram habitados por essas

tribos, o contingente de cabocios lembrando antigos cruzamentos de indígenas com brancos. O tipo cafuso não era raro, pois as mulheres indígenas sentiam-se loucamente atraídas pela convivência com os negros que surgiam nas aldeias.

Costumes — Utilizavam-se do fogo (*tatã*) obtido pelo atrito de pedaços de pedra. Os homens tinham apêgo à caça e à pesca e se mostravam violentos na guerra. O caçador que matava o animal não devia provar da carne do mesmo, "para não perder a pontaria"! Alimentavam-se com caça (*guira*), milho (*abati-antom*) e mandioca, preparados em panelas de barro (*camboci*). Da farinha de milho (*vipuba*) preparavam as mulheres, no espaço de 24 horas, uma bebida que embriagava, o *eivir* ou *virá*. Von Martius, em seu citado livro, às págs. 386 e 389, descrevendo o quadro de uma aldeia de coroados, sintetiza assim a cena de preparo dessa bebida de gôsto semelhante ao da cerveja: "Moradia em comum de diversas famílias de coroados, na mata virgem perto da fazenda de Guidoval (1), no rio Xipotó (2). Algumas mulheres pisam o milho em cochos abertos por meio do fogo em toros de madeira; outras tomam a farinha torrada da panela, mastigam-na e restituem-na de novo como meio de fermentação para com isso preparar uma bebida intoxicante. Outro grupo, só de homens, se ocupa de diferentes modos, em volta do fogo, onde se prepara a farinha. Alguns índios descansam em rêdes".

---

(1) — Ou Guidowald.

(2) — Rio Xopotó e não Xipotó. O têrmo provém das raizes croatas e cropós *cipó tagoá*, que significam *cipó* amarelo.

Eram os homens indolentes ao extremo e não senhores de uma concepção de trabalho diversa daquela que o civilizado abraça. Mas submetidos ao serviço do branco se mostravam dóceis e obedientes. Uma vez dispostos à vingança, iam ao extremo. Quando em guerra com tribos inimigas, transfiguravam-se por completo. De indolentes, passavam a valentes. Sùbitamente, perdiam então sua habitual indolência. Deixavam suas ocas, tomavam o arco e as flexas e partiam céleres em busca do inimigo, fôsse êle mais numeroso ou não. Dir-se-ia que eram outros selvagens, que estavam no seu clima espiritual predileto. De tempos em tempos, empreendiam fugas para os matos. Tinham estima pelos animais domésticos e, com êles, brincavam horas seguidas. Dormiam no chão coberto de folhas ou em rêdes que as mulheres teciam.

Quando conheciam a aguardente (*cauim-tata*) tornavam-se escravos da embriaguez e a tudo se submetiam para obter a bebida. Por ocasião do desbravamento, tornaram-se arrancadores de poaia, que trocavam pela aguardente, principalmente, ou por tecidos de algodão, utensílios de ferro, etc.

Não se preocupavam com o futuro terreno que lhes parecia inexistente. Desconheciam também manifestações de gratidão e amizade. Mostravam-se, de ordinário, taciturnos, de mau humor e desconfiados com relação ao branco que lhes visitava as aldeias. Mas gostavam de danças (*poracaia*), principalmente os puris. Êsses dançavam de preferência à noite, à luz do luar. Von Martius preparou um quadro da dança dos puris e, como interpretação do mesmo, escreveu à pág. 387 de

seu citado livro: *"Dança dos Puris* — Ao luar, não longe da Serra dos Orgãos (1) perto da fazenda Guidoval. Os homens formam a primeira fila, as mulheres a segunda; as creanças agarradas às cochas dos mais velhos, dão os passos furtados da dança para frente. Um dançador, como saudação a cada de nós, dá uma umbigada".

Os croatos eram navegadores e até habilidosos nesse mister: os que moravam, por exemplo, na Aldeia da Pedra, nas divisas de Minas Gerais com o Rio de Janeiro, e foram catequizados pelo Pe. Angelo da Silva Pessanha (2) navegavam em canoas (*igoara*) no Rio Paraíba do Sul, levando madeira para Campos dos Goitacases, atual cidade de Campos.

As mulheres cobriam partes do corpo (*cetê*) com desenhos feitos de tinta de urucu e genipapo. As crianças também seguiam nesse ponto as mulheres.

Religião — Não eram indiferentes com relação à vida extraterrena e acreditavam que a mesma seria de penas ou de recompensas. As penas reservadas aos indígenas preguiçosos ou cobardes na guerra seriam as de trabalhar em "terras aridas, sem sombra, sem frutas, e sem caça"; "e possuir Rios (3) sujos e estereis de Peixe com um Sol abrazador (R.A.P.M., ano X, págs. 566

---

(1) — Engano de von Martius: a Serra em questão é a Serra da Onça.

(2) — Catequizou também indígenas, na segunda metade do século XVIII, em São Manoel da Pomba, Sertões do Pessanha e Barra do Bacalhau, onde faleceu.

(3) — Marlière, de acôrdo com o uso da época na língua vulgar, grafava com inicial maiúscula as palavras que desejava pôr em evidência.

e 567). Para os "que forão bons Guerreiros Caçadores, amantes das suas mulheres e filhos", haveria "mattas virgens abundantes de frutas, caça e bellos Rios fartos de Peixe". (R.A.P.M., ano X pág. 566).

O ambiente noturno das selvas lhes inspirava terror, motivo pelo qual temiam a Lua (*Jaci*), para êles a maior sede de poder e o centro de onde se irradiavam o Bem e o Mal. Não se referiam diretamente a Deus, mas sentiam que uma grande fôrça os acompanhava. Admitiam o espírito mau, o demônio (*Jurupari*), que estaria em comunicação com os pagés. Acreditavam em feitiços feitos pelas tribos vizinhas ou distantes. Enterravam, a princípio, seus mortos depois de lhes quebrarem os ossos e de os colocarem em panelas de barro, com o fito evidente de conservar-lhes o mais possível os restos mortais.

Os croatos, responsáveis pela destruição da tribo dos araris da Serra da Mantiqueira, no século XVIII, entraram pela primeira vez em contacto com os missionários católicos em 1702, quando Frei Antonio da Piedade, vindo de Campos dos Goitacases, chegou a Minas.

Pudor — Os homens não pareciam perturbar-se com a nudez do corpo em face de pessoas estranhas à tribo. O mesmo não acontecia com as mulheres, mais sensíveis por natureza aos valores morais. A respeito, é esclarecedora a seguinte narração de Manoel José Pires da Silva Pontes, datada de 1833: "Um dia depois que, em nossa viagem, chegamos a Guidowald, como descrevemos, apareceo uma tribo de Purys que vagava na visinhança. A princípio agachavão-se cautelosamente ao redor das casas, mas afinal animarão-se

á entrar. Depois que lhes fisemos alguns presentes, derão signaes de confiança e vontade de estar em nossa companhia. Podemos então observar que erão mais grosseiros do que os Coroados, que, ha mais annos, estão sujeitos aos Portuguezes. Estavão totalmente nús. Algumas mulheres tinhão nos braços desenhos que imitavão serpentes, e nas faces outras figuras feitas com tinta preta e amarella. Por modestia natural ellas ficão atraz dos homens ou andão curvadas". (R.A.P.M., ano IX, pág. 153). Von Martius observou o mesmo pudor nas mulheres croatas e cropós.

Medicina — O tratamento das moléstias, no meio das tribos, ficava a cargo do pagé. Eram vegetais os primeiros medicamentos empregados e razoáveis conhecimentos a respeito dêles possuiam os pagés.

Os croatos, cropós e puris, ao serem civilizados, se tornaram agricultores ou trocadores de poaia e outras plantas medicinais com os brancos.

Armas — Eram rudimentares, embora polidas, como pudemos observar nos exemplares de machado de pedra (*gi*) achados no município de Visconde do Rio Branco. O arco e as flechas formavam o armamento de guerra dessas tribos, que se extinguiram de modo assustador.

Não encontramos referências ao emprêgo de setas ervadas por parte das mesmas. A falta dêsse uso mostra terem sido dos mais reduzidos os conhecimentos gerais dessas tribos.

Utensílios — Além do fabrico do arco e das flechas, essas tribos conheciam, apesar de seu primitivismo, o preparo de vários utensílios, como de enfeites, de culinária, etc. Assim, fabricavam

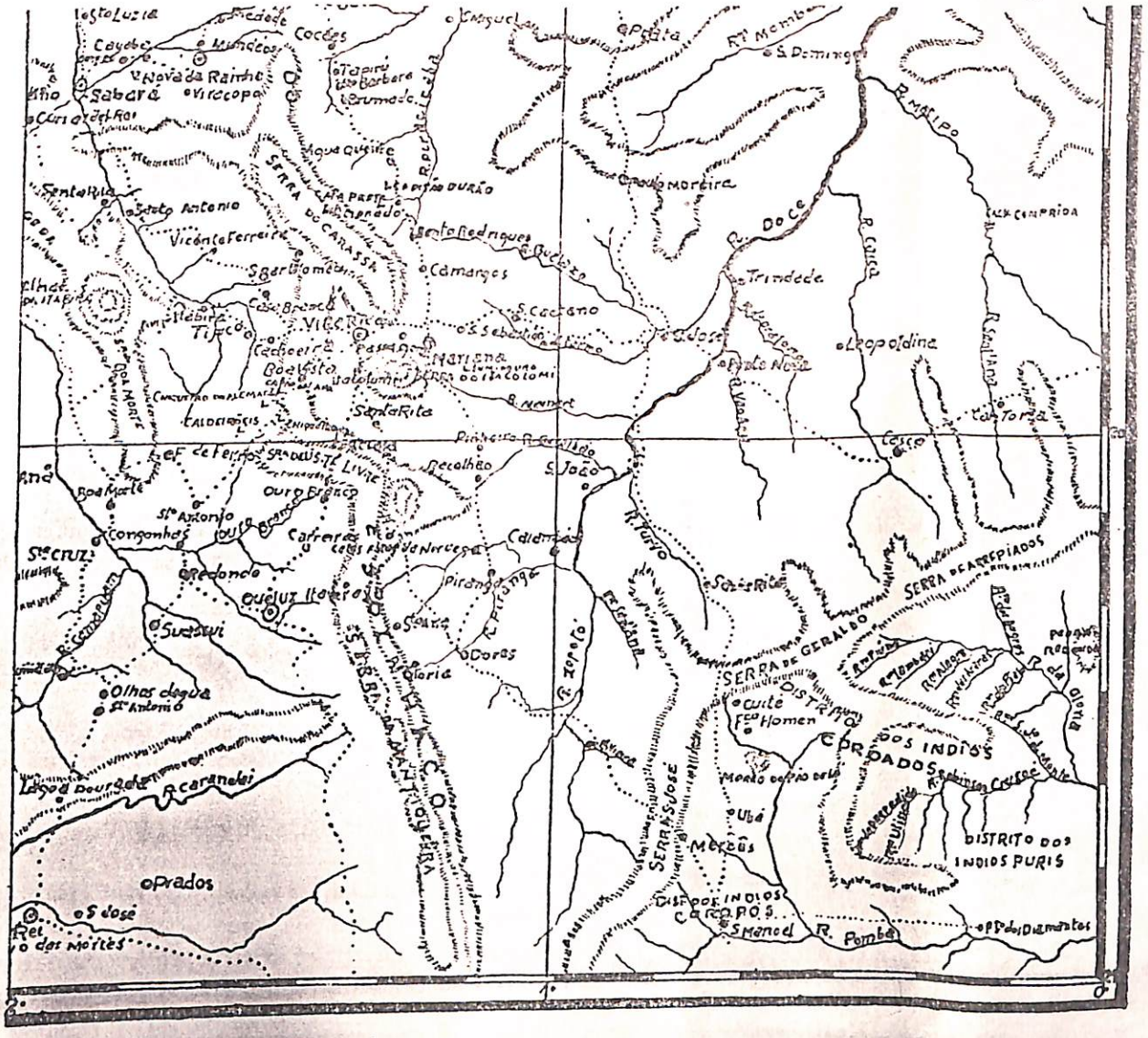
rêdes de pescar (*piçã*) e de dormir (*quiçaba*), esteiras (*piri*), cuias, cestas e bodoques. Depois de civilizados, sabiam manejar a faca (*quicê*), a enxada, a foice (*quicê-opara*) e o martelo.

Distritos — Logo no início da civilização, foram os aldeamentos indígenas, ora estudados, reunidos em três Distritos: o dos "Indios Coropós", com sede em São Manoel da Pomba; o dos "Indios Coroados", sediados em São João Batista do Presídio; e o dos "Indios Purys", com sede em São Paulo do Manoel Burgo.

O mapa incluído em frente indica a exata posição de cada um dêsses distritos indígenas. Representa êle uma parte da carta geográfica levantada, no início do século XIX, por W.L. von Eschwege e publicada em "Pluto Brasiliensis", do qual existe hoje a tradução feita pelo Engenheiro Domício Figueiredo Murta para a Coleção Brasiliana da Companhia Editôra Nacional.

Êsse mapa não é completo, pois Eschwege deixou de incluir nêle importantes acidentes geográficos contemporâneos de Marlière e então conhecidos de qualquer estudioso de mediana cultura, tais como: São João Batista do Presídio, São Paulo do Manoel Burgo, Serra da Onça e Quartel de Guidowald. O lapso é tanto mais lamentável quanto mais se considera que o naturalista esteve nessa parte de Minas em companhia de G. W. Freireyss. Mesmo assim, tem bom valor para quem deseja acompanhar a reconstituição dos episódios marcantes da vida de Marlière.

Dados Estatísticos — Os primeiros levantamentos seguros sôbre o número de indígenas croatos, cropós e puris apareceram em relatório



⊙ VILAS • FREGUEZIAS E POVOAÇÕES ⊥ FAZENDAS ..... CAMINHOS

ao Vice-Presidente da Província de Minas Gerais, divulgado pela "Revista do Archivo Publico Mineiro", ano XII, págs. 499 e seguintes. Nesse documento, Marlière os distribui por aldeamentos e fornece a quantidade aproximada de seus habitantes.

São dêsse documento de grande valor histórico os dados seguintes:

Aldeamentos croatos: São João Batista do Presídio, com 700 pessoas;

Aldeamentos de puris: Rio Pardo e Paraíba, com 500 pessoas; Santa Rita da Meia Pataca, com 400 pessoas; São Paulo do Manuel Burgo, com 1.000 pessoas; Aldeia de São Pedro do Rio Preto, com 600 pessoas; e Sant'Ana de Abre-Campo, com 800 pessoas;

Aldeamentos de cropós: São Manoel da Pomba, com 300 pessoas.

SEGUNDO GRUPO

Êsse grupo, estudado por Marlière, Augustin de Saint-Hilaire, Pedro Victor Renault, Karl Friedrich Philipp von Martius, Diogo Pereira de Vasconcellos, Príncipe Maximiliano Alexandre de Wied Neuwied (1) e W.L. von Eschwege, é representado pelos ferozes botocudos da Bacia do Rio Doce e com êle Marlière entrou em contacto em 1819, quando ali chegou na qualidade de Inspetor da 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª Divisões.

---

(1) — Em "Reise in Brasilien", 2 volumes e 1 atlas, Frankfurt, 1819-1822

Os botocudos, nome genérico que abrange os nacnenuques, os gracnuns, os quejaurins (1), os machacalis (2), os malalis e os maconis (3), habitavam nas matas de um e outro lado do Rio Doce e afluentes, desde o Espírito Santo até o Sertão Mineiro do início do século XIX.

Os portuguêses os denominavam botocudos, segundo Marliére, porque ornavam os beiços e as orelhas com globos ou rodelas chamados *botoques*, enfeites êsses feitos de pedras de côres, ossos ou seixos.

O mais numeroso agrupamento botocudo ficava às margens do Rio Jequitinhonha e foi catequisado pelo missionário Padre José Pereira Lidoro.

Ligações Raciais — O grupo dos botocudos, segundo a conhecida classificação de von Martius, descende do bloco gês.

Caracteres Físicos — Os botocudos eram geralmente corpulentos, altos, de cabelos (*crenequé*) pretos e lisos, de olhos (*quêtame*) pretos e nariz (*jine ou quiginque*) grande e de lábio inferior (*quiiniginque-macat*) perfurado para conter o *botoque*. Eram de aspecto mais rude que o dos croatos e cropós e seu semblante lembrava o tipo chinês. Só os caciques se apresentavam barbudos (*imponqué*), pois a barba (*epiche*) era para êles sinal de fôrça.

Língua — A língua dos botocudos não parecia ter ligação com o tupi-guarani. Era sensí-

(1) — Antropófagos na época de Marlière.

(2) — Já extintos.

(3) — Igualmente extintos.

velmente aspirada e nem à distância pode ser comparada em musicalidade com a língua tupi.

Estudaram-na vários etnólogos, como o Príncipe Maximiliano Alexandre de Wied Neuwied, que organizou vocabulários dos machacalis, maconis e botocudos pròpriamente ditos; W. L. Eschwege; Pedro Victor Renault e outros.

O vocabulário de Pedro Victor Renault é valioso e foi publicado no volume relativo ao ano VIII da "Revista do Archivo Publico Mineiro".

Marlière nos deixou também sôbre a mesma valiosas, embora incompletas, informações, no volume correspondente ao ano X, págs. 545 a 549, da "Revista do Archivo Publico Mineiro", motivo pelo qual não é fácil ajuizar-se, por meio dêsse material, do exato grau de perfeição ou beleza da língua botocuda. Depois de Marlière, surgiram os trabalhos mais completos sôbre êsse idioma, como o de Pedro Victor Renault, que pôde viver por longo tempo entre êsses temidos silvícolas.

Armas — Eram as mesmas dos indígenas mineiros em geral: arco (*neme*) e flecha (*nagique*). O arco era feito de madeira resistente e ao mesmo tempo flexível e sua corda (*nime-jatac*) o era com fibras de gravatá (*pute*). Trazia êsse arco quase sempre enfeites de trançados de fibras.

Uma vez civilizados, os botocudos não dispensavam as facas. Para os caciques, Marlière reservava boa espingarda e certa quantidade de pólvora.

Costumes — Eram as tribos botocudas nômades e antropófagas, apreciando de preferência a

carne dos negros, por razões que a ciência não conseguiu ainda esclarecer devidamente.

Viviam pouco tempo no mesmo lugar e em ocas de construção extremamente primitiva. A dança (*tarungri*) se fazia em círculo e o estribilho usado era: *ere, he* = muito bom e bonito.

Mostravam-se ágeis em terra, mas não sabiam nadar, motivo pelo qual o Rio Doce lhes era quase intransponível.

Depois de civilizados, aplicavam-se com certo empenho na agricultura. Mostravam-se bons soldados, quando incluídos nas Divisões. Vendiam poaia e cêra aos comerciantes brancos. E os jovens deixavam o uso dos *imatós* ou rodelas no beiço, quando verificavam a inutilidade e mesmo a nocividade dêsses grosseiros artifícios.

Gostavam de receber dos brancos carapuças vermelhas, quinquilharias, facas (*caraca*), anzóis (*mocuangue*), machados (*crac-mã*), foices (*crac-en-tangue*), ferramentas, sal, rapadura (*comurine-quitominique*), fumo e farinha (*amcoque*).

Acreditando que perderia a pontaria se comesse da caça que matava, o botocudo dava a outrem os animais abatidos. Por mais que nos esforçássemos, não conseguimos alcançar a origem dessa estranha superstição.

Desconheciam o gado vacum (*po-cocri*): alguns dêles indo, em 1825, ao Cuieté, "fugirão de huns Bois, q; nunca virão". Também ignoravam o emprêgo do toucinho. Alimentavam-se geralmente de caça, pesca, milho cozido, etc. e consumiam em grande quantidade mel silvestre (*pangue*). Conheciam, apesar de habitantes das selvas, o uso de poucas plantas medicinais.

Davam grande importância ao fogo (*tchonepeque*). Depois de civilizados por Marlière e seus cooperadores, tornavam-se apaixonados pelas ferramentas e armas de ferro e aço. Para as obterem, chegavam a atacar postos das Divisões, como aconteceu, em 8 de janeiro de 1825, no Quartel de D. Manuel. Mas possuiam péssimo hábito parasitário: enquanto havia alimentos, ficavam nas aldeias; logo, porém, que chegava a época do plantio, fugiam para os matos a fim de não executarem o trabalho agrícola.

Quando queriam externar agradecimentos, dançavam diante da pessoa.

Na guerra (*iipanc-nojôme-nagite*), procuravam atacar de emboscada (*jiione*) e de preferência nas trevas da noite ou pela retaguarda. Suas flechas eram farpadas, para agravar as feridas resultantes das mesmas. Razões de sobra tinham, por isso, os brancos para temer as arremetidas botocudas, mesmo aquelas que se deixavam anunciar pela traição de um selvagem ou pela marcha de blocos armados junto à orla das matas.

Organização Familiar

A família (*cruque*) padecia dos males comuns às tribos indígenas brasileiras.

Os pais combinavam o casamento do filho (*curuc*) em seu poder; e as viúvas e órfãs podiam casar (*quijeme-ha*) livremente. Quando os pais faziam o casamento, as cerimônias se resumiam no seguinte: "entregam os noivos pela mão, acendem o seu fogo, fazem a cama nupcial cober-

ta de Kigemme (1) e se retirão deixando a liberdade aos Esposos" (R. A. P. M., ano X, pág. 650). Para o casamento das viúvas e órfãs, bastava que à noite (*ampime*) o pretendente tocasse nas costas da noiva com o consentimento desta. Em tudo isso, ressaltava uma forma atenuada de domínio paterno ou masculino, sem dúvida, comum entre os povos.

Admitiam a poligamia, desde que o indígena pudesse sustentar as mulheres. A tanto eram levados pelas excitações resultantes da nudez em que viviam e dos direitos quase ilimitados que a si arrogavam os homens botocudos.

Estranho hábito alimentar possuiam também os botocudos: o de se alimentarem de um verme que aparecia, de 7 em 7 anos, no interior dos gomos de um tipo de taquara comum, no século passado, nas margens do Rio Doce. A ocorrência dêsse verme coincidia com a floração da taquara. O singular alimento era apreciadíssimo pelos botocudos, que o ingeriam sob as mais variadas formas, depois de mata-lo e pica-lo.

Religião — Eram os botocudos supersticiosos ao extremo, motivo por que atribuiam aos puris, seus inimigos figadais, tôdas as desgraças que lhes ocorriam. Nem o indígena Guido Pocrane, afeiçoadíssimo a Marlière, escapou a essa crença nos poderes dos puris como feiticeiros: "... verão V.V.E. Excias. que o Capitão Indio Guido Pokrane, dizia Marlière em 1821, sahio de Cuyathe com os outros Indios do Sul alli rezidentes e atta-

(1) — Na língua botocuda, *qüijemé* significa rancho ou coberta. Logo Marlière se refere nesse trecho a cama de casal sob coberta.

caram os Puris, a pesar de quantas recommendaçoens lhe fiz e as mais de cessarem as hostilidades contra aquelles Indios hoje pacíficos. Mas é procedido de huma crença fanatica estabelecida entre os Botocudos que não morre hum principal delles sem ser por malificio dos Puris, q'. reputam grandes feiticeiros, e por isto costumão sacrificar numerosos delles ao manes de seus defuntos" (R.A.P.M., ano X, pág. 558).

O morto (*queme*) botocudo era envolto em embiras e enterrado, com suas armas e ferramentas, em covas cobertas de cinzas. Também colocavam para seus mortos, na sepultura ou nos ranchos que sôbre ela construiam: mantimentos, mel, frutas e água; e, de tempos em tempos, iam renovar essas provisões, como faziam, na época de Marlière, no cemitério indigena do Bananal Grande. O enterramento devia ser feito com a maior rapidez, logo depois da morte, pois temiam que o demônio (*Nantchone*) dominasse o morto. Junto da sepultura, ainda plantavam, "para ajudar o morto", abóbora, mandioca e milho.

Todo êsse conjunto de práticas mostra que êles acreditavam na existência de vida extraterrena com recompensas e castigos. Também admitiam os botocudos a existência de dois entes poderosos: *Krenhou Jissa Kiju ou Kupanne* (grafia da época) ou Deus e *Nantchone* ou Demônio. A aceitação de tal dualismo os deixava apavorados, principalmente porque não chegavam a crer com firmeza na vitória do ente bom. A êste honravam "com danças e cantigas analogas; e o considerão bem fazejo; e dizem se lhes apresenta formoso, vestido de roupas alvas e bonitas. Ao segundo (*Nantchone*) pintão muito mal trajado,

mal fazejo, e feio até metter horror; não lhe tributão se não medo" (R.A.P.M., ano X, pág. 650).

Possuiam danças religiosas dedicadas ao sol (*tarú-tepó*), à Lua (*nuntnhiac ou camoniac*) e às estrêlas (*het-crete*), que funcionariam como entidades semidivinas e dotadas de grande influência sôbre os homens e os animais. Nesse ponto, os botocudos se assemelhavam aos demais indígenas brasileiros.

Na esperança de ter missionários da própria raça, enviou Marlière, de acôrdo com ordens imperiais, em 1825, cinco jovens botocudos ao Imperial Seminário de São Joaquim, do Rio de Janeiro. Os documentos conhecidos não esclarecem o que foi a vida dêsses indígenas estudantes.

Precursores e Cooperadores

Quando Marlière chegou, em 1813, à Mata Mineira, êle já a encontrou palmilhada em parte pelos pés de missionários do porte espiritual de Pe. Manoel de Jesus Maria e Pe. Francisco da Silva Campos, cujos trabalhos em favor dos indígenas croatos, cropós e puris jamais serão louvados como merecem. E foi, precisamente, graças à obra de catequese dêsses dois autênticos missionários e pioneiros que êle pôde iniciar com êxito, no Presídio, seus notáveis trabalhos de civilização do indígena. Não fôra a fecunda ação dêsses dois heróis, o desbravador francês não teria tido a seu alcance indígenas mansos e aldeados, com os quais pudesse dar início a sua ação civilizadora.

É oportuno aqui salientar que se cometem injustiças quando se louva o trabalho de Marlière como se a êle ùnicamente se devesse a civilização das tribos dos croatos, cropós, puris e botocudos. Marlière foi, por mais de um decênio, a primeira figura no esfôrço civilizador oficial. Ninguém lhe pode negar ou subestimar os méritos que demonstrou nesse difícil trabalho de aldear indígenas e incorpora-los à civilização. Mas é também inegável que altamente valiosa foi no mesmo sentido a obra do Pe. Manoel de Jesus Maria, do Pe. Francisco da Silva Campos, do Pe. José Pe-

reira Lidoro e do Pe. José Rodrigues Martins Pimenta. Ao lado de todos êsses nomes dignos da reverência das atuais gerações mineiras, devemos alinhar êsses outros, que também auxiliavam a obra civilizadora marlieriana, ora reforçando-a ou facilitando-a, ora executando-a apenas ou estendendo-a vitoriosa a novos sítios. É o caso do Cap. Gonçalo Gomes Barreto, de Constantino José Pinto, do Sargento Henrique José de Azevedo, do Cap. Francisco Pires Farinho, do Cap. Lizardo José da Fonseca e do indígena Guido Pocrane.

A obra civilizadora de um conjunto de tribos e mesmo de uma só tribo nunca é o trabalho exclusivo de um homem apenas. O trabalho civilizador exige com efeito a execução de variadíssimas tarefas, cuja complexidade escapa da previsão e do poder de um homem, por mais clarividente e realizador que seja. Assim, para civilizar os indígenas aludidos, necessários se faziam os trabalhos de desbravadores de matos, de "línguas" (1) para se entenderem com os indígenas, de sacerdotes para trazerem brancos e indígenas à moralidade, à Fé e aos sacramentos, de boticários e cirurgiões para os indispensáveis tratamentos dos enfermos, de comerciantes para porem em circulação as riquezas da terra e as riquezas alienígenas, de agricultores para revolverem a terra e alimentarem os homens, de soldados para manterem a ordem nos aldeamentos e nas localidades, de variado número de homens com habilitações profissionais para atenderem a outras necessidades dos povoados.

---

(1) — Intérpretes.

E Marlière compreendeu, desde os primeiros contactos com o mundo indígena, que precisava repartir seu trabalho civilizador com auxiliares honestos, capazes e amigos dos homens das selvas. Daí a escolha de um "Diretor de Índios" em cada localidade, com as funções delegadas e não remuneradas de promover a civilização dos indígenas que habitavam tanto nas aldeias como no interior das nascentes localidades, de auxilia-los com gêneros alimentícios e vestuário, de defendê-los contra a inescrupulosa ação dos aventureiros, de aplicar-lhes a justiça quando, depois de advertidos, persistissem em sua nocividade. Daí a manutenção das Divisões e de Curas e vigários no meio indígena. Daí ainda o amparo aos comerciantes e agricultores honestos, aos ferreiros, aos carpinteiros, aos pedreiros, às costureiras e alfaiates, aos boticários e a outros elementos humanos úteis à coletividade.

Se é verdade que o desbravador teve auxiliares leais e capazes, também não é menos verdadeiro que os teve incompetentes, desonestos, prejudiciais ao trabalho de conquista e civilização do gentio. Entre êsses, o próprio Marlière, já reformado e desiludido dos homens, destacava de modo geral os Comandantes de Divisões, a ponto de afirmar com pessimismo, em correspondência de 24 de setembro de 1829: "se forem processados os Commandantes das Divisoens por cauza de negocios poucos se acharão innocentes. Hé huma Epidemia que não soube nem pude curar, e dou parabens á minha fortuna de se ver livre deste Commando de traficantes", (R.A.P.M., ano XII, pág. 598).

O comando das Divisões consumiu, como induz Marlière, a melhor parcela de suas reservas físicas e nem por isso foram compensadores os resultados obtidos. Duas causas principais contribuiam para êsse malôgro: a falta de idealismo dos integrantes das Divisões e a ausência de boa organização militar nos corpos de tropa. O trabalho das Divisões era, com efeito, de tal natureza delicado que só o desempenhariam a contento os soldados e oficiais animados do ideal de salvar o indígena do nomadismo em que vivia; e êsse idealismo faltava na maioria dos subordinados de Marlière. Por outro lado, as Divisões careciam de eficiente organização para atuar com eficiência por entre aventureiros do pior estôfo moral e indígenas desesperados com as expoliações que se lhes faziam. O mal das Divisões começava com o recrutamento de seus integrantes, buscados entre a pior espécie de brancos e indígenas, com o que ingressavam na vida militar indolentes, assassinos, ladrões, traficantes e bêbados contumazes. Não há qualquer exagêro nessa afirmativa, cuja comprovação está na correspondência do civilizador, pródiga em ordens para detenção, condução e punição de soldados que furtavam nos pousos que obtinham, que extorquiam dinheiro dos viajantes, que davam fuga aos presos, que vendiam por importâncias irrisórias suas armas e fardamentos, que desviavam o material transportado, que invadiam lares, que matavam bàrbaramente indígenas e que desertavam em proporção assustadora.

Além dêsses males do recrutamento, por si sós suficientes para desorganizar as Divisões, existiam os decorrentes do sistema de vida mili-

tar vigorante nas mesmas. No tempo das chuvas, que ia de outubro-novembro a março-abril, os soldados se recolhiam aos quartéis e ali passavam dias de completa indolência; apenas trabalhavam nos dias ensolarados e, sòmente quando pressionados pelos respectivos comandantes, iam ao trato das lavouras feitas para seu próprio sustento e para o sustento dos indígenas. Na estação estival, ao lado de alguns exercícios militares, marchavam para um ou outro ponto da Mata Mineira, abriam estradas ou se entregavam a operações contra o gentio agressivo, os desertores e os poucos estrangeiros sem passaporte que ousavam penetrar nas matas; afora isso, continuavam indolentes nos quartéis, vendas vizinhas e nas casas suspeitas ou iam à caça e à pesca. Os soldados e oficiais mais ambiciosos tratavam de entabolar negociações com os indígenas para com êles negociarem a poaia, que aventureiros civis se encarregavam de fazer chegar aos centros compradores.

Voltemos agora aos precursores e cooperadores de Marlière.

Iremos, a seguir, considerar sucintamente a vida e a obra de alguns dos melhores, para que êsses heróis do passado compareçam no devido lugar, na exaltação da obra marlieriana. Sem êles, Marlière teria passado anônimamente entre os indígenas. Logo, o civilizador não pode ser glorificado sem que os raios dêsse triunfo envolvam êsses pioneiros.

Padre Manoel de Jesus Maria — A êste sacerdote, o verdadeiro apóstolo dos primórdios dos atuais municípios de Rio Pomba, Ubá e Visconde do Rio Branco, faltava cultura, mas sobrava amor

às almas. Não careceu êle, portanto, daquilo que é indispensável aos apóstolos das causas santas e é incômodo aos mercenários. Deus lhe abençoou, por isso, o trabalho nas selvas da Bacia do Pomba e lhe permitiu sentir, quando de seu falecimento em 1811, que não foram inúteis seus 43 anos de sofrimento entre os croatos e cropós e os brancos. Padre Manoel ia ingressar na Eternidade e, para consôlo seu, podia rememorar tôda uma série de triunfos nascidos de suas lutas: criação da Paróquia de São João Batista do Presídio, numerosos croatos e cropós batizados e aldeados, famílias bem constituídas povoando as terras dos antigos "Sertões de São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Indios Coroados e Cropós", e estradas trazendo os filhos das selvas às matrizes e capelas.

Êsse precursor de Marlière chegou como Vigário aos sertões desta parte de Minas por volta de 1767 (1), pouco depois de o Cap. Francisco Pires Farinho ter iniciado seu trabalho na zona e quando seus indígenas ainda vagavam pelas matas temerosos de um contacto mais cordial com os aventureiros.

Instalando-se também em São Manoel da Pomba como "Capelão Cura dos Coroados e Coropós" e trazendo a respectiva provisão da Autoridade Diocesana de Mariana, logo se pôs em serviço missionário e, não arreceando canseiras nem contratempos, buscava realizar tudo quanto

---

(1) — A Vila de São Manoel da Pomba só foi criada por decreto regencial de 13 de outubro de 1831 e o pelourinho se levantou solenemente em 25 de agôsto de 1832.

pudesse beneficiar espiritual e materialmente seus assistidos.

Pe. Manoel não esperava cômodamente que os indígenas o procurassem para receber o ensino e os socorros do Evangelho. Ia até onde se achavam e, para isso, sabia pedir com insistência obra vultosa como a da abertura de caminho, em 1767, para o interior das selvas:

"... E se necessita muito acabar de fazer hum novo caminho de cavallo em grande distancia the á Paragem onde o Suplicante Pretende aldeiar os gentios; e como estes não estão em disposição para o trabalho e são pessoas inimigas delle, por creados sem preceitos..." (Códice S.G., 103, do Arquivo Público Mineiro).

O mesmo caminho o move, anos depois, em 1792, a novo pedido, sempre em favor da cristianização de seus queridos e necessitados gentios, cujo Diretor era o Cap. Francisco Pires Farinho:

"Diz o Pe. Manoel de Jesus Maria, Vigario Colado na nova Freguezia do Glorioso Martir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe, dos Indios Coropós e Croatos que V. Exc. foi servido prometer ao Suplicante mandar-lhe abrir novo caminho do lugar da Matriz para o Rio Chopotó, braço da mesma Pomba, onde moram alguns croatos, para comunicação dos mesmos Indios e melhor poder o Suplicante guiar por aquelles certões e Roças dos referidos indios, administrando-lhes os sacramentos com mais presteza, pois a picada que ha de presente é muito longe..."

Também na aldeia de São Manoel da Pomba o Pe. Manoel dava mostras de seu incontido zêlo. E às suas múltiplas atividades ainda acrescentou

a de professor de primeiras letras. Um de seus alunos, o indígena Filipe da Motta, natural de Guarapiranga (1), chegou, afirma-se, ao sacerdócio em Mariana, em 18 de setembro de 1790.

Pe. Manoel nasceu em Casa Branca, na então comarca de Vila Rica, e era filho da africana Maria e do português João Antunes. Faleceu na sede da paróquia, que êle tanto beneficiou, em 6 de dezembro de 1811 e foi sepultado no interior da Igreja Matriz. O registro de seu óbito foi lavrado nos seguintes têrmos:

"Aos seis (6) dias do mez de dezembro de mil oitocentos e onze (1811), falleceu da vida presente, com os Sacramentos da Penitencia, Eucharistia e Extrema Uncção, o Reverendo Manoel de Jesus Maria, nesta Freguezia do Martir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Indios Croatos e Cropós, do que para constar fiz este assento dia e era ut supra.

Padre José Luiz Corrêa"

A côngrua annual do denodado evangelizador era, no início do século XIX, de apenas 200$000.

Padre Francisco da Silva Campos — Êsse batalhador pela causa dos indígenas na zona do Presídio nasceu em Barra Longa e era neto de Salvador Fernandes Furtado, conforme testemunho do autorizado historiador Cônego Raymundo Trindade (2). Ordenou-se sacerdote em São

---

(1) — Piranga.

(2) — "Breve Notícia dos Seminários de Mariana", Edição da Arquidiocese de Mariana, 1953.

Paulo, em 8 de dezembro de 1778, e foi o primeiro Capelão-Cura nomeado para os índios da Capelania de São João Batista do Presídio. Chegou ali, pois, quando os indígenas da região estavam sendo, há pouco, beneficiados pela obra de catequese do Padre Manoel de Jesus Maria (1).

Viveu pouco entre os croatos, mas teve oportunidade de estabelecer para êles algumas aldeias e de ensinar-lhes a doutrina, rudimentos de agricultura e noções de economia. Dêle, os croatos receberam o ensino do cultivo da cana e do fabrico do açúcar, merecendo, por êsse motivo, o título de pioneiro da poderosa indústria açucareira de Visconde do Rio Branco.

Quando Marlière entrou em contacto com os croatos, ainda viu os benefícios que o Padre Francisco da Silva Campos espalhou entre êsses indígenas.

Padre José Rodrigues Martins Pimenta — Foi nomeado Vigário Colado do Cuieté por decreto imperial de 20 de outubro de 1825. Seu amor à causa dos indígenas levou-o, na qualidade de "Missionário dos Indios do Sul e do Norte do Rio Doce", a cooperar com Marlière.

Valeu-se muito da colaboração do indígena Innocêncio Gonçalves de Abreu, da 6.ª Divisão e "Bom pratico de Mattas" e o primeiro a levar botocudos civilizados à presença do Monarca, o que ocorreu em 1823.

Êsse Innocêncio é o mesmo a quem Marlière acusou de furto e do qual retirou o título de Capitão dos Índios, reduzindo-o à condição de simples

(1) — Em 1791.

soldado. A favor da inocência dêsse indígena levantou-se, porém, em 17 de março de 1836, o Comandante Geral das Divisões, Felipe Joaquim da Cunha e Castro, um dos sucessores de Marlière.

Pe. José Pereira Lidoro — Foi o Missionário dos indígenas das margens do Rio Jequitinhonha. Amava-os como a filhos e procurava atendê-los em tôdas as necessidades, fôssem espirituais ou materiais. Era incansável em pedir auxílios e utensílios para seus assistidos. De uma feita, em setembro de 1824, Marlière lhe forneceu para distribuição entre os indígenas: "50 Camizas de homem, — 50 dº. de mulher, — 50 Caiças, — 50 saias, — 12 Lenços, — 12 Tizouras, — 12 Massos de missangas, — 200 Anzoes, — 12 Espelhos, — 12 Colheres de metal, — e 200 agulhas, tudo tirado do Armazem deste Quartel (1), — 50 Machados, — 500 Fouces, e 200 Facas..." (R.A.P.M., ano X, pág. 474).

Em 12 de junho de 1824, foi nomeado por Marlière Diretor dos Índios do Jequitinhonha, pôsto no qual venceria 200 réis por dia! Coube-lhe ser o primeiro Vigário da Paróquia de São Miguel de Jequitinhonha. Em 1832 já era falecido.

Foi graças a êle que os machacalis da aldeia do Rubim se civilizaram. Em 1832, essa tribo sabia fiar, fazer "alguns tessumes como redes bem delicadas, e cesta de sipós". (R.A.P.M., ano XVII, pág. 85).

Na referida localidade de São Miguel, atual cidade de Jequitinhonha, construiu êsse benemé-

(1) — Quartel Central da Onça Pequena.

rito missionário uma aldeia com casas cobertas de telhas e feitas de madeira lavrada, procurando assim iniciar os indígenas num padrão de vida elevado em face dos recursos da época.

Como sempre ocorre com os apóstolos zelosos da boa causa, foi o Pe. Lidoro vítima de atroz calúnia: a de que havia recebido, em 1827, enormes quantias do Govêrno Imperial para distribuir entre seus queridos indígenas e, na realidade, distribuído apenas 3.000 cruzados. Marlière se encarregou da defesa dêsse digno sacerdote e, a propósito da calúnia, expediu em 20 de junho de 1827 veemente mensagem aos colonos e indígenas do Jequitinhonha, mostrando-lhes que o Pe. Lidoro apenas recebeu o total de cruzados distribuídos.

Cap. Gonçalo Gomes Barreto — Foi o 3.º Diretor de índios do Presídio e grande fazendeiro e senhor de escravos, por sinal o maior da localidade.

Sua fazenda, a da Cachoeira, situava-se quatro quilômetros ao Norte do Presídio, junto ao Rio Chopotó, e nela todos encontravam amável acolhida. Na sociedade presidiense de seu tempo, foi uma das figuras mais queridas e respeitadas. Até os escravos participavam dêsses sentimentos gerais, porque a êles o influente proprietário concedia tratamento humano. Também os indígenas estimavam dirigir-se a êle, na certeza de encontrar amparo moral e material.

É de sua autoria o pedido inicial para a abertura da famosa estrada que até 1840 ainda ligava o Presídio a Campos dos Goitacases, na Província do Rio de Janeiro. Essa via pôs tôda a Mata

Mineira em comunicação com o litoral fluminense e contribuiu decisivamente para o progresso das regiões por ela atravessadas. Foi obra de vulto, levando-se em consideração a agressividade do meio, a precariedade dos recursos existentes e o seu término em 1812. E Gonçalo Gomes Barreto, como o confessa Marlière, "foi quem mais contribuio à beneficio desta abertura a ql. foi feita por prestações voluntarias dos moradores" (1) e melhorada pelo trabalho de soldados das Divisões.

Por essa estrada, quando devidamente conservada, desciam as tropas mineiras, que levavam poaia e deviam voltar trazendo sal das salinas fluminenses, e as boiadas do sertão vendidas a fornecedores da Côrte; por ela subiam tropeiros, comerciantes, aventureiros e militares.

Marlière, que precisava de bons auxiliares para sua obra de conquista do indígena, fêz do Capitão Gonçalo Gomes Barreto o sucessor de José Ferreira da Silva na Direção dos Índios do Presídio. O novo Diretor tendia mais para a bondade que para a energia punitiva, não conseguindo, por êsse motivo, obstar de todo os abusos e crimes contra os indígenas. Foi o bastante para que Marlière o advertisse em têrmos deveras candentes:

"Recebi o Officio de Vm" de 11 do Corrente e sinto, que hum Director de Índios, que deve ser activo e vigilante nunca ache ocasião de prevenir delictos, nem de os castigar: ..." (R.A. P.M., ano XI, pág. 153).

---

(1) — R.A.P.M., ano IX, pág. 127.

A Gonçalo Gomes Barreto, deve a história valiosa contribuição para o aparecimento da Povoação de São Paulo do Manoel Burgo, hoje Muriaé. Foi êle, de fato e a pedido de Marlière, o financiador da expedição de Constantino José Pinto, seu amigo no Presídio, até às margens dos Ribeirões Sarg. João do Monte e Robinson Crusoe — formadores do Rio Muriaé — para o aldeamento dos puris. Além disso, adquiriu terras na zona e custeou as despesas com o término da primeira Capela e do primeiro Hospício para indígenas na nascente localidade:

"Pela mesma conta acompanhada dos Documentos competentes, resulta ficar se devendo ao Capitão Gonçalo Gomes Barreto do Prezidio de S. João Baptista, para complemento das Obras da Capella, e Hospicio dos Índios no Aldeamento de Manoel Burgo a quantia de 112$130" (R.A.P.M., ano XII, pág. 536).

O benemérito cooperador e compadre duas vêzes de Marlière foi casado, em primeiras núpcias, com Anna Catarina de Sene, falecida em 1812, no Presídio. Pela morte desta, casou-se, como era comum, pouco depois, com Teresa Maria de Jesus. Do segundo matrimônio, teve numerosos filhos que se foram localizando nas terras vizinhas às do pai e, depois, nestas. Entre êsses filhos, existiram os seguintes, cujos nomes chegaram até nós:

1) Domicianna, nascida em 26 de setembro de 1813 e batizada no dia 30, sendo seus padrinhos o "Capitão Pago Guido Thomaz Marlière, Director Geral dos Indios e Dona Maria Victoria Rozier";

2) Antonio, nascido em 20 de junho de 1816 e batizado no mesmo dia, tendo como padrinho o Diretor local dos índios José Ferreira da Silva. Casou-se com Flavia Luiza de Souza;

3) Antonia Candida, batizada em 21 de dezembro de 1819, sendo seus padrinhos o Alferes João do Monte Fonseca, Comandante da 2.ª Divisão, e Antonia Rodrigues. Casou-se, em 19 de outubro de 1840, com Augusto Frederico Saraiva. Dêsse matrimônio surgiu a distinta Família Saraiva de Visconde do Rio Branco;

4) Domicianno, batizado em 26 de janeiro de 1821, tendo como padrinhos Marlière e sua espôsa. Casou-se com Maria Luiza da Cruz, em 26 de outubro de 1843;

5) Innocencio, nascido em 14 de março de 1823;

6) José, nascido em 6 de junho de 1825. Casou-se com Maria Augusta da Gloria;

7) Maria, nascida em julho de 1827;

8) Luiz, que se casou com Amelia Maria de Jesus;

9) Vicente, que faleceu criança e foi sepultado no Presídio, em 3 de abril de 1839;

10) Um menino, falecido ao nascer em 5 de janeiro de 1841.

A numerosa Família Barreto de Visconde do Rio Branco deve sua origem ao Capitão Gonçalo.

Constantino José Pinto — Êste devassador das selvas habitadas pelos puris surge na história da Mata Mineira como habitante do Presídio. Ali possuia uma sorte de terras e lhe nasceram alguns filhos. Espírito dado a aventuras, cora-

joso e empreendedor, aceitou de Marlière a designação para primeiro Diretor dos puris, cujo aldeamento oficial foi iniciado com a demarcação, em 3 de setembro de 1819, das terras destinadas às culturas e à sustentação dos mesmos gentios.

Constantino participava do ponto de vista de Marlière de que o civilizador dos indígenas devia residir entre os mesmos. Isso levou-o a transferir-se, seguindo pelos cursos do Pomba e de rios vizinhos, para os Sertões do Muriaé, onde se pôs a lançar os fundamentos daquilo que seria a cidade de Muriaé.

O Quartel de Constantino ficava no local exato onde se ergue a Igreja do Rosário.

Nasceu êsse auxiliar de Marlière em 1784, em Barbacena, e era filho de Manoel Domingos Pinho e Anna Francisca da Assunção. No Presídio, nasceram-lhe alguns dos filhos.

Deixando seu pôsto de Diretor, no exercício do qual muito despendera em gêneros alimentícios e vestuário com os puris, passou a residir em Patrocínio do Muriaé, onde adquiriu e explorou propriedade agrícola. Posteriormente, voltou a Muriaé. Faleceu viúvo e idoso, depois de sobreviver por muitos anos a Marlière e ao Cap. Gonçalo Gomes Barreto, seus amigos na ingente e rude tarefa de arrebanhar os puris para a civilização e catequese.

Sgto. Henrique José de Azevedo — Foi um dos primeiros habitantes da terra do Pôrto dos Diamantes, futuro Cataguases. Ali, prestou valiosa colaboração a Marlière, quando êsse, em 1828, lançou os fundamentos da localidade, que logo se chamaria Santa Rita da Meia Pataca.

A êsse cooperador da obra marlieriana se deve a doação, por escritura de 26 de maio de 1828, do patrimônio da Capela de Santa Rita de Cássia.

Cap. Francisco Pires Farinho — O nome dêsse precursor surge na História da Mata Mineira em 22 de novembro de 1757, quando obteve a pacificação dos indígenas da "zona do Rio Xopotó dos Coroados" (Códice S.C. 347, maço X do Arquivo Público Mineiro).

Por mais de meio século, êsse desbravador viveu nessa zona, entre os indígenas, lutando para a humanização de seus costumes. Foi Diretor dos índios até setembro de 1813, quando, já velho e alquebrado, passou êsse pôsto a José Ferreira da Silva, indicado por Marlière.

Francisco Pires Farinho possuia propriedade agrícola e colaborou para o progresso dos nascentes arraiais de São Manoel da Pomba e Conceição do Turvo (1). O patrimônio da Capela dessa última localidade foi obtido graças aos esforços de Pires Farinho.

É fora de dúvida que êsse civilizador de indígenas foi o primeiro a trabalhar com real êxito entre os creatos e, assim, o primeiro a preparar o ambiente para a futura ação de Marlière.

Cap. Lizardo José da Fonseca — Com a criação da 4.ª Divisão Militar do Rio Doce, em 2 de julho de 1808, êsse oficial passou a integra-la no pôsto de Alferes e como seu Comandante-Chefe. Até o aparecimento de Marlière, dirigiu seus esforços numa luta de morte contra as hordas dos botocudos. Inteirando-se dos planos dêste, com-

(1) — Senador Firmino, hoje.

preendeu o êrro em que incidia e passou a auxiliar ativamente o civilizador.

Em 24 de março de 1824, conseguiu promoção ao pôsto de Tenente. Recusou atender os desejos de sua família no sentido de passar à reserva, preferindo continuar na ativa e dizendo: "quero ver aos Indios mansos primeiro". Sob a direção de Marlière, expediu, à própria custa, canoas com mantimentos para os indígenas, Rio Doce abaixo. Em pouco, se tornou o "braço direito" do Diretor-Geral dos Índios. Com seis meses de intenso trabalho, abriu com seus homens a importante Estrada que ligaria, em 1825, o Rio Sto Antônio ao arraial de Antônio-Dias- Abaixo, merecendo, por isso, louvores do Imperador D. Pedro I.

Para recompensar-lhe o muito que fêz em favor dos botocudos, após compreender que é com amor e não com ódio que se conquistam homens, Marlière pediu, em 5 de setembro de 1825, para êle a graduação de Capitão e o Hábito da Ordem de Cristo. A promoção foi-lhe concedida, não acontecendo o mesmo com a condecoração.

Ao que se julga, entre o Capitão Lizardo e Marlière surgiram atritos a partir de 1826. E até inimigos pessoais se tornaram.

Indígena Guido Pocrane — Pocrane tornou-se conhecido de Marlière em 1819, quando, em companhia de outros botocudos, foi até o quartel do civilizador. E daí por diante grande afeição uniu os dois.

Pocrane converteu-se à Igreja, batizou-se pouco depois, tendo Marlière por padrinho e acompanhava com interêsse as cerimônias religio-

sas. Todavia, não deixou, apesar dos esforços de Marlière e de missionários que com êle lidavam, a poligamia e o hábito de vingança contra os puris. Mantinha quatro mulheres e procurava formar os filhos nos hábitos civilizados.

Não possuia o vício da embriaguez, tão comum entre seus irmãos das selvas, e era de grande lealdade para com seu benfeitor, a cujas ordens penetrava nas matas para atrair os de sua raça à civilização. Como "lingua" ou intérprete, prestou a Marlière inestimáveis serviços, permitindo-lhe fazer entender-se pelos botocudos.

Usava calçados, mantinha plantações e criava animais domésticos num sítio vizinho do Rib. Pocrane, um dos tributários do Rio Manhuaçu.

Revelou tal apêgo à vida civilizada que não parecia proceder dos matos. Sofreu intensamente com a reforma de Marlière.

Faleceu em 1843, como soldado da 2.ª Divisão, em idade relativamente jovem: cêrca de 40 anos.

No meio em que residia, aplicava castigos aos indígenas indisciplinados.

Pocrane impressionava por seus hábitos de civilizado a quantos com êle lidavam.

Em homenagem a sua memória deram o nome de Pocrane à cidade mineira cujos alicerces êle lançou e a qual se ergue nas terras outrora habitadas pelo decidido indígena e afilhado de Marlière.

Obra Civilizadora

Dispondo-se, em 1811, a trabalhar distante dos civilizados, Marlière, sem o saber, se preparava para dar cumprimento a sua missão civilizadora, que abriu ao branco vastas regiões de nosso Estado.

Assim, enquanto outros militares teimavam em ficar em Vila Rica, vegetando nos quartéis, nos botequins ou nas casas suspeitas, Marlière viria correr nas matas os riscos de ser assassinado, de ser ferido pelas flechas ou de ser inutilizado pelas febres que endêmicamente grassavam nas selvas. Era êle idealista e os idealistas sinceros almejam realizar o que lhes pertence e o que pertence à legião dos gozadores que, em todos os tempos, infestam os cargos públicos, esvaziam o tesouro da nação ou do estado, prejudicam os cidadãos e estancam o crescimento nacional.

No desempenho da trabalhosa missão civilizadora a que se propôs, Marlière não teve oportunidade de projetar seu nome por meio de ações retumbantes, capazes de por si mesmas atrair aplausos coletivos e movimentar as altas esferas administrativas do País e a imprensa da Côrte. Também não conseguiria êsses aplausos depois da morte. Sua ação desenvolveu-se num plano diverso daquele que provocava sensacio-

nalismo. Desenvolveu-se no interior das selvas, longe do olhar curioso do mundo que se tinha na conta de civilizado, na monótona repetição de atos que exigiam do desbravador maior dose de sacrifícios porque atos diários, relacionados com soldados broncos e indígenas bárbaros, porque atos perigosos à vida e aos haveres de quem os praticava, porque atos favoráveis a homens que os brancos aventureiros desprezavam para equipara-los às feras e, assim, elimina-los sem maiores conseqüências policiais ou judiciárias.

O verdadeiro grau do mérito de Marlière só obteve fixação quando outras gerações sucederam àquelas que viram e ouviram o civilizador francês.

O plano de Marlière não foi traçado à distância do indígena, nem constou de documentos expressos. Foi sendo delineado aos poucos, à medida que seu dirigente entrava em contacto com os indígenas e lhes sentia as qualidades e os defeitos, as tendências e as necessidades. Também as instruções oficiais que lhe iam sendo transmitidas em prolixos documentos exerceram poderosa influência sôbre o conduzir de Marlière em seu mundo indígena.

Assim procedendo, o civilizador agiu correta e inteligentemente. Nada lhe adiantaria apresentar planos grandiosos, mas afastados da realidade que imperava na vida das florestas, vida que de resto só se tornaria bem conhecida de Marlière quando a civilização alcançasse o apogeu. E a essa altura de sua vida, o civilizador estaria prestes a ser reformado no serviço militar.

Quatro pontos fundamentais balizaram o trabalho civilizador marlieriano: amor ao indígena,

fixação nos aldeamentos, serviço agrícola e catequese.

Amor ao indígena — Tôda obra de conquista, para realizar-se plenamente, deve ser obra de amor. Marlière o sabia por experiência própria e recolhendo trágicas lições da tormentosa história de sua Pátria. Com efeito, havia êle assistido de perto ali aos horrores desencadeados pelo sanguinário furacão da Revolução Francesa.

Tivera, então, oportunidades várias de sentir até que limites de ferocidade podem chegar os movimentos sociais em bases outras que não o amor. E, de tudo o que vira e ouvira, chegara certamente a essa lição que a história não se cansa de repetir aos homens de tôdas as idades e lugares: a obra do ódio se traduz em ruínas, degradação moral e morte.

Transportando-se ao Brasil e embrenhando-se nas selvas mineiras, jamais olvidou Marlière o que vira em sua querida e longínqua França. E sôbre a rocha do amor lançou as bases de sua obra de conquista e civilização dos indígenas.

Apenas contra os puris e por duas vêzes fugiu, inexplicàvelmente, a essa diretiva, ao ordenar que expedições punitivas de croatos atacassem os puris do futuro São Paulo do Manoel Burgo. Essas expedições abriram-lhe, é certo, o caminho para alcançar os puris, mas jamais deixarão de ser sombra a empanar em algo a obra e a memória de nosso biografado. E é o próprio Marlière quem explana, em documento de 28 de março de 1827, o histórico dessas expedições, que êle procurava explicar como necessá-

rias em face da agressão puri a indígenas coroados:

"Tenho memoria de haver mandado, em 1814 ou 15, duas Bandeiras ao Matto, contra os Puris então bravos. A 1ª porq' vierão matar a hum moço na Freguezia d' S. João Baptista do Presídio, composta de Portuguêzes da Esquadra do Matto, e de Indios Coroados: a 2.ª, inteiramente de Coroados, por virem os mesmos matar á hum Indio desta Nação chamado Silvestre, e a dous filhos deste, que estavão trabalhando nas plantaçoens de sua respectiva Aldêa". (R.A.P. M., ano XII, pág. 576).

O amor ao indígena fêz Marlière dizer que os amava como a filhos e deixar Vila Rica e São João Batista do Presídio para estabelecer-se no meio das matas, na Serra da Onça, e ali construir o Quartel e a Fazenda de Guidowald; fê-lo não usar armas de fogo contra os indígenas, mesmo quando ameaçadores; fê-lo clamar contra o indigno comércio de crianças indígenas; fê-lo tolerante para com a impolidez e a indiferença dos silvícolas; fê-lo mesmo procurar, dentro do possível, identificar-se com aquêles que devia atrair à civilização; fê-lo enfim exclamar, em 26 de outubro de 1826: "vimos enfim a nossa ditosa Provincia livre do Flagelo do gentio... ei-los (os botocudos) mansos: este hé o meu Alleluia!"

Foi pena não pudesse acrescentar: "Vimos também a nossa ditosa Provincia livre do Flagelo do Branco explorador e assassino do indígena: . . . ei-lo manso: este hé o meu Alleluia!"

Fixação nos aldeamentos — Marlière aproveitava uma das grandes experiências missioná-

rias dos jesuítas que catequizavam indígenas no Brasil: a da superioridade da catequese em aldeamento sôbre a catequese no ambiente dispersivo das selvas.

De fato, só depois de aldear-se começava o indígena a incorporar a sua existência saudáveis hábitos transmitidos pelo branco. E o primeiro era o da própria fixação ao solo com o apêgo às coisas e aos sêres. A isso seguiam-se hábitos alimentares, de vestuário, culturais, etc. Por outro lado, a concentração dos indígenas em aldeias facilitava às autoridades o encaminha-los para a agricultura organizada, para as práticas religiosas inculcadas pelos missionários e para os trabalhos militares nas Divisões.

A propósito dos aldeamentos, escrevia Marlière em 1826: "devem ser estabelecidos em Mattas Virgens, Patria dos Indios em avezinhanças de Rios Navegaveis, sendo possivel abundantes de Peixe, q. determinará a sua fixda. pela abunde. daquelle sustento, e o deleite dos banhos, sem os quaes não passão. Será ao mesmo tpo. huma Escolla de Canoeiros. "(R.A. P.M., ano XI, pág. 81). E Marlière, em sua permanência de anos à margem do Rio Doce, foi pródigo em colocar canôas à disposição das aldeias de botocudos. Os resultados foram os melhores possíveis e possibilitaram não só a travessia de novas tribos para o meio dos brancos como também beneficiaram a navegação do Rio, uma vez que a presença dos canoeiros botocudos era meio de defesa para os demais passageiros.

Para dar maior solidez aos aldeamentos, o civilizador nêles estabelecia uma autoridade indígena nominal, mas suficiente para dar aos silví-

colas a impressão confortadora de que se governavam. Com isso, o desbravador atendia o acendrado pendor do indígena para a independência, pendor que, de resto, existe em qualquer povo, por mais rudimentar que seja seu grau de civilização. O amor à liberdade não morre. Passam os exércitos e os tiranos, civilizações e povos deixam de existir, mas o apêgo à liberdade permanece íntegro. Para eliminá-lo é necessário eliminar a própria humanidade!

Marlière explica com as seguintes palavras o aludido sistema de poderes indígenas, sistema que ruiu com o fulminante desaparecimento do gentio: "Cada Chefe destas familias em que se contarem 50 ou 60 arcos, pode ser condecorado, pelo Director Geral, ou outra pessoa preposta para os governar, com o título pomposo de Capitão; ao seu imediato de Alferes; e deixa-se-lhe à escolha dos seus Sargentos, cabos e soldados". "Estas graduaçoens não tem consequencia para o Estado". (R.A.P.M., ano X, pág. 543).

Com êsse precário respeito a seus pendores de liberdade em face do branco, os indígenas conservavam a crença de que retinham boa parcela da liberdade que usufruiam, sob a direção dos caciques, no meio das matas. Obedecendo a seus caciques, os indígenas fugiam ao desarvoramento diante da complexa organização em que se assentava a autoridade dos brancos. De fato, ter-lhes-ia sido chocante sentirem, de momento para outro, sair da alçada da autoridade dos caciques para cairem sob a alçada dos brancos, que aos filhos das selvas surgiam como intrusos e, quase sempre, como inimigos.

Êsse tênue respeito à autoridade dos caciques prepararia, pois, o terreno para os indígenas se incorporarem à civilização sem perderem sua personalidade, sem se deixarem absorver pelos brancos, sem desaparecerem como raça.

Marlière, de fato, sonhava com uma população em que o branco, o negro e o indígena, conservando suas características étnicas ou misturando-as, moldassem uma sociedade pacífica e progressista.

Não uma sociedade cujos elementos aspirassem a posse de absoluta igualdade, o que é contrário à natureza das coisas, mas uma sociedade em que, havendo iguais possibilidades para todos, triunfassem os mais capazes, os mais bem dotados. Nêsse mundo novo, caldeado em plena selva, caberia, pelo que se vê, ao indígena um papel destacado, embora inferior ao do branco.

Serviço agrícola — Marlière compreendeu que nosso País, em seu tempo, era país essencialmente agrícola, que a brusca passagem de um povo de economia agrária à economia industrial lhe é fatal, e que seria, por isso, êrro grave não preparar o indígena para o cultivo da terra.

Além disso, verificou ser êsse o trabalho mais accessível à reduzida soma de conhecimentos do indígena, não só por exigir dêle um aprendizado sumário como também por mantê-lo o mais próximo possível de seu habitat primitivo, fator êsse considerado importantíssimo por Marlière: "... os Selvagens não se devem expatriar: no seu paiz natalicio hé que se civilizão bem, tornando-lhes a vida agradavel por via de Plantações, para elles, e outros beneficios philantropicos". (R.A.P.M., ano X, pág. 573).

Também correspondia essa orientação a uma necessidade imediata: a da produção de alimentos em abundância para que os indígenas não se sentissem tentados a voltar às aventuras das selvas, para fugirem da fome ou da sub-alimentação. É instintiva no homem a repulsa a êsses espectros que tanto têm feito sofrer os povos. Por isso, os indígenas a sentiam em tôda a sua plenitude e, quando vítimas da fome, se entregavam às piores tropelias. Com o estômago vazio, é conhecido o pensamento, o homem perde seu raciocínio e se deixa arrastar pelos impulsos do ódio e da vingança.

Por tudo isso, não é lícito incriminar Marlière de não ter, embora podendo fazê-lo, atraído o indígena adulto aos ofícios no interior das localidades. Se o selvagem era sofrível agricultor, não estava êle, evidentemente, em condições de se tornar, de momento para outro, carpinteiro, ferreiro, pedreiro, alfaiate ou seleiro, porque tais ofícios pressupõem maior grau de civilização, trabalho metódico, certo senso de arte, qualidades essas de que os indígenas da época andavam distanciados. E, para tais ofícios, já existiam os brancos, com habilitação suficiente e sem nada pesarem ao erário público. Cada oficial dêsse transmitia aos filhos ou a outros jovens a arte que executava e, assim, sem a intervenção de Marlière e de seus colaboradores diretos, não sofriam solução de continuidade as carreiras profissionais destinadas a auxiliar as nascentes populações. Apesar de tudo, Marlière não deixou de defender o aprendizado dêsses ofícios por parte dos meninos indígenas: "devem-se repartir Mestres de officios mecanicos, quanto antes, aos fi-

lhos de Indios e de todas as Naçoens pa. aprenderem a Carpinteiro, Telheiros, Ferreiros, Sapateiros e Alfaiates", (R.A.P.M., ano X, pág. 612). Com tais habilitações profissionais, êsses indígenas do futuro estariam em condições de contribuir valiosamente para as coletividades que, nos sonhos idealistas do civilizador, se ergueriam nas paragens outrora selváticas e de fugir da prepotência do branco escravizador.

Tirar, aliás, o indígena bruscamente de seu meio, o meio rural, não só lhe seria mortal como também seria causa de sensível desequilíbrio na economia dos povoados e das vilas. Tem custado a morte de milhares de silvícolas e o desperdício de preciosos recursos materiais o desrespeito a êsse princípio.

Para ver desencadear-se êsse fenômeno de desequilíbrio econômico basta, aliás, romper a proporção que deve existir entre o volume de populações rurais produtoras e o das populações citadinas consumidoras. Nos países que se industrializam aceleradamente ou naqueles que instituem avançadas legislações sociais apenas para o homem da cidade, o fenômeno ocorre sem demora.

A agricultura ensinada ao indígena por Marlière e seus colaboradores só poderia ser, evidentemente, a habitual na época, recebida dos fazendeiros e sitiantes que deixavam outras partes de Minas e do território fluminense para se instalarem nas ambicionadas terras da Mata Mineira. Agricultura com base na derrubada indiscriminada de matas e no plantio irracional do milho, do feijão, do arroz, da cana e de raízes como a mandioca . Agricultura que se iniciava

no solo semicalcinado pelas queimadas. Agricultura sem irrigação artificial, sem observância das curvas de nível, sem seleção de sementes, adubação racional e rotação de culturas. Aliás os conhecimentos de Marlière nessa matéria como também em História Natural não passavam de modestos. Mas não impediram que êle fugisse da praga da monocultura, tão em voga em outras regiões do País.

Na época, era essa a agricultura conhecida nessas paragens e parecia ótima uma vez que as terras cultivadas possuiam ainda certa riqueza de húmus, sais minerais e bactérias nítricas e o fenômeno da erosão longe estava de ser suspeitado. Mas a transmissão dêsses processos agrícolas às gerações seguintes tornou-se desastrosa, à medida que as terras se empobreciam e mais densos se tornavam os núcleos de população.

Assim, embora assinalando graves erros no ensino agrícola transmitido por Marlière e seus auxiliares, não podemos atirar a responsabilidade dos mesmos no grande sertanista do século XIX. Eram erros da época e êle estaria pretendendo criar um reino de utopia se ensinasse ao indígena uma agricultura diversa e superior à que existia nos sítios e fazendas dos brancos.

Para possibilitar aos indígenas o trabalho agrícola, Marlière procurava, com empenho, obter das forjas de Itabira ou dos comerciantes no ramo o maior número possível de machados, enxadas e foices e distribuir êsses utensílios entre as tribos. Além de evitar que os indígenas indolentes vendessem êsses instrumentos aos brancos

aventureiros, fazia o civilizador gravar a letra I (1) em cada um dêles e punir com severidade os que mercadejassem com tais objetos. Mesmo assim, os brancos, levados pela escassez de ferramentas, eram constantes na pressão que faziam para obter dos indígenas êsses machados, foices e enxadas. Para vencer qualquer oposição do gentio à venda de tais peças, o colono recorria ao dinheiro, à aguardente e, não poucas vêzes, até ao furto.

Como complemento, Marlière ainda fornecia a seus assistidos facas e facões com que pudessem devassar o mato, cortar cipó ou descascar frutas. Pena é que tais facas e facões se transformassem, nos momentos de rixa, em instrumento responsável pelo maior número de mortes e ferimentos de indígenas e brancos.

O cuidado do civilizador com a agricultura indígena ia a ponto de estabelecer em cada aldeamento importante uma tenda de ferreiro com forja, limas, ferro, aço, martelo, etc., para reparação das "ferramentas agrarias".

As culturas mais estimuladas por êle eram as do milho, do arroz, do feijão, da mandioca, da cana de açucar, da banana e da abóbora, porque todos êsses elementos integravam a alimentação do indígena e nada era mais recompensador aos filhos das florestas que ver, meses depois, o resultado de seu trabalho.

Aos indígenas que o ajudavam nas grandes plantações anuais de Guidowald, inclusive as de

---

(1) — Essa letra indicava ser do Imperial Serviço o objeto assinalado.

algodão, Marlière pagava justo salário, contribuindo também dêste modo para mantê-los apegados ao amanho da terra e para advertir sitiantes e fazendeiros de que deviam remunerar o trabalho indígena, tão digno de recompensa quanto o do branco.

Catequese — Em vigoroso trecho de "Composições Várias" (1), Alexandre Herculano, cuja morte na impenitência nos impede classifica-lo entre os defensores do ensino católico, escrevia sôbre o valor civilizador da religião essas judiciosas considerações: "Tomaremos a defesa da religião porque, sem ela, não há civilização verdadeira; sem civilização não há bons costumes, e sem êstes não só a liberdade não é possível, mas nem siquer a sociedade".

Marlière pode não ter tido parecer semelhante nem compreendido o inteiro alcance do ensino religioso às tribos dos croatos, cropós, puris e botocudos. Mas sentiu que a formação ministrada "com o Evangelho, a Cruz e Comer; e não com Espingardas" (2), tornava os indígenas mais dóceis, mais apegados aos centros onde existiam capelas e matrizes, menos indolentes, enfim, mais permeáveis à civilização e próximos da liberdade. Daí o apoio que oferecia aos trabalhos missionários, sem os quais, digamos explicitamente, Marlière teria conseguido muito pouco em seu esfôrço civilizador, uma vez que a formação cristã é a base de todo verdadeiro progresso, e, no caso de Minas Gerais, a Igreja foi, no período colonial, o "elemento fundamental na

(1) 3.ª ed. Lisboa, pág. 176

(2) R.A.P.M., ano X, pág. 419

gênese da vocação mineira para a fraternidade e o bem público" (1). E o tem sido!

Realmente, não é lícito afirmar que o civilizador auxiliava por espírito de fé os trabalhos dos sacerdotes. Aproxima-se mais da verdade o dizer que colocava a causa dêsse auxílio na constatação de que o missionário era poderoso fator de disciplina e moralidade entre os indígenas e colonos. E êsse é nosso ponto de vista: cremos e afirmamos que Marlière desejou o auxílio do missionário, não por acreditar nos imensos poderes espirituais de que dispõe o sacerdote, mas sim por sentir que era altamente valiosa a ascendência moral que êle tinha sôbre os indígenas e os brancos das aldeias e das localidades. Basta ler a extensa correspondência mantida por Marlière para se certificar dessa realidade. Em nenhuma passagem dela, fala êle no poder espiritual do padre, comprazendo-se apenas em ver no sacerdote uma fôrça moral útil aos aldeamentos e que, por isso, merecia amparo.

Para a dificílima catequese dos botocudos dirigidos pelo Pe. José Pereira Lidoro, Marlière, aproveitando a larga experiência que já possuia sôbre a indolência do indígena, estabeleceu, em setembro de 1824, as seguintes interessantes normas: Os cabos auxiliares deverão "juntar os Indios nos Domingos e diaz festivos, e entregalos antes da Missa Parochial ao Redo. Missionario para serem p'. elle, ou qm. suas vezes fizer Cathequizados. Não concentirão os mesmos Cabos

(1) "A Formação Histórica das Minas Gerais." Daniel de Carvalho, edição do Ministério da Educação e Cultura, 1957, pág. 43.

que nenhum Taverneiro, venda bebidas fortes (1) aos mesmos Indios antes da Missa . . ." (R.A.P.M., ano X, pág. 482).

São também de Marlière as seguintes oportunas considerações sôbre a catequese do gentio: "A primeira; e mais essencial prenda, que o Legislador deve exigir aos Empregados na Civilização dos Indios em geral, depois da pacificação, he o conhecimento da lingua delles, sem o qual elles fazem o effeito de hûa Estatua em huma Praça, q'. não ouve, e o povo admira, mas não entende: Aos ex-jesuitas (2) nossos Mestres, e nossos modelos na civilização, não escapou esta móla principal, dalli os seus progressos: morreo o corpo Jesuistico, e com esta morte, voltarão os Indios do Brazil a hum estado peior, q'. o primitivo. Hum Missionário, hum Director, que prettenderem inculcar educação Religiosa e Civil, nos animos dos Indios, fallando-lhes em Portuguez, que não entendem, perderão seu tempo, e o Estado os Honorarios, q'. lhes ministrar para seu sustento. Os Missionarios deverião ser escolhidos entre os mesmos Indios que fossem educados pa. este fim em o Collegio ou Seminario de cada Dioceze à custa do Estado; poucos annos bastarão pa. os formar; e no entanto, devem se mandar às diversas Missoens huns sacerdotes na força da idade, instruidos na lingua dos Indios, e cheios de zelos e paciencia pa. com elles, e a quem se deve dar huma Congrua sufficiente afim de que a miseria e a necessidade, os não faça

(1) — Bebidas com elevado teor de álcool.

(2) — Marlière parecia ignorar que a Companhia de Jesus havia sido restaurada pelo Papa Pio VII.

sonhar no Idolo Baal tão encensado por alguns (1), que se prezão de servir ao verdadeiro Deus! Imitem ao seu digno Prelado (2) e serão curados desta vergonhosa enfermidade". (R.A.P.M., ano X, pág. 542).

*

Conhecidos os pilares da obra civilizadora marlieriana, poderemos passar ao exame de alguns dos mais característicos aspectos da mesma.

O plano civilizador em exame, embora formulado parceladamente, guardou proporção entre suas partes e não deixou de ser proporcionado também aos recursos oficiais da época, porque estava nesse plano que o auxílio material às tribos se faria enquanto as mesmas não fôssem auto-suficientes. Não se podem interpretar de outro modo as diretivas do Diretor-Geral no caso do fornecimento de gêneros e utensílios aos indígenas.

Com essa inteligente limitação de auxílio, Marlière visava a despertar, o mais cedo possível, no indígena o amor ao trabalho organizado, evitando que tantos homens pesassem indefinidamente ao Tesouro e que se estiolassem na ociosidade depois de atraídos ao convívio dos brancos. Era realmente salutar que o indígena sentisse necessidade de adquirir com os próprios esforços o necessário a sua subsistência. Do contrá-

---

(1) Marlière, evidentemente, se refere a alguns maus sacerdotes que fugiam da vigilância de seus superiores e, esquecidos dos deveres sacerdotais, se entregavam à cata de moedas e de prazeres, nas matas mineiras.

(2) O Bispo de Mariana, D. Frei José da Santissima Trindade, falecido em 28 de setembro de 1835.

rio, sua presença no meio civilizado seria insuportável sobrecarga ao govêrno e o indígena se tornaria, pelo pauperismo, prêsa fácil do branco ambicioso, porque é pelo trabalho consciente e decidido que o homem, em grande parte, supera os obstáculos e firma sua posição no meio social.

Marlière, para viver quanto possível a vida dos indígenas, aprendeu o falar dos mesmos, chegando até a manejar com algum desembaraço as línguas ou dialetos dos cropós, croatos, puris e botocudos. E porque julgava isso um fato natural, corriqueiro nas lutas das selvas, não se preocupou com o registrar na escrita todos êsses conhecimentos lingüísticos adquiridos. Apenas gravou um pequeno vocabulário dos botocudos que habitavam a bacia do Rio Doce.

Outro cuidado de Marlière em sua trepidante ação desbravadora foi o de não se deixar dominar pelo meio nem se alhear ao mesmo. Tinha consciência de que era superior ao meio indígena mas não foi ao extremo de atuar sem ter em consideração as poderosas fôrças mesológicas. Não cremos que êle tenha agido assim por princípio preestabelecido. Deve tê-lo feito por intuição, valendo-se da forte acuidade espiritual que não lhe sobrava, mas também não lhe faltava.

Precisamente porque não se deixou diluir pelo meio ambiente, nem lhe subestimou as contribuições, desenvolveu êle um plano civilizador realista, vale dizer, proporcional à realidade ambiente. Por isso, o desbravador francês antepôs a ação à elaboração de planos. Por um lado, não foram poucos os benefícios que surgiram de seu agir. Numa época em que não era mais pos-

sível protelar providências em favor dos indígenas mineiros, êle beneficiou realmente os homens de nossas selvas. Por outro lado, a ausência de documentos mais numerosos ou minuciosos da parte de Marlière sôbre o assunto impede-nos hoje conhecer, com maior amplitude e profundeza, as particularidades de seus métodos, que se deixavam marcar fortemente por sua personalidade.

A perspicácia de Marlière conduziu-o, em conseqüência, a inteligente distribuição de responsabilidades entre os cooperadores de sua obra civilizadora. Em primeiro plano, distinguia como seus auxiliares os Capelães-Curas de indígenas e os Diretores de Índios. Aos primeiros, incumbia assistir espiritualmente os silvícolas para que viessem a ser bons cristãos, homens moralizados e cidadãos prestantes. Deviam também êsses sacerdotes cuidar do ensino das primeiras letras aos indígenas. Para os Diretores de Índios, reservava Marlière funções proporcionalmente idênticas às suas. Não especificou êle em documentos especiais o elenco dessas funções atribuídas aos Diretores. Pelo menos não conseguimos sequer um exemplar a respeito. Mas tais atribuições estão implícitas e parceladas em vários documentos dirigidos a êsses Diretores, seja orientando-os, seja louvando-os ou repreendendo-os.

Todos êsses triunfos de Marlière custaram-lhe, entretanto, severos sofrimentos.

Êle desejava medidas prontas das autoridades em favor da civilização dos indígenas e sofria ante a demora com que lhe eram despachados os numerários e os instrumentos pedidos.

Em parte a demora provinha dos difíceis meios de comunicação da época, pois os pedidos eram levados a Ouro Prêto e à Côrte pelos cavalarianos ou pedestres que ousavam, por dever de ofício, enfrentar os trilhos ditos estradas, os assaltantes, os selvagens enfurecidos e as feras que não eram raras. E as respostas voltavam seguindo os mesmos caminhos e enfrentando os mesmos obstáculos. Também era certo que o ritmo de trabalho nas repartições do govêrno não oferecia o desejado rendimento, porque a partir de 1808, com a pletora de nobres e protegidos vindos com a Família Real, eram os cargos entregues às vêzes a mãos incompetentes, cuja "glória" parecia cifrar-se em informações e despachos redigidos em linguagem empolada, bajuladora para com os superiores, opressiva para com os súditos e indicadora de que os deferimentos eram tidos como mercês de alto preço e não como atos normais das administrações que sabem compreender sua missão de servir.

Queixou-se, portanto, Marlière, muitas vêzes e com razão, contra a falta de recursos em que o deixavam as autoridades, que falavam em conquista e civilização dos indígenas mas não cuidavam devidamente dêsse aspecto então vital para o efetivo domínio do território mineiro pelos civilizados. A incúria oficial nessa matéria possibilitou, aliás, a ação daqueles sôbre cujas consciências pesou o abominável crime de, em nome da Civilização, do Progresso e da Humanidade, massacrarem, pelas armas, pelo roubo e pelas moléstias, tribos várias.

Essa indiferença das autoridades não era, porém, o maior obstáculo à ação do civilizador.

Tal obstáculo provinha dos colonos e aventureiros. Marlière, no desenvolvimento de sua obra de conquista, teve que contrariar vultosos interêsses materiais e passionais de colonos e de aventureiros que palmilhavam esta parte do sertão mineiro. E era evidente que tôda essa multidão de ambiciosos e pervertidos se levantaria, de tempos em tempos, contra êle, até que conseguisse, em 1829, alija-lo para sempre da Direção Geral dos índios e do Comando das Divisões do Rio Doce. Apesar dessa resistência furiosa dos aventureiros, Marlière, felizmente, sempre se opôs aos assaltos contra as terras e as culturas dos indígenas, contra o roubo das mulheres e filhos dos mesmos, contra os cobardes assassínios de silvícolas, muitos dos quais, quando bêbados e estirados ao chão, eram destripados pelas patas dos cavalos dos viandantes, como ocorria na Pomba e no Presídio, "duas Sodomas q. vivem de roubos feitos aos índios".

Além das dificuldades indicadas, outras muitas também se opunham tenazmente à ação de Marlière e de seus auxiliares, no interior das matas ou nas clareiras que se abriam para serem cultivadas ou para serem os locais de futuras vilas ou cidades. Entre êsses obstáculos, destacavam-se os que decorriam das condições do meio ambiente: alagamentos, charcos e atoleiros, na estação das chuvas; nuvens agressivas do mosquito transmissor da malária, no mesmo período climático; grandes distâncias entre os quartéis, os pontos de vanguarda e os aldeamentos e os centros civilizados e abastecedores; ausência de estradas e precariedade dos trilhos abertos pelas Divisões ou pelos parti-

culares; ataques das feras e serpentes; e deserção de soldados conduzindo gêneros, utensílios e valores.

No período das chuvas, então abundantes e bem distribuídas no tempo do verão, a Mata Mineira tinha um solo coberto de charcos, atoleiros e alagamentos às margens dos córregos e rios. Nem o sol abrasador dos meses de dezembro, janeiro e fevereiro conseguia reduzir essas formações perniciosas, porque difícilmente penetrava através da cerrada copagem das árvores. Para mais agravar a situação, essas regiões alagadas se tornavam focos irradiadores de malária (1). Verdadeiras nuvens de mosquitos invadiam, ao pôr-do-sol e pela aurora, tôda a região, não respeitando sequer as barracas de madeira e sapé dos viajantes mais ousados ou as fogueiras que êles faziam à entrada dos abrigos. Viajar nesse período do ano era expor-se a adquirir com certeza a terrível maleita, de que Marlière caiu doente em dezembro de 1823. Os próprios indígenas não escapavam da ação das febres endêmicas, morrendo muitas vêzes lotes inteiros que se atreviam a sair na região do Rio Doce, entre novembro e março, para buscar auxílios junto aos estacionamentos das Divisões. Em sentidas páginas, Marlière descreveu um dêsses desastres coletivos, o que vitimou, em janeiro de 1824, o cacique Cap. Jacu, sua espôsa, filhos e companheiros. E de que dispunham os brancos para combater o insidioso "germe morbitico" da malária? Apenas dos vomitórios de poaia, se-

(1) Produzida pelo hematozoário de Laveran, que é inoculado com a picada de mosquitos anofelíneos.

guidos de quinina, que os cirurgiões-mores administravam em infusões ou os soldados preparavam, quando distantes das boticas das Divisões.

A desastrosa ausência de estradas supria-se, em parte, com os trilhos que se abriam em meio às matas. Mas era patente a precariedade dessas vias de comunicação: os trilhos, além de estreitos, sinuosos e, às vêzes, íngremes, só funcionavam no período estival, de abril a outubro. Fora dêsse período, só de raro em raro alguma diligência de soldados deixava as margens do Rio Doce em demanda de Vila Rica ou do Quartel de Guidowald. Era necessário, por isso, ter sido providenciada antes a estocagem dos alimentos, roupas e remédios de que necessitassem as Divisões. Mesmo nas zonas dos croatos, cropós e puris, já desbravadas e possuindo várias localidades, eram consideráveis os obstáculos que Marlière e seus cooperadores deviam vencer para se comunicarem, a pé ou a cavalo, com as localidades vizinhas. A Estrada do Presídio aos Campos dos Goitacases, a melhor da época na região, não fugia da regra.

Os ataques das feras e serpentes tornavam mais sérias as dificuldades à vida dos brancos no interior das matas. O mais temido dêsses ataques, pela traição de que se revestia, era das onças, não poucas e geralmente pertencentes aos tipos denominados: pintada, sussuarana, jabutirica e vermelha. As que maior perigo ofereciam eram as do três primeiros tipos. As façanhas de onça obtinham preferência para as histórias contadas nos intervalos de descanso dos soldados e indígenas. A onça tornou-se assim tema obrigatório das conversações e o apareci-

mento dela era motivo até para designação de locais. Daí as denominações de Serra da Onça, Quartel da Onça Pequena (1), Ribeirão da Onça Pequena e Ribeirão da Onça Grande (2). Na Serra da Onça, por exemplo, até o fim do século XIX, existiam exemplares do temido animal, como o testemunha o ex-Senador da República Levindo Eduardo Coelho, cujo infância foi, em parte, passada nesses sítios, em contacto com anciãos que haviam conhecido e lidado com Marlière e sua obra civilizadora (3). A propósito, não é menos eloquente o depoimento do hoje octogenário Orozelino Joaquim Caetano, residente em Monte Celeste, distrito do município de São Geraldo. No início dêste século, por volta de 1906, trabalhava como carreiro e conduzindo café da Serra da Onça para a estação de Dona Euzébia. Antes disso, era ali capinador na lavoura. Pôde, por isso, conhecer de perto o indígena Luciano, que na época já contava 116 anos de idade e havia sido colono de Marlière, na Fazenda de Guidowald, e nos transmitir valiosas informações sôbre o modo como êsse indígena encarava o ataque de onças. Luciano era hábil caçador e pescador e, nesse mister, costumava, ao tempo de Marlière, ir da Serra da Onça até o pé da Serra de São Geraldo, seguindo as matas das margens dos Rios Xopotó dos Coroados e Xopotó, êste

---

(1) Ficava junto a margem direita do Ribeirão da Onça Pequena, tributário do Rio Piracicaba, no antigo Município de São Domingos do Prata.

(2) Tributário do mesmo Piracicaba, no primitivo município de São Domingos do Prata.

(3) Artigo em "Folha do Povo", de Ubá, n.º de 25 de agôsto de 1956.

nascendo na última das Serras citadas. Quando a noite descia, ajuntava galhos secos de árvore a acendia a indispensável fogueira de defesa, bem próxima do tronco junto ao qual se abrigava. Em várias ocasiões, narrava Luciano, aconteceu acordar com o aproximar de onças. Podia então ter usado a espingarda chumbeira que lhe fora dada por Marlière, mas preferia alimentar durante horas o fogo a ferir as feras que rondavam a fogueira. E justificava seu gesto afirmando: "Menino, não atiro em onça, porque onde ela está não chegam outros bichos. E da onça a gente se defende bem!" Luciano tinha sua aldeia na Serra da Neblina e faleceu com cêrca de 140 anos de idade. -?!

As serpentes, como é obvio, existiam abundantes na Mata Mineira, ao tempo de Marlière. Eram algumas agressivas e venenosas, como a cascavel (crotalus terrificus) a surucucu, (bothrops surucucu, Spix e Mart.), a jararaca (bothrops Newiediis, Spix e Mart.) e a jararacuçu (bothrops jararacussu), essa, comum nos cafézais. Mas não faziam número proporcional de vítimas, seja porque as evitavam, seja porque brancos e indígenas as matavam sistemàticamente, fôssem elas venenosas ou não. Pelo menos na correspondência do desbravador e nos registros de óbitos não aparecem confirmações sôbre alto índice de morte por mordeduras de serpentes, apesar do desconhecimento na época de qualquer tratamento antiofídico seguro. As pessoas atingidas por picada de serpentes venenosas dificilmente escapavam da morte, depois que o veneno, por sua ação vasodilatadora, penetrava no organismo por via venosa e depois de recor-

rerem aos benzedores negros ou indígenas e tentarem outros meios igualmente falíveis como o do emprêgo do chá da raiz de "Unha d'anta" ou *pacaré* e o da cauterização com ferro em brasa da ferida, tratamento êste também extremamente doloroso e necrosante.

Lutando, pois, no interior das matas, principalmente às margens do Rio Doce, Marlière se via, muitas vêzes, diante de obstáculos perigosos a sua saúde e a sua posição como militar e civilizador dos indígenas. Sentia o dever de agir e, agindo, corria o risco de levantar contra si seus subordinados, os militares e os indígenas, ou de desagradar as autoridades superiores. Felizmente, para o silvícola e para si próprio, êle compreendeu que devia agir, mesmo que viesse posteriormente a entrar em choque com seus superiores.

E, se assim não tivesse feito, muito pouco teria podido realizar em favor da civilização dos primitivos habitantes das bacias dos Rios Pomba, Muriaé, Doce e Jequitinhonha.

Marlière estava seguro de sua autoridade e a sabia fazer atuante. Era mesmo autoritário, motivo pelo qual grande parte de sua correspondência apresenta ordens marciais, taxativas, ora aos diretores dos índios, ora a autoridades militares e até a vigários. Guardava-se, todavia, de abusar do poder. Em geral, ordenava prudentemente; só não o fazia quando o dominava a irritação.

Nesse plano civilizador, como é de observar, não faltava a previsão de castigos para os indígenas perigosos à paz no meio das aldeias e das localidades. É que seu autor tinha boas noções

sôbre a natureza humana e sabia que esta geralmente age em função de prêmios e castigos, estímulos poderosos tanto na ordem social quanto na moral.

Os castigos preconizados por Marlière longe estavam, porém, de ser rigorosos, aproximando-se mesmo da laxidão. Tanto é verdade que para o crime de ferimento a faca, punido com severidade nas legislações atuais, êle impunha o castigo de cinqüenta cipoadas no réu. Nesse trecho de documento, o desbravador fala do modo como punia geralmente os indígenas: "Para poder castigar aos Indios delinquentes tenho organizado em 1814 os Coropós e Coroados sobre o pé de Ordenanças — Os Capitães Indios me mandão os Criminozos, Castigão as culpas leves nas suas aldeas; e com audição das testemunhas seus parentes, que requerem o castigo. São punidos com palmatoadas, como a meninos grandes, q.' são. Quando a sua demora nas Aldeas corre risco de causar perturbação nellas, sento-lhes praça em húa Divisão Remota; e quando o Crime seja intolcravel, entrego-os á Justiça competente". (R.A.P.M., ano XII, pág. 530 e 531)

Marlière trabalhou com amor, afinco e esclarecimento em favor do indígena. E fê-lo de 1813 a 1829 sem receber qualquer vencimento ou gratificação como Diretor de Índios. Fê-lo por ideal, numa época em que o interêsse material chegava a asfixiar até as consciências de autoridades que mais deviam colaborar com a conquista do indígena. Essa é a verdade que honra a memória de quem, sendo francês, contribuiu para o progresso de Minas mais que milhares e milhares de mineiros. Não diremos

que êle foi genial nesse esfôrço civilizador, porque erraríamos, afastando-nos do equilíbrio a que nos propusemos no início dêste estudo. Mas é-nos lícito afirmar que êle realizou mais do que lhe permitiam os precaríssimos meios a seu alcance.

Construiu uma obra que nenhum outro militar da época e ligado às tropas de Minas Gerais seria capaz de erguer. E realizou tudo isso com irrisórias dotações oficiais, que totalizaram, de 1819 a 1826, a ridícula quantia de 11:900$000!!! (R.A.P.M., ano XII, pág. 411)

Os fundamentos da obra civilizadora de Marlière prestar-se-iam bem para um plano que, devidamente atualizado, faria a salvação étnica dos indígenas. Pena é que os brancos tenham esmagado essa obra, deixando da mesma apenas uma série de recordações nas localidades que surgiram do esfôrço marlieriano ou cresceram com seu auxílio.

Marlière Atrai Sábios

A notícia da presença de Marlière entre os indígenas e da obra civilizadora que nesse meio realizava atraiu ao Presídio, Sant'Ana do Sapé (1) e Serra da Onça ou bacia do Rio Doce e bacia do Rio Jequitinhonha estudiosos e naturalistas de mérito, entre os quais se sobressairam, pelo volume e pela profundidade das observações, descobertas e classificações, Karl Philipp Friedrich von Martius e Augustin de Saint-Hilaire. Merecem também citados G. W. Freireyss e Barão de Eschwege. Percorreram êles essas localidades e regiões quando as mesmas nasciam para a civilização em meio a densas matas. E em cada uma delas, pelo auxílio direto ou indireto de Marlière, realizaram estudos que hoje são valiosíssimos para a História da Mata Mineira e para a Etnologia Brasileira.

Von Martius, cujo nome aliado ao de Von Spix, está indissolùvelmente ligado ao progresso científico do Brasil, no século XIX, partiu de Vila Rica em 31 de março de 1819 e chegou ao Presídio e arredores, em abril. No Quartel de Guidowald, entreteve-se em cordial intercâmbio cien-

(1) Guidoval, hoje.

tífico com Marlière (1), que levou o sábio bávaro a visitar malocas indígenas e a conhecer de perto o mundo dos croatos. A mata virgem atravessada por Von Martius, entre o Presídio e a Serra da Onça, encantou-o e, ao mesmo tempo, horrorizou-o.

Dessa viagem, admiràvelmente descrita no capítulo II do IV livro de "Reise in Brasilien", damos, a seguir, uma condensação, valendo-nos do citado texto traduzido em "Viagem pelo Brasil" por Lucia Furquim Lahmeyer:

O naturalista, atendendo ao convite de Marlière e impulsionado por sua curiosidade de sábio, partiu em montarias, de Vila Rica, em 31 de março de 1819. Depois de vários dias de caminhada e de passar por Santa Rita do Turvo (Viçosa), alcançou os picos da Serra de São Geraldo e se pôs a contemplar o reino das matas virgens que se estendia ante seus olhos até esbarrar em a longínqua Serra da Onça. Aproveitou a caminhada para examinar e classificar as formações graníticas da Serra de São Geraldo e, de chofre, topou com uma família de indígenas assustados. Mais um dia de caminho e eis von Martius instalado no Presídio, onde chegou ao meio-dia.

O viajante assim prossegue na narrativa:

"Este lugarejo (o Presídio), consta de umas trinta casas; era cercado de espessas matas virgens, ou, no sítio onde essas foram desbastadas, cercado de prósperas roças.

---

(1) O convite a von Martius para visitar Guidowald foi feito por Marlière, no início de 1819, em Vila Rica.

Era ali o quartel-general de Marlière, então diretor-geral dos índios."

"O diretor das próximas aldeias dos Coroados não habita o próprio presídio de São João Batista; embora aqui possua uma casa, mora numa *roça*... Informou-nos o diretor que atualmente poucos Coroados se acham nas vizinhas aldeias, e que a maioria dêles era atraída ao ribeirão Buhahé (1), distante doze léguas a leste, onde estão a colhêr ipecacuanha. Todavia, para satisfazer ao nosso desejo de observar muitos índios no local, trouxe à nossa morada os ainda presentes... Eram todos taciturnos, desconfiados e de mau humor;... só cuidavam de escapulir, na primeira oportunidade para os seus matos".

"Essas florestas virgens (as que circundavam o Presídio), de galhos entrelaçados, em cujo interior reinavam trevas eternas, são de apavorar a alma; não ousámos alí penetrar sem acompanhamento de soldados e bem armados, conservando-nos sempre juntos. Mesmo na proximidade das roças, corre-se perigo, precisando estar de sobreaviso para a defesa, tanto contra os cães de guarda, como contra as feras do mato".

Depois de falar na instituição do Diretório Português para cuidar dos índios e de descrever algumas das maravilhas da flora e da fauna da região, especialmente a procuradíssima poaia e a sapucaia, o emérito naturalista observa sôbre o comércio da primeira: "O preço nas matas é muito reduzido, uns duzentos réis a libra; os índios não aceitam dinheiro, porém permutam

(1) Rio Muriaé.

com cachaça, utensílios de ferro, pano de algodão, etc.".

A prestimosidade dos habitantes do Presídio e seus conhecimentos práticos sôbre os elementos vegetais e animais da natureza causaram admiração em von Martius.

Em 10 de abril, o naturalista, acompanhado de um soldado, partia em demanda da Fazenda de Guidowald, para hospedar-se ali com Marlière. A mata que voltou a surgir arrancou novas expressões de pavor do viajante: "Trevosa mata virgem ensombrava-nos, e, de longe, chegavam-nos aos ouvidos os mais estranhos roncos de feras".

Na Aldeia do Morro Grande, von Martius viu ao vivo o que era a vida numa aldeia de coroados, com seus costumes e seus casebres, a desconfiança dos indígenas em face do branco, as rêdes, os fogões, as panelas de barro, as cestas de fibras de palmeira, as cuias com tintas vegetais, os arcos e as flechas, as mulheres e crianças pintadas, etc.

Von Martius comenta, a essa altura de sua narrativa, a estranha atração das mulheres indígenas pelos negros que apareciam.

A chegada dos viajantes em Guidowald ocorreu à tarde. Com êsse registro, o naturalista passa a descrever a Fazenda de Marlière e o aparecimento de um bando de cropós que vinha trocar com êsse uma partida de poaia por ferramentas e chitas.

Em seguida, os registros e observações de von Martius se relacionam com a vizinha aldeia dirigida pelo indígena croato Cipriano e o pre-

paro do *civir* ou *virú*, a bebida que os indígenas tomavam a seguir em meio a ruidosas danças. Segue-se a descrição da dança dos puris, que haviam chegado também a Guidowald. O observador registrou em especial o estribilho preferido dêsses silvícolas: "Han-já-ha-há-ha-há".

Finalmente, von Martius ingressa na parte mais importante de seu estudo: os croatos, crópós e puris, com seus caracteres, costumes, armas, organização familiar, etc. Constituem páginas de incalculável valor científico as que o naturalista redigiu a respeito.

Em 17 de abril, o sábio bávaro partiu de volta para Vila Rica.

Von Martius deixou, assim, valiosas contribuições para o conhecimento de nossos selvagens, entre os quais aquêles que ora ocupam nossa atenção.

G. W. Freireyss visitou também a zona de São João Batista do Presídio, ao tempo de Marlière. É de sua autoria, a propósito dessa viagem, realizada em julho de 1813, um relatório apresentado à Academia de Ciências de Estocolmo e, mais recentemente, divulgado pela "Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo", às págs. 236 e seguintes, do VI volume (1900-1901), em tradução de Alberto Löfgren.

O naturalista em questão, de nacionalidade alemã, foi ao mesmo Presídio em companhia do Barão de Eschwege (1) e ali se hospedou na residência de Marlière, que fazia pouco tempo se

(1) O Barão faz referência a Marlière, em seu "Journal von Bras.", tomo II.

achava na terra dos croatos. Os dois naturalistas partiram de Vila Rica e chegaram ao Presídio no dia 17, às 15 horas.

O original do relatório de G. W. Freireyss ocupava 91 páginas manuscritas e se intitulava "Viagem a várias tribos de selvagens na Capitania de Minas Gerais; permanência entre elas; descrição de seus usos e costumes".

A origem da localidade ocupa as primeiras linhas do relatório, que passa a referir-se às três tribos da região: a dos Coroados, com cêrca de 2.000 integrantes (1); a dos puris, com 500 e a dos cropós, com 200. A vida dessas tribos é descrita a seguir com minúcias. Mui viva é a descrição de uma tempestade na mata virgem.

G. W. Freireyss permanece nesse estudo muito aquém de von Martius, que é mais denso e mais penetrante em suas observações.

Augustin de Saint-Hilaire não veio à terra dos croatos, cropós e puris, mas valeu-se de dados obtidos e divulgados por Marlière sôbre os mesmos para incluí-los em suas obras.

Marlière, em carta de 6 de dezembro de 1824, toma conhecimento de um seu esbôço de viagem e procura retifica-lo em parte. Em 1825, pôs à disposição de Saint-Hilaire o soldado Firmino Durains (2), da 7.ª Divisão, para acompanha-lo

---

(1) Há êrro evidente nesse cálculo: as tribos puris eram bem mais numerosas que as dos coroados.

(2) Tais foram as indisciplinas cometidas, mais tarde, por êsse soldado, que se "civilizou" demais, que Marlière procurou livrar-se dêle, encaminhando-o para os corpos militares que faziam a guerra na Cisplatina.

na segunda viagem pelas margens do Rio Doce e do Rio Jequitinhonha e vizinhanças. E o resultado dêsse longo contacto com os machacalis, maconis e malalis da região de Minas Novas foi a coleta e o estudo, por parte do grande naturalista, de novos e numerosos dados sôbre êsses selvagens, de modo especial seus costumes, língua, crenças religiosas, superstições, estágio político, armas, etc.

Saint-Hilaire deixou seus estudos feitos na primeira viagem a essas últimas regiões, em "Voyage dans l'interieur du Brésil" e "Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes", 2 volumes, 1830. No segundo tomo da última obra citada, o culto e paciente naturalistas aproveita o ensêjo para louvar Marlière com têrmos assim eloqüentes: "Nascido em França, o respeitável Marlière entrou para o serviço de Portugal; a princípio consagrou êle longos anos à civilização dos *puris;* ocupou-se muito, em seguida, dos botocudos do Rio Doce, e pode ser contado entre os mais generosos defensores dos infortunados índios". E no cap. VII dessa obra estão os preciosos estudos dedicados de modo especial aos botocudos em geral.

Foi pena Marlière não possuir maiores conhecimentos sôbre as ciências naturais, máxime aquelas cujas pesquisas poderiam desenvolver-se em alta escala nas selvas mineiras. A reduzida cultura do civilizador nesses campos impediu-o de manter maior intercâmbio científico com os eruditos naturalistas que o visitaram ou com êle se corresponderam. E também dificulta, em nossos dias, levantamentos mais com-

pletos sôbre o que foi a flora e a fauna mineiras das ubertosas regiões aludidas neste capítulo.

Apesar de tôdas essas deficiências, foi possível a Marlière alimentar correspondência amiga com Saint-Hilaire, que se confessou tocado, por exemplo, com essas expressões que o civilizador lhe dirigiu: "Eu me afflijo pela vossa má saúde, como se vós fosseis meu irmão; vós não sereis chorado apenas pelos que se dedicam á sciencia; o sereis também, pelos meus pobres índios; elles aprenderam que, noutro emispherio, teem um amigo que pleiteia sua causa no tribunal da humanidade..." ("Segunda Viagem ao Interior do Brasil", trad. de Carlos Madeira, Coleção Brasiliana da Cia. Editôra Nacional, 1936, pág. 202).

Correspondência de Marlière

A correspondência de um biografado, quando escrita sem a intenção de fazê-la conhecida da imprensa, quando redigida sem preocupação literária, constitui uma das melhores fontes de penetração na alma dêsse homem, para lhe serem avaliadas as tendências, as fraquezas, as paixões e as virtudes.

Precisamente porque atende a êsses valiosos requisitos, a correspondência de Marlière é talvez o melhor meio de que dispomos hoje para traçar o perfil dêsse francês que ingressou para sempre nas páginas da História Mineira.

Êle a redigiu no correr de suas acidentadas atividades de militar, ora no Quartel de Guidowald, ora nos acampamentos às margens do Rio Doce, nos Quartéis do Retiro e da Onça Pequena. Redigiu-a *currente calamo*, quase sempre à noite, sem emprêgo de torneios literários, numa linguagem objetiva, rude, contundente. Falta-lhe também correção gramatical e forma literária, todavia nela o autor se retrata com admirável fidelidade, dando-nos seu testemunho sôbre o que viu, ordenou e julgou. Tem ela às vêzes rasgos de eloqüência e de bondade, ao lado de acusações ferinas e zombarias escaldantes. Mas infelizmente não descreve com prodigalidade os qua-

dros que a natureza exuberante oferecia a todo momento, nem retrata deliberadamente, em grandes quadros, a paisagem moral que nascia dos homens espalhados nas matas.

Essa extensa correspondência, abrangendo as cartas, avisos e relatórios expedidos ou recebidos por Marlière, foi salva da destruição graças ao trabalho do Arquivo Público Mineiro e divulgada na Revista do mesmo Arquivo, ao tempo em que os dirigia o ilustre mineiro Augusto de Lima. Abrange ela o período que vai de 1811 a 1829, vem publicada nos volumes X, XI e XII da Revista em aprêço e é a fonte obrigatória e constante para qualquer estudo objetivo sôbre Marlière.

A matéria, em sua disposição na "Revista do Archivo Publico Mineiro", pouco tem de atraente, nem é acompanhada de notas ou comentários elucidativos, motivo pelo qual sua leitura exige esfôrço e nela existem passagens que se tornaram incompreensíveis para sempre.

Marlière tratava em sua correspondência dos mais variados assuntos, desde retificação a estudos de Augustin de Saint-Hilaire e pedidos e comunicações ao Príncipe-Regente e ao Imperador D. Pedro I até prisão de soldados desertores e indígenas criminosos.

Sem o sentir, o civilizador foi fixando nesses copiosos bilhetes, cartas, ofícios e relatórios, alguns escritos originàriamente em cascas de palmito (1), as linhas marcantes de seus trabalhos

(1) — "Enquanto ao escrever, di-lo Marlière, pode fazello em casca de palmito se quer: em semelhante ocasiõens uso o mesmo. (R.A.P.M., ano X, pág. 586).

e de suas lutas. Acompanhemos Marlière em alguns dêsses documentos e teremos seguro material para avaliarmos o que foi sua obra civilizadora. Cremos mesmo que essa correspondência é o melhor repositório de que dispõem as atuais gerações para conhecerem os métodos empregados pelo civilizador de tão numerosas tribos. Até o fator tempo nos auxilia no aproveitamento dêsse material: os largos anos decorridos entre a redação dessa farta correspondência e o atual estudo da mesma já nos concedem serenidade para a julgarmos com aquela isenção de ânimo que seus contemporâneos não teriam e sem a qual cairíamos na negação total ou no elogio desmedido, extremos que só servem para desfigurar e anemizar a memória dêsse vulto tão combatido e, ao mesmo tempo, tão louvado.

Tôda essa vasta correspondência é impregnada de manifestações de um espírito àsperamente crítico e incômodo. Não é, por isso, sem propósito que afirmamos ter Marlière realizado penosos esforços para se dominar diante das condições bárbaras dos indígenas, que aos olhos de um civilizado cometeriam naturalmente grosserias inomináveis, a menor das quais seria suficiente para corar um gaulês bronco.

Apesar de possuir tantas faces positivas, êsse documentário, é forçoso dizê-lo, ressente-se de maiones observações científicas, mormente no campo das ciências naturais. Seu autor foi o primeiro a reconhecer a deficiência, que se tornou responsável, em grande parte, pelo desconhecimento que as gerações do presente possuem acêrca da flora e da fauna, do solo e dos caracteres etnológicos dos primitivos habitantes da Mata Mi-

neira. Atribuiu êle sua incapacidade nesse campo à reduzida bagagem cultural que adquiriu na mocidade, quando teve que freqüentar quartéis ao invés de cursar liceus. E acrescentava com sinceridade: "... a falta destes (conhecimentos), em matéria d' História Natural, sobre tudo, me tem cauzado cruelissimas noutes". (R.A.P.M., ano X, pág. 543).

Acompanhemos o militar e civilizador de indígenas em algumas das mais significativas passagens dessa preciosa correspondência.

A habitual ironia de Marlière desponta viva no seguinte trecho da carta dirigida, em 6 de setembro de 1824, ao sargento João José do Nascimento, comandante da 5.ª Divisão e assassinado em fins de 1826: "6.º Já lhe ordenei que mandasse buscar a Caixa de Remédio que se acha neste Quartel a qual não tem pernas para andar".

Escrevendo como Comandante e usando plenamente da autoridade que timbrava em proclamar, expede êle, em 7 de setembro de 1824, a seguinte ordem de dia: "Todo o soldado das Divizôens do seu comando q: se dirigir a mim p: via de cartas ou Officios, será castigado com 25 varadas: o único meio que lhes convem hé a Petição". Também rudes são as palavras que, em 13 de novembro do mesmo ano, dirige ao Comandante da 7.ª Divisão: "Declaro pela última vez q: se o Senr. Comandante daquella Divizão continua a descuidar-se em semelhantes e outros importantes artigos do Imperial serviço, usarei todo o rigor da Lei".

Os casos de furtos, comuns até entre soldados, levavam Marlière a expressar-se dessa maneira, em 28 de setembro de 1824: "Hum negro

do seu Tenente Lizardo José da Fonseca, por nome Manoel Dias convencido do furto q: fez de duas meias Bruacas de sal, huma saia branca bordada, e nova: confeçou que tinha vendido a dita saia e a meia bruaca de sal ao Cabo João dos Reis.., o que ainda não me perçoado: pelo q:, ordeno á vmce. q: com sagacidade indague deste facto: e achando q: este cabo tenha cahido na indignidade de negociar com hum Escravo, Vmce o mandará castigar immediatamente com 25 varadas na frente da Divisão; elle dará Baixa do Posto que occupa por indigno". É evidente, nessa ordem, o desprêzo que se votava aos negros escravos. O simples comerciar com um infeliz dêsses se equiparava a terrível indignidade! Para encobrir o crime em que incidia, com isso, a legislação escravocrata argumentava ser o escravo propriedade do senhor e incapaz de possuir bens negociáveis. E, estribada nesses falsos pressupostos, chegava a êsse outro crime, várias vêzes maior que o primeiro: o de considerar ladrão o escravo apanhado a transferir a posse de qualquer objeto, mesmo que êsse resultasse de torturantes sacrifícios dêsse escravo e não implicasse no emprêgo da matéria prima retirada dos haveres do senhor! É verdade que, na espécie em exame, a mercadoria vendida pelo escravo era furtada. Mas não foi isso que, no dizer de Marlière, gerou indignidade para o Cabo João dos Reis. A pretensa infâmia resultou do simples ato de comerciar com um escravo!

Para evitar a propagação da tuberculose, o civilizador ordenava, em 9 de outubro de 1824: "... aonde falecer hum Tizico declarado, pelo Cirurgião se queime immediatamente, sem reserva alguma, tôda a roupa q: pertencer ao d.º fale-

cido". Medidas como essa revelam a inteligência com que agia. Nem de longe se podia suspeitar que um bacilo fôsse o responsável pela terrível moléstia e Marlière já empregava como meio profilático, no combate à tuberculose, a incineração de pertences dos vitimados pelo mal.

Era com visível alegria que Marlière transmitia ao Presidente da Província notícias como essa: "Antes d'ontem 15 do corrente (1), veio hua Canôa do Cuyathe, Commandada pelo Cabo José Roiz de Medeiros, o qual me veio dar Parte haver encontrado na sua derrota cinco grandes lotes de Naknenuks os quaes mandarão suas mulheres adiante com Machados de Pedra na mão, rogando-lhes mandasse Ferramenta".

Instruções minuciosas a Comandantes das Divisões não faltavam nessa correspondência. Exemplo disso é o trecho da carta enviada, em 14 de dezembro de 1824, ao Comandante da 5.ª Divisão. "Quando hú soldado falta a revista, declara-se no Mappa, e Partes "falta o soldado F. desde o dia de tal mez — e as circunstancias: e só no fim dos 3 mezes da falta, hé que se lhe poem a nota do crime de Diserção". A escolha do prazo de três meses para a caracterização do crime de deserção exemplifica o cuidado de Marlière no trato com seus subordinados e o bom conhecimento que possuia acêrca das realidades da vida nas selvas. Com efeito, a agressividade do meio era de tal ordem que se tornavam comuns os erros de rota, as interrupções de viagem, os naufrágios no Rio Doce e em seus afluentes navegáveis e os outros incidentes responsáveis pelo não aparecimento, em tempo oportuno, de soldados em suas

(1) 15 de novembro de 1824.

respectivas Divisões. É um prazo menor de três meses poderia ser fatal à carreira de soldados que não alimentavam, nem de leve, o desejo de desertar.

A Antonio José Coelho, fazendeiro em Minas Novas, Marlière oferece, em 14 de dezembro de 1824, essa admirável página de prudência e de amor ao indígena, página que honra seu autor e lhe torna venerável a memória: "Se fôsse Inimigo de Vmce. manda-lhe-ia essas guardas aguerridas que pede para matar os Indios: pr. que, pr. cada hum q: morre, vem hum seculo de vingança sobre sua casa. Os olhos q'. a Providência me deo, vêm as vessas dos de Vmce.; sigo outro rumo com os Indios dando-lhes pão, algua instrução e um Osculo paternal: e com isto, sem merecimentos, vejo os meus trabalhos abençoados pelo Ds. dos Indios e seu... faça-lhes bem, e mal algum e verá como elles se chegão. Enquanto ao uso de Armas de fogo contra elles, isto não farei eu, se não quando tiver esgotado os meis philantropicos; e isso mesmo deixarei para o meu sucessor no Comando". O fazendeiro Antonio José Coelho pertencia ao número daqueles que ainda acreditavam no "poder civilizador" das armas de fogo! Nesse rol, podiam ser incluídos sem temor de injustiça quase todos os proprietários de terra nas regiões vizinhas das tribos botocudas.

Contra o soldado Joaquim José de Sant'Ana, que, desertando, consumiu importantes documentos de Marlière, inclusive os relativos à comenda que lhe foi concedida por Luís XVIII de França, assim se expressa: "O gavião não appetece mais o passarinho nas garras, que eu a elle!" (Carta de 23 de dezembro de 1824) "Não me tem sido

possivel a captura do Desertor Joaquim Joze de Sant'Ana da 4.ª Divisão apezar de muitas e despendiosas diligencias minhas para o trazer á mão: parece q. nasceo debaixo da influencia do Planeta de Mercurio, o qual disem os Astrologos, proteje aos ladroens". (Carta de 3 de dezembro de 1824).

Agindo com inteligência e senso realista em favor da moralidade das Divisões, Marlière decide, em 6 de março de 1825, em carta ao Vigário junto ao pouso da 7.ª Divisão: "Sendo necessário fazer observar na Tropa os bons costumes e morigeração, sem os quaes não pode haver segurança nem policia: fica prohibida toda mancebia nessa Divisão; e para facilitar aos soldados largarem este vicio, permito desde já, até 2.ª Ordem, que se possão cazar legitimamente". Aos referidos soldados, era vedado contrair matrimônio sem licença das autoridades militares competentes. A permissão, no caso, dependia de longo expediente e quase sempre tardava a ser obtida, o que levava os interessados a cair no vício da mancebia. Os vigários que se levantavam contra essa proibição ou contra a morosidade na obtenção das desejadas licenças corriam o risco de ser punidos pelo poder temporal. Foi em face de tudo isso que o Comandante, sem ouvir seus superiores, tomou a decisão focalizada, atraindo sôbre si não poucas censuras daqueles que insistiam em legistar à distância para o mundo que se formava no interior das selvas.

No trecho seguinte, de novembro de 1825, temos uma relação dos rústicos utensílios então empregados entre os brancos que viviam nas selvas: "A Louça milhor nestes principios, deve ser

gamelas; Pratos de Cedro ou vinhatico, cuyas de Chiffre, cuyethe & não A chocolateira o Caffé, Assucar, Rapadura não devem ficar atraz. Calderoens de ferro battido ou fundidos são optimos no Rio Doce".

A ordem seguinte de 31 de março de 1826 revela um Marlière colérico e diferente do que costumava ser normalmente para com os indígenas: "Mando tocar a todos os Indios do lote do Cap. João a este Quartel, e se fizerem rezistencia desarmem-se piquem-se Arcos e flechas, e amarrem-se aos mais teimozos. Marlière". É que êsse indisciplinado lote de gentio botocudo havia flechado animais domésticos da 4.ª Divisão e Marlière ordenou as medidas punitivas como preliminares para o reenvio dêsses indígenas à outra margem do Rio Doce, na Ponte Queimada, acrescentando em ordem do dia 2 de abril: "... advertindo-os o lingua de minha parte, que se voltarem em povoado a fazer mal serão punidos de morte infalivelmente". Essa linguagem contrasta com os sentimentos geralmente expressos pelo civilizador em sua correspondência. Revela-nos um militar diferente daquele que preferia deixar a seu sucessor qualquer disparo mortal contra indígenas. Mistérios da fragilidade humana! Outra não pode ser a explicação plausível para o caso.

A aludida ausência de conhecimentos científicos de nosso biografado torna-se patente nesse trecho de 20 de abril de 1826, em que êle atribui ao açúcar (rapaduras) a responsabilidade de ser causa da ascite: "Pagarei despesas de Assucar só aquela que o Cirurgião receitar para remédios assim o tenhão entendido: aliás os Indios ficarão todos hidropicos com tanto assucar". A causa dês-

se distúrbio orgânico residia geralmente na cirrose hepática conseqüente do exagerado consumo de aguardente por parte dos indígenas. Mas o vulgo preferia lançar a responsabilidade da hidropisia sôbre a rapadura, para assim enganar a si mesmo e poder continuar apegado ao vício da embriaguez.

Para o Sargento Francisco José Luiz, Comandante do Aldeamento de Petersdorff, Marlière diz sem rebuços, no mesmo dia 20 de abril: "... e ele me disse tão bem que Vmce negociava a poalha com os pobres Indios a 75 reis a tt; o que vem a dizer que hé um descarado ladrão de enganar assim à huns pobres, que S.M. manda, e paga à Vmce para proteger". Não é de estranhar explosão como essa em quem buscava defender o indígena dos assaltos e da escravidão, em quem o cuidado pelo bom emprêgo das quantias que lhe eram entregues chegava às raias do escrúpulo. Além disso, o epíteto de descarado ladrão cabia com justiça no caso indicado, porque a quantia de 75 réis era ínfima, mesmo em época tão afastada, para pagar o pêso de poaia em questão. O agir de Marlière possui também o mérito de revelar que não é apenas de nossos dias a exploração dos subordinados por seus respectivos superiores. O mal é antigo em Minas e no Brasil e, provàvelmente, correrão dezenas de anos antes que a mór parte das autoridades e dos poderosos se lembre de respeitar os legítimos direitos dos que lhes devem submissão!

Quem incriminava tão rudemente comandados, sabia em compensação louvar aquêles que se faziam merecedores de elogios. Em Marlière falava muito o coração e êsse pendia ao elogio,

quando tocado pela prática, por parte dos comandados, de alguma ação digna de aplausos. A propósito, o melhor exemplo é a série de louvores que levantou, em documento de 5 de setembro de 1825, aos méritos do veterano Cap. Lizardo José da Fonseca, com o qual entraria, aliás, em choque pouco depois. Marlière foi informado de que o Capitão aspirava a ser em futuro próximo o Diretor-Geral dos Índios e, por isso, tornou-se inimigo do mesmo, a ponto de critica-lo com têrmos assim ferinos: "Este Capitão estupendo aspira a ser Diretor-Geral do Índios: mas antes o meu cavallo, quando eu morrer!" (R.A.P.M.).

Nas Bacias dos Rios Doce e Jequitinhonha

Maior que a de hoje era, no início do século XIX, a importância potencial do Rio Doce como via de acesso ao interior das Províncias do Espírito Santo e Minas Gerais. A ausência de estradas carroçáveis em número e extensão suficientes, as distâncias em que ficavam essas regiões para serem alcançadas por terra e dificuldades outras de igual porte punham então em evidência essa importância e a necessidade de explorar o Rio Doce e as terras que formavam sua misteriosa e atraente bacia. Os primeiros a procurar obter o devassamento dos sertões marginais à famosa via foram os Governadores Luiz Diogo da Silva e Conde de Valladares. Nenhum êxito, contudo, alcançaram porque as expedições por êles enviadas e seus picadores regressavam aterrorizados com o que viam e padeciam nas florestas. A expedição idealizada pelo Governador D. Antonio de Noronha, em 1779, embora aparatosa poucos resultados obteve.

Ciente de tudo isso e julgando que havia chegado o momento propício para devassar as inóspitas margens da grande via fluvial e incorpora-la ao rol dos rios navegáveis com segurança, as autoridades da Colônia deram início, nos primeiros anos do século aludido, à organização e execução dos planos para tornar realidade o que

tanto almejavam. E das consultas e dos estudos que se fizeram, tanto em relação aos ferozes botocudos que imperavam nas margens do citado rio e seus afluentes como com relação ao econômico aproveitamento dessas vias de acesso, surgiu, por lei de 13 de maio de 1808, sancionada pelo Príncipe-Regente D. João, a famigerada "Junta Militar de Civilização dos Indios, — Conquista, Colonia e Commercio do Rio Doce", com suas desgraçadas atividades iniciais, que acabaram por tornar mais conflagrada e inacessível a região do Rio que devia conquistar. Era a concretização da abominável política preconizada pouco antes pelo Governador da Capitania Pedro Maria Xavier de Ataide e Mello: "Das differentes especies de Indios o Botocudo por experiencia, he Selvagem q'se não pode civilizar: he inimigo dos outros Indios, devorando-os, como faziam em outros tempos os q'vivião no Cuieté; os Portugueses não escapão igualmente à sua voracidade, e o único meio, q'há a seguir, he faze-los recuar com força armada ao centro das Matas Virgens..." (R.A.P.M., ano XI, pág. 314).

Fortemente amparada pelas autoridades portuguêsas e brasileiras, essa Junta começou por organizar Divisões Militares com a estúpida finalidade de guerrear o gentio botocudo para massacra-lo ou afasta-lo para longe do Rio e, assim, tornar possível sua navegação por parte das canoas oficiais e particulares. De 1809 a 1819, essas Divisões deram cumprimento à inglória e bárbara missão que lhe outorgaram autoridades para as quais os botocudos eram "bugres", portanto alvo barato para as espingardas chumbeiras de broncos e sanguinários soldados. Em face dêsses métodos inominá-

veis (1), era natural que os botocudos reagissem, por seu turno, com violências também aterradoras. E o faziam certos de defender um patrimônio que lhes pertencia, pois chegaram primeiro às terras em que se achavam e o fizeram porque os brancos os acossaram tanto por Minas como pelo Espírito Santo.

O resultado de tudo isso foi desastroso para agredidos e agressores. Uns e outros tombavam nos pousos e nas matas, o Erário Público despendia inùtilmente somas avultadas, os colonos que ousavam instalar-se nas proximidades do Rio eram atacados e assassinados ou roubados pelo gentio e o senso de demoralização começava a tocar o rude coração dos que haviam ordenado tanto crime e desonra.

Não era mais possível ir avante nessa tacanha e bárbara política de extermínio, compreenderam a essa altura dos acontecimentos as autoridades da Província. Então, decidiram elas, num momento de felizes deliberações, convocar Marlière para reerguer dos escombros e dar-lhe novo sentido a obra de conquista do Rio Doce e de seus primitivos habitantes, membros do grande gupo Gês ou Tapuia.

Marlière, cujos singulares processos de civilização do gentio haviam atraído a simpatia dos croatos, cropós e puris, não desconhecia as imensas dificuldades com que iria defrontar-se. Mas, obediente às decisões de seus superiores, aceitou

---

(1) — "De qualquer forma a guerra contra os Botocudos é um absurdo digno de tempos mais bárbaros..." (Viagem pelas Provincias do Rio de Janeiro e Minas Gerais", Augusto Saint-Hilaire, 2 tomos, trad. e notas de Clado Ribeiro Lessa, Coleção Brasiliana, da Cia. Editôra Nacional, 1938).

os atos (1) de D. Manoel de Portugal e Castro nomeando-o para a missão de ir inspecionar a 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª Divisões do Rio Doce, o que equivalia a Marlière ter que pronunciar um julgamento sôbre tudo quanto até então fizeram as Divisões (2) e a oferecer novos planos para que as mesmas se tornassem realmente úteis aos indígenas e ao País.

Marlière partiu para as margens do Rio Doce, em 1819, acalentando a esperança de que seus métodos de civilização conseguiriam obter aquilo que as espingardas não puderam alcançar: conquista da amizade dos botocudos, ao lado do estabelecimento de intensa navegação no Rio Doce.

Logo ao primeiro contacto com as Divisões, compreendeu o Inspetor que a reforma das mesmas era imprescindível e devia ser reforma de base. E, sem demora, pôs mãos à obra para que novo espírito animasse êsses corpos militares, que deviam funcionar como veículo de paz e de vida e

---

1) De 9 de setembro de 1818 e de 13 de fevereiro de 1819.

2) No início de 1818, comandavam essas Divisões os seguintes oficiais e praças:

1.ª Divisão: Alferes Luiz Carlos de Souza Ozório;

2.ª Divisão: Alferes João do Monte Fonseca;

3.ª Divisão: Alferes José Caetano da Fonseca substituído, em 22 de janeiro de 1820, pelo Alferes Camillo de Lellis França;

4.ª Divisão: Alferes Lizardo José da Fonseca;

5.ª Divisão: Alferes Januario Vieira Braga, falecido em abril de 1818 e substituído, em dezembro de 1820, pelo Alferes Bernardo da Silva Brandão;

6.ª Divisão: Sargento Antonio Claudio Ferreira Torres, depois substituido pelo Alferes Joaquim Roiz de Vasconcellos;

7.ª Divisão: Alferes Julião Fernandes Leão.

não como fautores de morte no seio do mundo indígena. A tarefa era superior às fôrças de um só homem, por mais robusto e idealista que êle fôsse, mas o lutador estava no campo de batalha e não podia desanimar ante o fragor dos choques. Pôs mãos à obra e se lançou resoluto ao trabalho, para êxito do qual pôde contar com a cooperação dos comandantes das Divisões, que o antecederam imediatamente, o Coronel João José Maria de Brito e o Tenente Coronel José da Silva Brandão.

Marlière foi o primeiro a dar exemplo do que ensinava às Divisões e delas exigia. O fato respectivo ocorreu quando Marlière fêz construir ampla canoa, lotou-a de gêneros alimentícios e de ferramentas, deu-lhe para comandante um corajoso sargento, Antonio Pereira Nascimento, auxiliado por não menos disposto "língua" (1), e os lançou no perigoso Rio, com ordens de entrarem em pacífico contacto com os botocudos.

Essa expedição pioneira, logo ao iniciar sua navegação, localizou na margem esquerda do Rio um considerável lote de botocudos com seus arcos entesados e prontos para dispararem setas contra os brancos que tão atrevidamente avançavam e faziam sinais de paz e cordialidade. Após hesitações de parte a parte, a canoa se aproximou dos botocudos e seus ocupantes passaram a distribuir com os homens das selvas os gêneros e ferramentas que vieram da parte de Marlière. Alguns botocudos mais corajosos, entre os quais o jovem Pocrane e seu pai e chefe, desceram até a canoa e aceitaram, com espanto da expedição, o convite para irem à presença do chefe dos brancos.

(1) — Intérprete.

A expedição voltou jubilosa a seu ponto de partida, enquanto o lote de botocudos regressava às selvas, levando a certeza de que os brancos haviam decidido tratar de modo mais humano os habitantes das florestas.

É de estranhar, à primeira vista, que a expedição tenha conseguido tão ràpidamente estabelecer contacto amigável com os botocudos, que até aquela data votavam ódio mortal ao branco. A natural surprêsa que o acontecimento provoca desaparece, todavia, se se lembrar que êsses indígenas já haviam sentido a inferioridade de seu armamento em face dos recursos militares dos brancos, cujas espingardas chumbeiras apavoravam o gentio mais pelo estampido e pelo clarão da explosão que pelos estragos dos minúsculos projetis no corpo das vítimas. Acrescente-se a isso a atração que os botocudos sentiram pelas ferramentas e quinquilharias que os brancos lhes ofereceram na canoa, atração que não era de momento, mas filha de emoções iguais vividas quando, outrora, brancos, também generosos, deixaram a grupos de botocudos facas, enxadas, carapuças vermelhas, lenços multicores e mais objetos de igual poder de atração sôbre quem lidava apenas com a pedra e a madeira.

A chegada do grupo indígena ao primeiro Quartel do Inspetor (1) foi motivo de júbilo para Marlière, que aos visitantes ofereceu carinhosa acolhida e novos presentes. Ao fim de alguns dias, os botocudos regressaram a seus sítios, deixando, porém, Pocrane, que conquistou desde logo o coração do Inspetor.

---

(1) — Quartel do Galo, acima da confluência do Ribeirão de Santo Antônio, segundo Augustin de Saint-Hilaire.

A vitória começava a raiar para Marlière também às margens do Rio Doce. Daí por diante, com auxílio de seu estimado Pocrane, o civilizador ampliou seus contactos com as hordas botocudas e as foi atraindo em crescente proporção. Lotes inteiros, tomando conhecimento de que o chefe branco e seus comandados possuiam presentes para êles, deixavam seus pousos e, transpondo o Rio, vinham até as Divisões para receberam gêneros, anzóis (1), carapuças, lenços, camisas, meias, jaquetas, chapéus, capotes, jalecos, lenços, calças, botinas, cobertores, machados, enxadas, foices, serrotes, missangas, agulhas e mais objetos que o civilizador fazia vir.

A natureza humana é a mesma em todos os tempos e lugares: deixa-se dominar pelos presentes, tanto no passado como no presente, tanto nos centros mais civilizados como no interior sombrio das selvas. A intensidade e a finalidade dêsse domínio ficam apenas na dependência do caráter das pessoas, da maneira como as dádivas são oferecidas e das intenções que animam os ofertantes.

A afluência crescente de indígenas até as Divisões criou, todavia, novos e graves problemas para Marlière, porque os recursos de que dispunha como Inspetor eram reduzidos e importava não desapontar o indígena, que aceitava de modo espetacular uma paz que as armas não haviam podido obter. Foi então que compreendeu haver chegado o momento de desencadear a decisiva batalha da conquista dos botocudos. Não com êles, era evidente, mas com as Divisões e as próprias autori-

(1) — Só em 1827, o Comandante da 1.ª Divisão recebeu de Marlière 1.000 anzóis para serem distribuidos entre os indígenas.

dades. Sim, com as Divisões para que não voltassem a seus métodos iniciais, ao massacre do gentio e com as autoridades para que aceitassem substituir os gastos com armas e munições pelos gastos com presentes e obras para os botocudos.

Mais uma vez, a vitória pertenceu a Marlière, que após lutas constantes, marcadas por decepções, tristezas e alegrias, obtinha a pacificação daquelas hordas que pareciam inconquistáveis, podendo exclamar jubiloso em setembro de 1824: "Agora creio que a Civilização dos Botocudos não será mais hum problema, para incredulos".

Como resultado, de 1823 a 1829, novas levas de brancos se puseram a buscar a Bacia do Rio Doce, a cultivar essas terras cuja fertilidade assombrava os mais otimistas, a erguer novos pousos às margens do Rio e de seus afluentes, nas clareiras das matas, nas passagens sôbre os córregos ou junto dos postos e quartéis. Enquanto isso, Marlière, afora as rápidas viagens a Antônio-Dias-Abaixo, Vila Rica e Guidowald, prosseguia na consolidação da obra que fundara com assombro das autoridades, dos aventureiros e talvez dêle próprio.

O júbilo das autoridades pelo serviço que lhes era prestado chegou a tal ponto que não pôde ser mantido mais em segrêdo. Graças a isso o Imperador, por ato de 29 de abril de 1824, nomeava Marlière Diretor das Divisões Militares do Rio Doce (1).

Essas honrarias agradavam ao militar que morava em Marlière e lhe traziam acréscimo de

(1) — O interessante é que Marlière já havia recebido, em 29 de março de 1824, de seu antecessor todos os livros e papéis do Comando das Divisões!

merecida alegria. Mas o júbilo do triunfador não tardava a ser golpeado por um insucesso, uma violência dos comandados, uma traição de auxiliares, uma devastação produzida pela varíola ou pelas febres, uma deserção como a de Norberto Rodrigues de Medeiros, que prestava como intérprete magníficos serviços à civilização dos botocudos. Depois de cumulado de numerosos favores pelo Diretor-Geral, êsse intérprete abandonou o pôsto do Ramalhete e, acompanhado de cêrca de 40 indígenas já pacificados, ingressou nos matos para com êles levar vida selvagem. Marlière, em expressões sentidas, lamentou a ação dêsse trânsfuga e os péssimos resultados que da mesma adviriam.

A conquista e a civilização dos ferozes botocudos foi, sem dúvida, a maior obra de Marlière como civilizador, não só pela quantidade e agressividade dêsses indígenas, como também pela complexa organização militar e administrativa que se devia manter nas matas do Rio Doce. A melhor visão do que foram seus esforços na obra da pacificação dos botocudos e das Divisões está na correspondência do civilizador. De 1819 e 1829, essa correspondência trata quase que exclusivamente da defesa dos botocudos e das medidas para incorpora-los ùtilmente à civilização. E é de comover o espetáculo da coragem e da persistência do desbravador em face da ineficácia e da desonestidade de autoridades civis e militares, da precariedade de recursos materiais (1), do avanço da maleita e da varíola no meio indígena

(1) — De 1819 a 1829, Marlière recebeu para civilizar seus indígenas das agressivas margens do Rio Doce apenas 11:900$000!!!

e militar, dos constantes assaltos e crimes contra os botocudos, suas famílias e suas propriedades, das longas separações de sua estremosa espôsa e da Fazenda de Guidowald, da falta de estradas e canoas, do elevado número de desertores das Divisões, da ausência de cirurgiões e de missionários em número suficiente, dos meses passados em quartéis sem confôrto e mal acabados, das viagens a pé, a cavalo ou em canoas, da alimentação inadequada, repetida e pouco nutritiva, das sucessivas noites passadas na rêde ao zunir das ondas de mosquitos, das caminhadas sob chuvas torrenciais ou calores sufocantes, das mordidas de formigas e "bichos de pé".

Nessa operação gigantesca, que abriu aos civilizados as vastas regiões do médio e alto Rio Doce, Marlière esgotou pràticamente sua saúde, adquirindo os germes que a abalariam de vez e levariam o lutador ao túmulo, em junho de 1836, na Fazenda de Guidowald. Foram quase 11 anos de lutas contínuas desenroladas num ambiente em que aquilo que havia de menos agressivo eram os botocudos! E o organismo do denodado combatente não tinha reservas para vencer tamanhos obstáculos, motivo pelo qual cedeu após a batalha.

Se nosso biografado encontrou tantos fatôres adversos na campanha de pacificação do mundo indígena, vizinho ao Rio Doce, também é verdade que teve a auxilia-lo cooperadores leais e dedicados, dispostos até ao sacrifício da vida para servirem ao chefe e à própria consciência: Padre José Pereira Lidoro, Guido Pocrane e Cap. Lizardo José da Fonseca.

Paralelo a êsse consôlo, Marlière ainda pôde sentir que um novo mundo se erguia às margens

paludosas do Rio Doce, graças à batalha que vencera pelo amor e não pelo troar das armas. De fato nas sedes das Divisões se formavam localidades populosas; os nacnenuques do norte do Rio Doce se entendiam com os seus antigos rivais, os cracnuns e quejaurins da parte sul; nas zonas rurais vizinhas ou distantes, sítios e fazendas se instalavam e prosperavam; canoas subiam e desciam pelo médio Rio Doce; aldeias de botocudos existiam ao alcance pacífico dos brancos; botocudos em grande quantidade viviam nas aldeias ou nas fazendas e sítios dos brancos; boa estrada ligava o Ribeirão Sto. Antônio a Antônio-Dias-Abaixo; nas margens do Rio Doce, postos avançados davam segurança à navegação; e um caminho, aberto pela Segunda Divisão, em 1818, unia as regiões mineiras do Rio Doce a Vitória, no Espírito Santo, embora não fôsse muito freqüentado pelos capixabas.

Era, dêste modo, bem justificada a alegria de Marlière que podia relatar, em janeiro de 1828, ao Vice-Presidente da Província a existência dos seguintes agrupamentos de gentio do grupo botocudo ao longo do vale médio do Rio Doce e às margens do Rio Jequitinhonha:

Petersdorff, que ficava ao sul do Rio Doce, era dirigido pelo Capitão Lizardo José da Fonseca, Comandante da 4.ª Divisão, e foi organizado por Marlière em 12 de março de 1823, com indígenas botocudos que se dedicavam à caça, à pesca, à agricultura e à extração de poaia. Sôbre a exata localização de Petersdorff ótimo é o pronunciamento de Augustin de Saint-Hilaire, porque o grande naturalista francês percorreu o mundo dos botocudos e assim obteve dados *in loco*: "... o Sr.

Guido T. Marlière fundou na mata, 10 leguas acima da embocadura do Peracicaba, a nova colonia de Petersdorff" ("Segunda Viagem ao Interior do Brasil", tradução de Carlos Madeira, Coleção Brasiliana da Cia. Editôra Nacional, 1936, pág. 175). E Marlière completa essa informação, dizendo com relação a Petersdorff: "... é situado na margem meridional do Rio Doce, afastado a 3 léguas dentro do matto e dez acima da barra do Piracicaba...". (R.A.P.M., ano X, pág. 521).

Bananal Grande, formado por botocudos aldeados por Marlière na mesma data e possuidor de vastas plantações e um grande cemitério indígena. Ficava junto do Ribeirão Bananal, em território do atual Município de Tarumirim. Servia de pouso para os indígenas da margem meridional do Rio Doce que iam do Cuieté a Petersdorff.

Cuieté, a 24 léguas da localidade de Antônio-Dias-Abaixo, com população botocuda trabalhadora, entregue à agricultura e à extração da poaia e aldeada por Marlière em 1823.

O Arraial do Cuieté foi fundado, nos fins do século XVIII, nas cabeceiras do rio do mesmo nome. Pertence hoje ao Município de Conselheiro Pena e serviu de lugar de degrêdo, porque os botocudos, então antropófagos, devoravam qualquer prêso que tentasse escapar pelos matos. Desde 1809, era sede da 6.ª Divisão. Até 1825, ainda se enviavam de Ouro Prêto degredados para o Cuieté (1).

---

(1) — O nome Cuieté veio de uma pedra alta existente nas vizinhanças e apresentando a forma de *cuia ou cuieté*.

Os degredados eram em sua quase totalidade prêtos ou pardos e condenados por motivo de roubo ou assassinato. Para facilitar êsse degrêdo, existia uma estrada ligando a Capital da Província ao Cuieté e a ela Milliet de Saint Adolphe faz menção, em 1854, em seu Dicionário do Brasil, editado em Paris, quando diz: "... Tinha-se feito uma ponte na parte em que êste rio (o Doce e não o Chopotó, como queria o estudioso francês) se acha entalado entre os arrecifes, a qual dava serventia á estrada que vai da cidade de Ouro Prêto para a povoação de Cuieté;..."

Dom Rodrigo José de Menezes, Governador de Minas Gerais, esteve, em agôsto de 1781, em visita de inspeção ao Cuieté, logo depois de ter percorrido o Sertão de Arrepiados (Araponga, atualmente). E dessa viagem nasceu a idéia de intensificar o envio de degredados para o Cuieté: "... ordenou D. Rodrigo aos commandantes dos districtos da Capitania, que fazendo prender todos os vadios, e pessoas insignificantes, os remettesse à cadêa da Capital, de onde se enviaram em grande parte a Cuhyeté..." (Mons. Pizarro, Memórias, vol. VIII).

Pelo que se vê, a condenável prática do "expianto", que consiste no envio ilegal e forçado de malandros para regiões distantes ou inóspitas, assenta entre nós suas raízes nessas determinações das autoridades do Brasil Colônia!

O Cuieté tornou-se Paróquia colada por Alvará Imperial de 1824, o que revelava a importância da localidade ao tempo de Marlière, embora tivesse apenas 300 habitantes, em sua maioria antigos degredados.

Barra do Cuité, integrado de botocudos, principalmente crianças e jovens, também aldeados por Marlière em 1823. Ficava a 5 léguas do arraial do Cuieté e é agora distrito do município de Conselheiro Pena.

Era seu Subdiretor, em 1832, o Sargento José Rodrigues de Medeiros, que preferia aldear crianças, por julgá-las mais permeáveis à civilização. Êsses indígenas, meninos e meninas, logo aprendiam a navegar, fiar e cultivar algodão e gêneros alimentícios.

Os indígenas adultos, de modo geral, só apareciam na Barra do Cuieté para comer as colheitas obtidas com o esfôrço das crianças, num eloqüente testemunho de rebeldia contra as formas de trabalho organizado.

Lorena, composto de botocudos agricultores e caçadores, aldeados nas condições acima expressas. Ficava a 24 léguas de Antônio-Dias-Abaixo. Foi instalado por Antonio Pires da Silva Pontes, ex-governador da Província de Espírito Santo. Sua denominação era homenagem ao Capitão General Bernardo José de Lorena.

Laranjeiras, situado nas proximidades da barra do Rio Suaçuí Grande e formado de nacnenuques aldeados por Marlière, em 1825.

Quartel de D. Manuel, composto de nacnenuques ainda no início de civilização e aldeados por Marlière, a primeira vez, em 1823. Ao que se deduz, ficava em ponto vizinho da atual cidade de Governador Valadares.

Rio de Santo Antônio, integrado de nacnenuques aldeados em 1823 por Marlière e vítima do seguinte estratagema dos botocudos do sul:

fingindo amizade, êstes estiveram no aldeamento e roubaram as mulheres dos hospedeiros.

O aldeamento em questão, que foi sede da 1.ª Divisão, situava-se às margens do Rio Santo Antônio, afluente do Rio Doce, em terras do novo Município de Joanésia. Também o denominavam "Quartel do Naknuk".

Ribeirão do Felix, localizado na primitiva Paróquia de Peçanha, às margens do ribeirão do mesmo nome, que é afluente do Rio Suaçuí Grande. Formavam-no indígenas malalis agricultores, aldeados por missionários e cristianizados por êles.

Alto dos Bois, situado na aldeia do mesmo nome, a oito léguas e meia de Minas Novas, e formado de indígenas maconis agricultores. A localidade foi fundada em 1778, por ocasião da chegada de portuguêses e missionários.

Quando Marlière os amparou, êsses maconis já estavam reduzidos a insignificante número.

Depois de Marlière, dirigiu os maconis o fazendeiro e Subdiretor Antonio Gomes Leal, que lhes fornecia alimento e vestuário. Pouco, entretanto, obtinha em retribuição êsse Subdiretor. Augustin de Saint-Hilaire visitou em 1817 a localidade e descreveu com segurança a vida dos indígenas que ali viviam. Êsses valiosos apontamentos aparecem no 2.º volume de "Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais", 2 tomos, tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa, Col. Brasiliana da Cia. Editôra Nacional, 1938.

Jequitinhonha, o maior dêles, dirigido pelo Padre José Pereira Lidoro e integrado de quase 2.000

nacnenuques e malalis. Viviam todos divididos em 7 aldeias, onde recebiam educação civil e religiosa e se entregavam à agricultura e à navegação. No Jequitinhonha, estacionava a 7.ª Divisão, ali instalada em 1811.

Ramalhete, com poucos indígenas nacnenuques aldeados por Marlière. A razão do reduzido número de indígenas nesse aldeamento era o trabalho do intérprete Noberto Rodrigues de Medeiros, que os incitava a voltarem às matas.

Ficava o aldeamento do Ramalhete próximo ao córrego do mesmo nome, no atual município de Peçanha.

Entre-Barras, integrado de nacnenuques agricultores, em número aproximado de 300 e aldeados por Marlière.

Tôda essa ponderável expansão da obra marlieriana, nas bacias do Doce e do Jequitinhonha, teve uma de suas bases, pois, na presença de vários quartéis militares na região. Era nêles que instalava Marlière seu pôsto de comando, o mesmo acontecendo com seus auxiliares imediatos. E de cada quartel dêsse saiam os militares encarregados de cooperar na manutenção da ordem no seio dos aldeamentos indígenas e nas extensas regiões vizinhas.

Na correspondência de Marlière, são comuns referências a êsses quartéis, como os da Onça Pequena, do Retiro e de Dom Manuel.

É, em nossos dias, tarefa irrealizável indicar o local exato de todos êsses quartéis e de todos os aldeamentos acima enumerados. O fundador ou benfeitor dêles não deixou cartas geográficas da zona em que tanto lutou e algumas cartas contemporâneas suas ou vizinhas de seu tempo são

omissas a respeito, como a de W. L. von Eschwege e a de F. Wagner, esta anexada ao relatório de 1844 do Presidente Andréa, do Espírito Santo, e reproduzida em frente. A melhor, a nosso ver, para se obter a desejada localização é a carta levantada em 1856, na escala de "10 Legoas Portuguêzas de 18 ao grao", pelo 1.º Tenente de Engenheiros João José de Sepulveda e Vasconcellos, então a serviço do Govêrno do Espírito Santo. Pondo-se de lado a evidente preocupação que tem de fazer as divisas dessa Província avançarem pelo território mineiro a dentro, o mapa vale como precioso documento para os estudiosos da obra marlieriana, máxime porque foi traçado apenas 20 anos depois da morte de Marlière e registra a quase totalidade dos acidentes geográficos que serviram de palco para a gigantesca operação de conquista e civilização dos botocudos. Reproduzi-lo neste trabalho, mesmo com a redução de 50%, afigura-se-nos por isso serviço valioso.

Pelo que nos foi dado ver até aqui, Marlière deixou em segundo plano a missão de estabelecer livre navegação no Rio Doce. Não resultava isso apenas da primazia em que o civilizador colocava o fator humano. Era também decorrente da conclusão a que cedo chegara de que o Rio Doce dificilmente seria palco de intensa navegação porque os obstáculos naturais oferecidos pelo mesmo eram na época irremovíveis de todo: "Desejo muito que V. Exca. (1) á bem da Provincia queira sollicitar de S. M. o Imperador Se Digne deitar hum olho providente sobre a nossa sem-

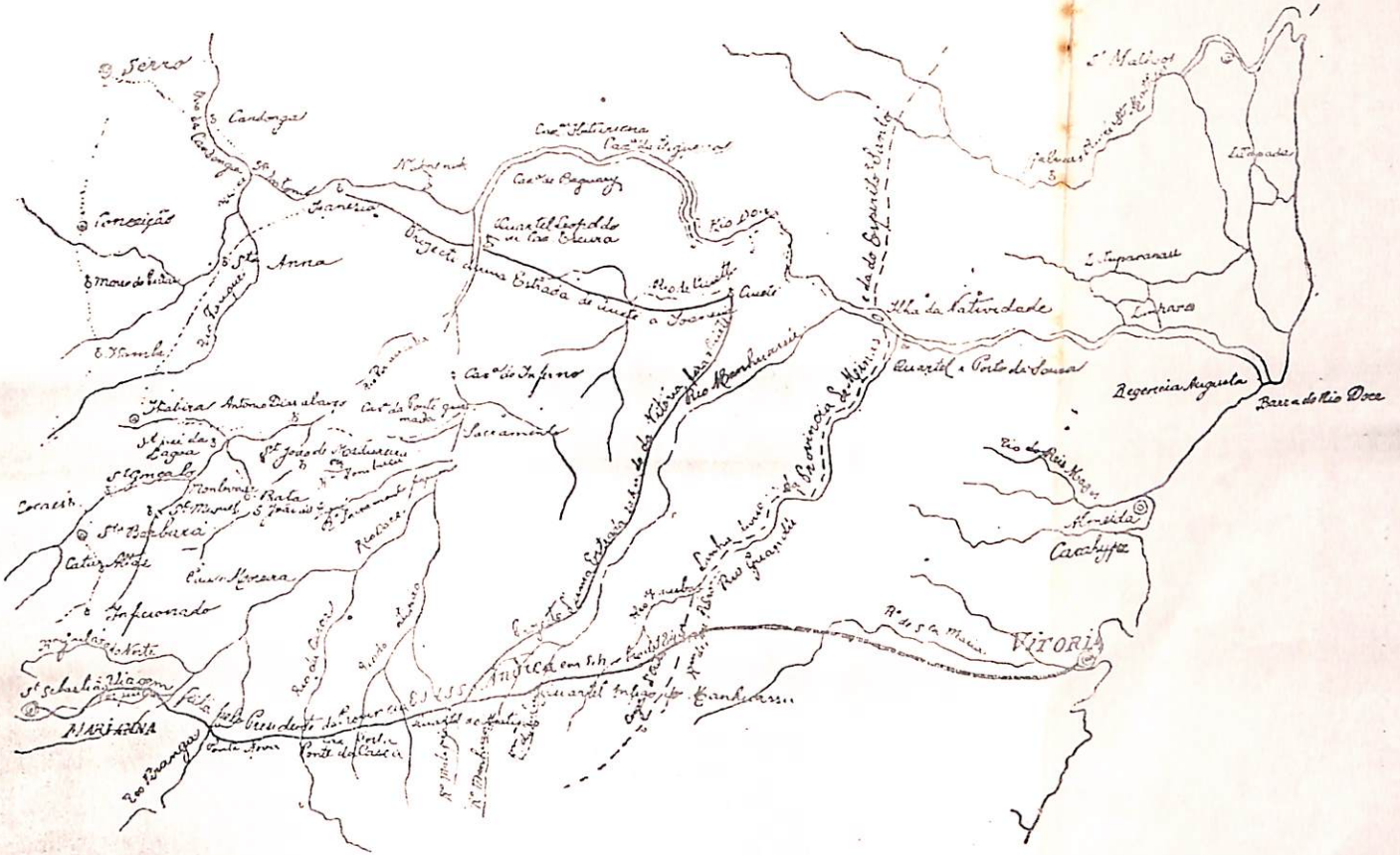
(1) — O Vice-Presidente da Província.

pre intentada, e nunca effectuada (com proveito essencial) Navegação do Rio Doce..." (R. A. P. M., ano XII, pág. 461).

Com efeito, só um trecho do Rio se mostrava favorável à navegação, o que ficava desde a barra do Rio sem Peixe até a Cachoeira do Baguari. E assim mesmo havia nesse trecho extensos baixios de areia e seis consideráveis cachoeiras: dos Óculos, da Jacutinga, da Ponte Queimada, do Inferno, a Escura (1) e a do Baguari. Dessa última à das Escadinhas, já se aproximando do território espírito-santense, o trecho se mostrava mais difícil ainda, pela enorme quantidade de pedras, rebojos, etc. E qualquer tentativa para tornar o Rio Doce navegável, como o desejavam as autoridades, fracassaria pela falta de recursos naturais e pela ausência de resultados compensadores.

A retirada de Marlière dêsse meio, em que viveu o ponto mais alto de sua carreira militar e de civilizador, sem que lhe fôsse dado um substituto à altura e sem que se procedesse à chamada de novos e zelosos missionários, foi desastrosa ao grupo botocudo. Logo, reinstalaram-se nas regiões do Rio Doce e Jequitinhonha abusos graves de parte a parte e os indígenas entraram em fase de rápida desaparição, enquanto novas localidades surgiam e milhares de brancos devassavam essas terras para nas mesmas erguerem seu *habitat*.. Em 1832, três anos depois do afastamento de Marlière, não havia mais aldeamentos de botocudos às margens do Rio Doce!

(1) — Os indígenas e os desbravadores a temiam, tais os perigos que apresentava. Era raro o ano em que não morriam viajantes nessa cachoeira. De tempos em tempos, nela eram destruídas canoas.



Copiado por Marbio Q. Santos
DEPART GEOGRAFICO DE M GERAIS

Vida Privada

O desconhecimento da vida privada de Marlière, além de nos tornar incompreensíveis certas decisões do Comandante das Divisões e Diretor-Geral dos Índios, nos induziria a uma visão unilateral do que, em verdade, foi o grande desbravador, civilizador de indígenas e fundador de cidades. Isto porque vários episódios de sua vida pública tiveram suas raízes nas lutas, desilusões e consolos que experimentou no lar formado com D. Maria Victória, criatura admirável que soube sofrer cristãmente para que ao marido jamais faltasse, sendo possível, a tão ambicionada felicidade.

Marlière não tinha meio à altura de sua formação quase tôda adquirida nos exércitos franceses e continuada nas tropas de elite da Monarquia Lusa. Não encontrava, em Minas, pessoas com as quais pudesse falar aquela língua que lhe ensinaram na infância e que, para seu orgulho de francês, era inapreciável pelos homens rudes que o cercavam. E mesmo os que o respeitavam ou estimavam agiam com prudência e a certa distância dêle, temendo seus ditos ríspidos, suas críticas capazes de abalar os mais indiferentes. Por isso, era ao recolher-se ao lar que Marlière dava largas a seus sentimentos. Era no lar que encontrava quem lhe dizia palavras de compreensão e

de estímulo. Era no recesso do lar que podia manejar sua cara língua-francesa. Era ali que alguém, essa nobre D. Maria Victoria, o assistia em todos os momentos, fôssem êles de júbilo ou de dor, de triunfo ou de derrota.

Nem sempre, porém, Marlière retribuia, com idênticos testemunhos de carinho e gratidão, o intenso amor que lhe votava essa criatura. A precária formação religiosa, as desilusões sofridas na vida militar, o contacto com os indígenas e os aventureiros, o hábito de comandar homens e o próprio temperamento de Marlière, fizeram-no, às vêzes, menos delicado para com D. Maria Victoria, cujos méritos o espôso honrara nos seguintes têrmos, no dia seguinte ao de sua famosa prisão, em Vila Rica, em 1811: "... a mulher mais digna de ser amada; sensivel, e animoza" (R.A.P.M., ano XI, pág. 17).

Marlière parecia, nas suas explosões de indelicadeza, esquecer que a espôsa o amava, que ela derramara copioso pranto e lhe defendera a inocência quando da prisão de 1811, que essa criatura desempenhara em favor do espôso as mais humildes e cansativas tarefas, que D. Maria Victoria, depois de ter sido dama de honra da Côrte de D. João, suportava sem queixumes viver desterrada entre matas e bugres, que sua espôsa o assistiu modelarmente na grave doença que o atingiu, em Guidowald, no início de 1827.

O maior drama íntimo vivido por êsse lar nasceu da esterilidade involuntária dessa modelar espôsa. Não deu ela filho ao desbravador e êle, abatido sob o pêso de preconceitos da época, confundindo valor militar com manifestações de poder gerador, ultrapassou os limites dos direitos

conjugais e, em adultério com Ana Candida da Fonseca, gerou aquêle que seria o Cadete Leopoldo Guido Marlière.

A infidelidade conjugal do civilizador ocorreu no Presídio, pouco antes de sua mudança para o Quartel de Guidowald, na Serra da Onça. E a criança, produto dêsse encontro, nasceu em 1.º de agôsto de 1816.

D. Maria Victoria, embora gravemente ferida em seus direitos de espôsa, soube aceitar, com cristã resignação, o desvio do espôso e, num gesto que diz bem sua grandeza dalma, admitiu a legitimação de Leopoldo, a presença dêle em seu lar e, com carinho, contribuiu para sua educação e, mais tarde, para a formação dos netos de seu defunto espôso.

Nas longas permanências do espôso junto às Divisões estacionadas às margens do Rio Doce, tornava-se a dirigente da Fazenda, com seu pessoal indígena assalariado e com suas extensas culturas de milho, feijão, mandioca e algodão, cobrindo quase tôda a área cultivável que era de 252 alqueires. Só de uma feita, entre 1824 e julho de 1826, Marlière permaneceu quase vinte meses no trabalho de civilização dos botocudos. E nem por isso foram prejudicados seus interêsses econômicos em Guidowald.

D. Maria Victoria chorou amargamente a morte de Marlière, acompanhou-lhe o corpo até a sepultura e sôbre ela, depois de muito ter chorado, plantou uma figueira apenas para realizar mais um desejo do espôso que perdera e de cujos cabelos extraiu, no dia 6 de junho de 1836, um pequeno feixe que foi mantido prêso à medalha que trazia a única reprodução do semblante de

Marlière. D. Maria Victoria guardou consigo até o fim de sua vida terrena essas queridas lembranças e, ao sentir que a morte ia também ceifa-la depois de uma existência quase nonagenária, passou o tesouro à neta Maria Flavia Marlière, filha do Cadete Leopoldo. Essa senhora possibilitou, mais tarde, ao Arquivo Público Mineiro, obter em 1904, uma cópia do busto de Marlière em belo quadro do pintor Honório Esteves. No clichê em frente, graças a gentileza do Sr. João Gomes Teixeira, Diretor do mesmo Arquivo, e à capacidade técnica do fotógrafo, universitário Nestor Couri, reproduzimos o busto do civilizador, quando jovem.

Na Fazenda de Guidowald, D. Maria Victoria, que a todos inspirava respeito e estima, viveu ainda, a partir da morte do espôso, cêrca de 35 anos. E, ao falecer pouco depois de 1870, teve seus restos mortais sepultados no mesmo cercado onde se achavam os ossos de seu amado Marlière.

Se Marlière fôsse hoje vivo, acreditamos que se revoltaria contra o exame que acabamos de fazer em sua vida íntima e que nos apostrofaria com aquêle rude vigor que fazia tremer os desertores prestes a receber cipoadas diante da tropa em linha. Cremos que teria preferido ser alvo de louvores a ser objeto de severo exame, pois em vida aspirou a títulos e tudo fêz para conseguir, em 1825 e 1826, o de Barão do Rio Doce e a condecoração de oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro (1). Mas acima de nossos desejos e os

(1) — A pretensão do civilizador não foi deferida, apesar de amparada por informação favorável, de 13 de janeiro de 1826, do Barão de Caeté, Governador da Província.



Marlière na juventude

de Marlière, está o dever de dizermos o que deve ser dito e não dizermos o que não deve ser dito, na eloqüente síntese que o Papa Leão XIII deixou como roteiro àqueles que se dispõem a retirar dos arquivos a verdadeira fisionomia dos homens e das coisas que fazem a História. E quem mais se beneficia, aliás, com a imparcialidade imposta como norma à presente biografia é o próprio biografado. Um Marlière erguido facciosamente ao pináculo da perfeição humana deixaria de ser Marlière para se transformar, quando muito, em fantasma de um mundo que só idealistas utópicos conhecem e distinguem... para além da natureza humana. A vida de um homem não se mede pelos elogios que se lhe fazem, mas sim pelas obras que realizou!

Cadete Leopoldo

A estada de Marlière no Presídio foi assinalada por acontecimento de indisfarçável gravidade em sua vida familiar: seus amôres clandestinos com Anna Candida da Fonseca e a conseqüente vinda ao mundo, em 1.º de agôsto de 1816, de seu filho Leopoldo, que seria depois o famoso Cadete Leopoldo Guido Marlière.

A infidelidade conjugal do civilizador decorreu principalmente da involuntária esterilidade de D. Maria Victoria e do preconceito que oprimia Marlière, para quem era humilhante passar, aos olhos de seus comandados, por estéril ou incapaz do ato gerador. Além disso, a posição militar de Marlière, a mais elevada em todo o vasto território da Paróquia do Presídio, e os hábitos amorais que infestavam a zona facilitaram ao civilizador essa fuga aos deveres conjugais e quebra do amor que devia à criatura que o assistia amorosamente desde as plagas lusas. Tais hábitos dominavam grandes e pequenos na escala social. Raros eram os homens que não dispunham de amantes, fôssem elas brancas ou escravas. Os filhos ditos naturais pululavam tanto nas localidades como nas zonas rurais. Poucos eram os mulatos que podiam ter em sua certidão de batismo o nome do pai.

Consumada sua falta, Marlière procurou abrigar a amante que lhe daria um filho e conseguiu fazê-lo em casa do nascente arraial. E foi aí que nasceu a criança pela qual o desbravador iria sentir especial predileção. O parto parece não ter sido dos mais felizes para a criança, pois a mesma teve que ser batizada em casa e às pressas por Severino José da Silva. Vinte dias depois, reconhecendo a validade dêsse batismo, o Pe. José Antonio de Oliveira apenas punha os Santos Óleos em Leopoldo:

"Aos vinte de agôsto de mil oito centos e desasseis nesta Matriz do Presidio o Rdo. João Antonio de Oliveira Solemnemente poz os Sanctos Óleos a Leopoldo filho de Anna Candida da Fonseca nascido de vinte dias baptizado em casa validamente por Severino José da Silva (seguem-se duas palavras ilegíveis).

O Vigro. Marcelino Roiz Ferra".

Até os 9 anos de idade, Leopoldo viveu, ao que se julga, com a mãe, cujo nome, em nenhuma ocasião, Marlière permitiu fôsse explicitamente citado ao lado do seu. Aliás, o nome da mãe do Cadete permaneceu incógnito até ser localizado o aludido registro de batizado e provarmos que o mesmo era de Leopoldo Guido Marlière pelas razões seguintes:

1 — Marlière confessou, em documento de 3 de setembro de 1825, que seu filho nasceu no Presídio em 1816;

2 — Até êsse ano, Marlière residiu no Presídio, onde também morava Anna Candida da Fonseca;

3 — O livro em que se acha o referido assentamento de batizado, o primeiro da então vastíssima Paróquia de São João Batista do Presídio e relativo a um período de quase 30 anos, começando em 1810, não faz referência a outro batizando chamado Leopoldo;

4 — Esse Leopoldo era filho natural, pois não traz o nome de seu pai no assentamento de seu batizado, o que ocorria quando a mãe do batizando era canônicamente solteira ou a criança nascera de união ilícita;

5 — Marlière procurava fazer com que os indígenas se batizassem e não iria êle dar o péssimo exemplo, verdadeiro escândalo, a seus subordinados, de deixar pagã a criança que era sabidamente sua;

6 — Às páginas 119 e 120 do acidentado inventário dos bens do Cadete, D. Maria Victoria reclama o direito que possuia sôbre terras incluídas por engano no rol dos bens do defunto e apresenta como documento comprobatório da idade de Leopoldo a certidão por nós transcrita. Além disso, afirma explìcitamente que Leopoldo é filho legitimado de seu falecido espôso!

O primeiro passo para reparar, de algum modo, as conseqüências do grave deslise conjugal que praticara, deu-o Marlière em 1824, ao pedir ao Imperador a legitimação de seu "único filho". O respectivo requerimento recebeu em 30 de julho informação favorável do Presidente da Província e, depois de passar pela Secretaria de Negócios do Império e pela Mesa do Desembargo do Paço, subiu à presença do Imperador, que o despachou favoràvelmente em 18 de abril

de 1825 expedindo-se a respectiva carta em pergaminho, hoje anexa ao inventário do Cadete e guardada no Códice Geral 21 do Arquivo Público Mineiro e cujo texto é o seguinte:

"Dom Pedro, pela Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Imperio do Brasil. Faço saber aos que esta Carta de Confirmação de Legitimação virem Que Attendendo a pedir Me Leopoldo Guido Marlier, filho natural do Tenente-Coronel Guido Thomás Marlier, que pois o mesmo seu pai o havia perfilhado na forma da Escriptura que offerecia, lhe Fizesse a Graça de mandar-lhe expedir a respectiva Carta da Confirmação della. E visto o seo requerimento, dita Escriptura feita (em virtude dos poderes que para isso tinha) pelo Procurador Bastante do dito Perfilhante, e de sua mulher D. Maria Victoria Marlier, o Capitão Francisco Guilherme de Carvalho, e lavrada em a Nota do Tabelião da Imperial Cidade de Ouro Preto João Nunes Mauricio Lisboa, aos trinta e hum de julho do anno proximo passado, informações que se houve do Ouvidor d'aquella Comarca, e inquirição de testemunhas, a que o mesmo procedêo, de que constou que o dito Perfilhante tratára sempre o dito Supplicante seo filho como tal e que o mesmo Perfilhante, e sua mulher, sendo naturaes aquelle do Reino de França, e esta do de Portugal, não tem parentes alguns neste Imperio; não apparecendo opposição de pessôa alguma, em consequencia do Alvará de Edictos, a que o mesmo Ministro tambem procedeo, como consta da respectiva Certidão. Ao que Tendo consideração. Hey por bem Legitimar,

como por esta Legitimo, e Hey por Legitimado e Habilitado ao dito Leopoldo Guido Marlier. E Quero que elle haja e possa haver todas as honras, privilegios, e liberdades que de facto, e de Direito haver poderia, se de legitimo matrimonio nascido fosse, e que possa gosar dos bens, Fazendas, e Serviços do dito seo pai, e de outras quaes quer pessoas, que lhos derem e deixarem por qualquer maneira que seja, assim por Testamento, e Codicillos, ou por qual via de Doação, ou Doações, assim inter vivos, como causa mortis, assim puros como condicionaes, e que elle os haja em fé, e possa haver tanto aquellas que lhe forem feitas por mim, como por outras quaes pessoas, e que possa Succeder em Morgados, e quaes quer outras heranças, e direitos que lhe forem dados e deixados por qualquer maneira que seja, por aquellas que para isso poder tiverem, com tanto que não sejão bens, terras da Corôa. Outro sim Quero e Otorgo que por esta Legitimação o dito Leopoldo Guido Marlier, filho do Tenente-Coronel Guido Thomás Marlier haja a nobreza e Privilegios della que por Direito Commum, Leis, Ordenanças, Usanças deste Imperio haver poderia se de legitimo matrimonio nascido fosse, não embargando quaes quer Leis Decretos, Costumes, Constituiçoens, e quaes quer outras cousas que esta Legitimação poderião annullar ou embargar, posto que taes sejão, que dellas se houvesse de fazer expressa e declarada mensão, as quaes aqui Hey por expressadas, e quero que nesta Minha Legitimação não hajão lugar, porque Minha Função he legitimar e habilitar o dito Leopoldo Guido Marlier, filho do Tenente Coronel Guido Thomás Marlier o mais firme que Eu o possa fazer, e elle pode e deve ser, pela forma e maneira que

dito he, o qual poderá succeder o dito seo pai, ainda ab intestato, e o legitimo e habilito pela maneira acima dita, e suppro toda a falta de solemnidade, que de facto, e de direito for necessario para esta Legitimação ser mais firme e valiosa: mas não he minha tenção por ella ser feito prejuizo aos herdeiros e legitimos e a outras quaes quer pessoas que algum direito tenhão em os bens e causas que assim lhe forem dadas, e deixadas; e por firmeza de tudo lhe mandei passar esta carta, passada pela Chancelaria Mor, e sellada do sello Pendente, que se cumprirá como nella se contem.

Pagou de Novos Direitos quinhentos e quarenta reis, que se carregarão ao Thesoureiro delles afolhas cento e noventa do Livro primeiro de sua Receita, como se vio do seo respectivo conhecimento em forma registrado afolhas cento e quarenta e nove do Livro terceiro do Registro Geral.

O Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Imperio do Brasil o mandou pelos Ministros abaixo assignados do seo Conselho, e seos Desembargadores do Paço.

Jose Francisco Medella Pimentel a fez no Rio de Janeiro, aos vinte seis de julho de mil oitocentos e vinte cinco, quarto da Independencia e do Imperio. Desta três mil e duzentos reis, e de assignaturas, seis mil e quatrocentos reis.

José Caetano D' Andrade Pinto a fez escrever.

Sebastião Luiz Tinoco da Sylva Joze Albano Fragozo Monsenhor Miranda

P.G. quinhentos e quarenta reis; e aos affes. (oficiais) tres mil quinhentos e vinte. Rio 30 de julho de 1925.

Francisco Xavier Raposo d'Albuqe

N 379 Registrada na Chancelaria Mor do Imperio do Brasil af 55 Vr. do
S.º Reg.º das Proves Cartas e Alvaráz.
Rio de Jan.º 30 de julho de 1825

P.g. 1600 rs.

1600 Demetrio José da Cruz
Pagou mil e seicentos rs. do Sello
Rio 30 de julho de 1825

Medrºs

Cumpra se e registre se

Cidade do Ouro Preto 9 de agosto de 1825.

(Asinatura ilegível)

Registado afls 42 V. do Seº de Regtº de Proves e Ordens que actualmente serve nesta Tº da Ouvidoria Geral Imperial. Cide do Ouro Preto 12 de 1825 as. Jose Ferrª de Ulhoa Cintra

N 119

540
3200
320

4:060

Nas costas da Carta:

Por Despacho da Mesa do Desembargo do Paço de 18 de abril de 1825

O civilizador não escondeu sua alegria pela legitimação de seu querido Leopoldo e, uma vez que formulava grandes planos em relação ao futuro do filho, procurou incontinente fazê-lo ingressar na vida militar. Para obter essa mercê do

Tenente-General Governador das Minas Gerais, alegou o peticionário dois motivos: gratidão para com o Imperador e desejo de maior facilidade para a educação de Leopoldo.

Cinco dias depois, em 24 de agôsto, surgia o Aviso autorizando o assentamento de Leopoldo como Cadete de uma das Divisões sob o comando de Marlière, que, esperançoso, exclamava, no agradecimento: "... o qual espero, ainda que de tenra idade, será constante e leal Servidor de S. M. I., e do Brasil sua Pátria (R.A.P.M., ano X pág 631).

O novo militar foi inicialmente classificado na 3.ª Divisão e, com seus 9 anos de idade, era o mais novo integrante das tropas sob o comando do pai. Tinha então apenas um metro e 26 centímetros de altura e, como testemunho de descender de brasileira e francês, possuia olhos negros e cabelos louros.

Sem demora, Marlière quis ver o filho devidamente uniformizado e, para isso, em setembro, recebia no Presídio o material necessário, cuja qualidade devia ser boa pois custara a quantia de 28$115, elevada para a época.

Novo benefício para o filho pediu êsse pai enlevado quando nem ao menos um ano havia decorrido: "o posto de Alferes de uma das ditas Divisões vagas aggregado ao 2.º Regimento de Cavalaria de 1.ª Linha do Exercito". E, para completar, acrescentou: "... despensado (por ser menor de dez annos) do exame de Ley e do Commando e o Habito de Christo para poder com este Soldo seguir estudos..." (R.A.P.M., ano XI, págs. 74 e 75). Quem assim começava tão promissoramente sua carreira militar parecia

destinado a grandes ascenções. E êsse era o sonho que empolgava Marlière, para quem o filho deveria ser digno herdeiro de seu nome e de sua obra. Todavia, outros eram os desígnios da Providência com relação ao jovem e festejado Cadete: Permaneceria êle neste pôsto até deixar a vida militar, pois não lograria promoção. E em 1829, com a reforma do pai, foi colocado a sua disposição pelo novo Comandante-Geral, podendo então permanecer na Fazenda de Guidowald, onde havia encontrado carinho de mãe na bondade de Dona Maria Victoria, que o sabia filho adulterino do espôso e nem por isso deixava de votar-lhe amor maternal.

Em Guidowald, viveu no amanho da terra, ao lado do pai, e com êle suportou as urzes do ostracismo embora não possuisse a mesma resistência física ao autor de seus dias. Tendo 11 anos de idade apenas, adquiriu com licença do pai sua primeira propriedade imóvel: uma sorte de terras em capoeiras e matos, à margem do "Chopotó dos Coroados", no distrito de Sant'Anna do Sapé (1).

Pela morte de Marlière, tornou-se auxiliar daquela que o tratava como filho e com a qual meou a herança da Fazenda de Guidowald, que, em março de 1863, pertencia ao território do distrito de Santa Rita da Meia Pataca (Cataguases) e têrmo de Leopoldina.

No mesmo cercado que guardava a sepultura do pai, lhe despositaram o corpo mãos amigas e carinhosas, no dia 11 de março de 1863 (2).

---

(1) Em 2 de agôsto de 1839, o Cadete vendeu essas terras a Manoel da Rocha Reis.

(2) Faleceu na véspera dêsse dia sem deixar testamento.

Na Fazenda de Guidowald, depois de contrair matrimônio com D. Flavia Dumitilde Gomes Pereira (1), filha do Furriel Manoel de Souza Reis, Leopoldo viveu até a morte e viu nascerem-lhe vários filhos, que em 1864 contavam as seguintes idades:

1 — Maria Flavia Marlière, casada com o português Manoel Joaquim de Araújo e moradora por longos anos na Serra da Onça;

2 — Leopoldo Guido Marlière, solteiro, com 23 anos. Mais tarde transferiu-se para São João do Matipó (Matipó hoje), onde se achava no início do século XX;

3 — Anna Eliza Marlière, solteira, com 21 anos;

4 — Flora Francisca Marlière, solteira, com 16 anos;

5 — Guido Antonio Marlière, com 13 anos;

6 — João Evangelista Marlière, com 11 anos; residia no início do século XX, em Matipó;

7 — Maria da Annunciação Marlière, com 9 anos.

O inventário do Cadete foi acidentadíssimo pois não tinha havido o "inventário nem judicial, nem amigavel" de Marlière (pág. 133 do Códice citado) e a meeira do civilizador, D. Maria Victoria, apesar disso, havia vendido, em 8 de outubro de 1839 e 28 de fevereiro de 1844, duas sortes de terras da Fazenda de Guidowald, situadas às margens do Rio "Chopotó dos Coroados", ao Pe.

(1) — Faleceu em 7 de setembro de 1863.

José Francisco Baião, recebendo a vendedora respectivamente 1:100$000 e 500$000. Mais ainda: a meeira não foi ouvida no inventário, sendo, por isso, obrigada, em defesa de seus direitos, a recorrer da sentença de partilha e a anula-la para que nova se fizesse com obediência à linha natural da sucessão de Marlière.

O volumoso auto dêsse inventário teve início em 1864 e só foi encerrado em 1870. Achando-se em 1903 na Comarca de Ubá e possuindo alto valor histórico, foi recolhido, por iniciativa do Juiz Hermenegildo de Barros, ao Arquivo Público Mineiro.

Em suas páginas, foram encontradas as chaves para o esclarecimento de várias passagens relacionadas com a vida de Marlière e dos seus. Também localizamos nas mesmas informações preciosas relativas aos móveis e utensílios que existiam na Fazenda de Guidowald e aos preços das utilidades vigorantes na zona em 1863 e 1864, como êstes:

1/2	dúzia de pratos chineses p/ doce	2$400
1	aparelho de louça chinesa "Buleschi"	6$000
12	novelos de linha	$240
1	pente de marfim	$720
8	varas de morim	4$800
1	capado (suíno gordo)	25$000
5	cabeças de porcos	60$000
2	capados grandes	30$000

Êsse inventário revela também que D. Maria Victoria possuia pelo menos três escravos, considerados livres em 1864: Antonio, Cassange,

com 80 anos e avaliado por 50$000; Anna, de Nação, com 45 anos, avaliada por 800$000; e Jorge, com 75 anos, avaliado por 200$000.

Leopoldo foi, pelo visto, o herdeiro das tradições paternas e a esperança da continuação das mesmas no tempo. E apenas o herdeiro, porque não teve meios, por motivos que lhe escapavam ao contrôle, para vivê-las entre os descendentes dos cropós, croatos, puris e botocudos! Com efeito, o Cadete jamais teve realizações que lhe permitissem ombrear-se, mesmo à distância, com seu progenitor. Marlière realizou uma obra excepcional; o Cadete viveu como qualquer outro militar e agricultor de seu tempo. Curtiu pela existência em fora, apesar dos esforços do pai, os efeitos do estigma de criança nascida extramatrimonialmente.

Ostracismo

Marlière começara o ano de 1829 sentindo pesar, mais que nunca, sôbre sua pessoa a hostilidade e o ódio dos opositores e dos inimigos. Êle conhecia alguns, aquêles que lhe surgiam pela frente, que o combatiam declaradamente, que lhe negavam valor à obra e disso não faziam segrêdo. Outros lhe eram desconhecidos, porque só ocultamente teciam as tramas com que desejavam o afastamento do civilizador. Entre os primeiros, o civilizador alinhava o Furriel José Lucas Pereira dos Santos, desde o incidente que tivera com o mesmo sôbre a civilização dos puris, e os militares que lhe invejavam a posição de Comandante das Divisões. Entre os segundos, ficavam aquêles cujos nomes jamais sairiam dos esconderijos a que se recolhiam.

Como se isso não bastasse, Marlière via desconsolado agravarem-se seus padecimentos físicos, que os efeitos da febre palustre adquirida à margem do Rio Sacramento Grande, em fins de 1823, punham agora em maior atividade. O desbravador já passara dos sessenta anos e compreendia que se aproximava o momento de recolher-se voluntàriamente ao aconchêgo do lar e fazer da Fazenda de Guidowald o cenário de uma velhice tranqüila, mas não distante dos queridos croatos e puris.

Mas não estava nos cálculos do angustiado lutador que êsse tormentoso afastamento se faria naquele mesmo ano de 1829 e em condições dolorosas a seus ideais de militar e de desbravador. Dizemos dolorosas porque sua saúde não lhe permitia mais realizar aquilo que tanto desejava: prosseguir na incorporação definitiva dos indígenas ao seio da civilização e, se possível, morrer lutando em favor dêles.

Também não padece dúvida que o ato imperial de 10 de junho, reformando com sôldo, no pôsto de Coronel, a Marlière e afastando-o das Divisões e da civilização dos indígenas, se fundamentou em texto legal e em parecer do Conselho da Província, que julgava idoso e doente o reformado. Por fidelidade a um simples texto de lei, o govêrno colocava assim na reserva o homem que abrira à civilização as portas de vasto mundo indígena. Não levaram as autoridades em consideração que a obra marlieriana estava por ser ultimada e que dificilmente se encontraria um Diretor à altura do substituído. Preferiu o govêrno ater-se à letra da lei a acatar o que era inspirado pelo espírito da mesma.

A decisão governamental foi recebida com júbilo pelos inimigos do civilizador, aos quais certamente agradava também o não ter sido êle contemplado com o ambicionado título de Barão do Rio Doce. Marlière, sem o querer, foi formando contra si, principalmente nos últimos anos de atividades à frente das Divisões e da Diretoria dos índios, pelos motivos que expusemos no correr do presente trabalho, êsse carregado ambiente de hostilidade. E nem a transferência do civilizador para a inatividade arrefeceu o ódio de seus

vigilantes inimigos. É o que se deduz, com meridiana certeza, dos documentos oficiais relativos aos indígenas mineiros, expedidos em 1830, 1831, 1832, 1833, 1834, 1835 e 1836, anos que se seguiram à discutida reforma. Nenhum dêsses relatórios, ofícios ou cartas, mesmo quando tratava das atividades passadas no setor da civilizção dos indígenas, se refere aos trabalhos de Marlière, preferindo mantê-los em formal esquecimento. E não é só. Nos monótonos relatórios dos Presidentes da Província, relativos ao mencionado período, e em relatórios de inspeção às Divisões do Rio Doce, há candentes alusões sôbre fracasso dos trabalhos de civilização dos indígenas, como se nada de notável tivesse sido realizado em favor do gentio nos três lustros imediatamente anteriores. Marlière é, nesses documentos, um desconhecido. Sua obra civilizadora também padece dêsse injusto ostracismo! Em vida, o civilizador teve, assim, oportunidade de sentir o pesado silêncio em que, por mais de setenta anos, seria mantida sua obra e constatar que o poder público era o mais ingrato dos poderes. Êste poder, via de regra, exaltava de preferência os poderosos, os senhores de vastos capitais ou fôrça política, os detentores de grandes parcelas de fôrça econômica ou militar. Esperar alguém que o poder público exaltasse preferentemente os que possuiam maior soma de méritos, os virtuosos ou os que de fato lutavam pela grandeza da Pátria, era esperar o irrealizável.

A notícia da reforma, embora esperada, foi recebia com pesar na Fazenda de Guidowald e, a partir da mesma, novos rumos se abriram à vida de seu proprietário, que "há muitos meses"

não podia sair do aposento por "doença chronica" (R.A.P.M., ano XII, pág. 601). Nem os preparativos para a passagem, em novembro, do comando das Divisões e da Civilização dos Índios ao Coronel do Exército Miguel Theotonio de Toledo Ribas (1), nem a possibilidade de futura reabilitação tiveram fôrças para alterar o ambiente instalado na Fazenda de Guidowald.

Começava, desde então, para Marlière uma vida em que o tempo era repartido entre a vida do lar, o repouso forçado nas moléstias, a leitura de periódicos e livros, as caçadas, os cansativos trabalhos da agricultura, as constantes visitas às aldeias indígenas e algumas viagens ao Sapé, para a busca de medicamentos, e a sítios e fazendas próximos, para a visita a amigos.

Apesar dêsse ritmo de existência, em que as pungentes recordações do passado se misturavam às tristezas do presente, Marlière não deixava de receber seus queridos indígenas e antigos dirigidos, os colonos e fazendeiros vizinhos, os escravos que o procuravam e os viajantes provindos de outras terras. Era comum vê-lo, ao cair da noite, assentado em rústica espreguiçadeira e rodeado de croatos e puris que se acocoravam pelos cantos da ampla varanda da Fazenda. A conversa girava em tôrno das plantações que uns e outros faziam, da troca de gêneros alimentícios e panos de algodão pela poaia ou da construção de novos ranchos para o melhor abrigo das famílias indígenas. Algumas vêzes, a conversa caia sôbre o aparecimento de uma onça ou serpente maior.

(1) Instalou seu Quartel no Arraial de São João do Madureira, que existiu entre Antonio-Dias-Abaixo e Alfié. O Arraial em questão deixou, há muito, de existir.

E não eram raros os dias em que Marlière falava a seus ouvintes sôbre a necessidade que tinham de aprender a ler e escrever, de evitar a aguardente, de fugir dos laços do branco ambicioso. Nas noites de lua cheia e tempo sêco, a palestra avançava até mais tarde e contava com a espirituosa participação de D. Maria Victoria, que não deixava de tratar de assuntos familiares e religiosos.

Fôsse de dia ou de noite, a Fazenda estava à disposição dos que buscavam algum medicamento ou auxílio de urgência. E não eram raras as oportunidades em que isso ocorria, porque farmácias e médicos não existiam em tôda a região. Marlière reunia em sua Fazenda quantos remédios podia obter e também era ali que se achavam com facilidade outros tipos de auxílios. Os medicamentos preferidos pelo civilizador provinham de fórmulas francesas, as de le Roi. Ao lado dêsses, figurava o Vomi-Purgante, cuja aplicação abrangia elevado número de casos, desde a simples gripe ou obstrução intestinal até os de intoxicação e febres malignas. Nos casos de ferimento ou assassinato, a Marlière recorriam igualmente para pedir amparo para as vítimas e prisão para os culpados. Os criminosos presos por êle seguiam sem demora para a sede do distrito da culpa e ali passavam à prisão.

Para os viajantes especialmente, reservava o benfeitor de indígenas carinhoso tratamento, pois conhecia, por experiência própria, o que eram as agruras de uma viagem a cavalo pelos caminhos ou "picadas" da Mata. Dona Maria Victoria acompanhava com entusiasmo e generosidade o marido nessa assistência aos hóspedes da Fazenda,

que saiam agradecidos a seus nobres hospedeiros. Durante sua permanência junto ao casal Marlière, o viajor usufruia de agradável conversação, boa mesa e boa cama, leitura de jornais (1) e de livros e seguro abrigo para as montarias.

Contudo, de quando em vez despontavam em Marlière explosões de irritação. Bastava às vêzes uma simples oposição a seus desejos para que perdesse, por momentos, a serenidade e apostrofasse com rudeza o interlocutor. Não era êle homem que agradasse ao primeiro contacto. Sua voz clara e sonora, com acentos de arrogância, espantava inicialmente os interlocutores, alguns dos quais não voltavam à presença do civilizador. Para admirá-lo e a êle dedicar amizade, era necessário conviver com êle, conhecer-lhe as qualidades e os sofrimentos, penetrar-lhe nos assuntos preferidos, que eram os da civilização dos indígenas, que êle, com pesar, via serem eliminados pelos brancos. Mesmo depois de afastado do comando das Divisões e da Direção Geral dos Índios seu predileto assunto era o dos filhos das selvas, seus queridos croatos, cropós, puris e botocudos.

Como de costume, o visitante era fidalgamente recebido à entrada do terreiro ou à escada da Fazenda de Guidowald e conduzido até a sala de visitas. Pouco depois, os hospedeiros lhe ofereciam, na ampla sala de jantar, água para banhar o rosto e os pés. Um forte café antecedia a refeição, que não deixava de ser regada com

(1) — Alguns números antigos do "Abelha do Itacolomy" e do "Universal", principalmente. O primeiro circulou de 14 de janeiro de 1824 a 11 de junho de 1825. O último era editado em Vila Rica e circulou entre 18 de junho de 1825 e 1842.

vinho e era trazida pelas mãos de Dona Maria Victoria. Marlière punha-se à cabeceira da mesa e procurava entreter o hóspede com instrutiva e amena conversação. Frutas da Fazenda vinham à mesa ao fim da refeição. O quarto do visitante tinha o costumeiro jarro com água colocado sôbre bacia de louça.

As qualidades de Marlière e de Dona Maria Victoria como hospedeiros ressaltam nesse trecho integrante do famoso relatório em que Manoel José Pires da Silva Pontes narra sua viagem, em 1833, desde Ouro Prêto à Capital da Província do Espírito Santo:

"Atravessei vargens e pequenas fazendas até a Aldêa do Morro (1), então o caminho passou a S. E. e a L.S.E. até Guido-wald. Comecei já da extrema desta Fazenda a receber affetos da hospitalidade do Sr. Coronel Guido T. Marlière que teve a bondade de mandar fazer muitas reparações em sua extensa testada. A recepção que me fes este Senr. consentanea com as preliminares civilidades que me fornecerão já no meo pouso no Presidio. As suas maneiras nobres, polidas e francas ao mesmo tempo, confirmarão logo a prevenção favorável em que eu vinha, de abrir a mais instructiva e interessante correspondencia.

Na mesma tarde teve elle a bondade de franquear-me todos os seus jornaes e seus escriptos, cuja leitura convenceu-me a um tempo da sabedoria de sua administração dos Indios: de sua philantropia e zelo pela causa desses infelizes;..."

(1) — Aldeia de Morro Grande, de há muito desaparecida.

"A conversação do sabio (1) a leitura e a colleção que foi formando das ordens e requisições à prol da colonização derão-me a necessaria indiferença pela tardança da tropa."

"Até o dia 22 (de março) nenhuma noticia havia da tropa. Entretanto a polidez e a charidade maternal de Mme. Marlière adoção meo azedume pelo retardamento, e incomodo que tenho dado aos meos honrados hospedeiros. Mme. Marlière, prevenindo minhas necessidades e gostos, já com regalos, já com a variação da leitura e já finalmente com mil encantos e agrados a meo filho tem adquirido direitos a minha gratidão e saudade". (R.A.P.M., ano IX, pág. 128 a 131).

A primeira referência documentada sôbre a presença de Marlière na Serra da Onça aparece no relatório que, em 24 de abril de 1822, dirigiu ao Príncipe Regente Dom Pedro. Nesse documento o desbravador revela ter fundado em 1818 uma "Cappela pa. os Indios ao pé da Serra da Onça, Fregza. do mesmo Presidio" (R.A.P.M., ano X, pág. 424). Dessa capela, não restaram vestígios e parece mesmo que teve existência precária, pois não voltou o desbravador a falar na mesma, que assim não participa dos últimos anos dessa acidentada vida. O mesmo, porém, não ocorre com sua fazenda.

A sede da Fazenda de Guidowald, onde nosso biografado viveu o ostracismo a que o relegaram, ficava em pequena elevação frente à planície que se lança pelo extenso vale que, descendo por

(1) — O narrador exagera evidentemente o grau dos conhecimentos de Marlière.

entre elevações, vai esbarrar adiante, na direção do sul, com os primeiros abruptos levantamentos da Serra da Onça. Era de pau-a-pique sôbre bases de pedra, possuiu larga varanda e apresentava boa solidez. Construira-a seu proprietário, ao lado do Quartel de Guidowald, não longe dos ranchos levantados para o aldeamento dos croatos (1) e a 220 metros abaixo da Cachoeira dos Pereiras, na margem esquerda do Rio Chopotó. Manoel Basilio Furtado, nome que honra a ciência em Minas no século XIX, assim a descreve: "pouco alta porem mto. longa e ... cituada em uma planicie estreita ... (R.A.P.M., ano XI, págs. 9 e 10). A seu lado, ficavam: o paiol, o moinho de fubá e a coberta para os carros de boi. Pendendo de uma das peças de madeira do telhado da Fazenda, existia um sino, que, no consenso dos antigos habitantes da região, servia para chamar os indígenas, os empregados e os visitantes para as refeições.

Nada mais resta, em nossos dias, dessa construção que abrigou Marlière, Dona Maria Victoria, o Cadete Leopoldo e a numerosa descendência dêste e que foi centro irradiador de civilização para extensa porção da Mata Mineira. Em 1905, da mesma se via ainda um esteio de baraúna, como testemunhou há pouco o octogenário Orozelino Joaquim Caetano.

Hoje, quem visita o bucólico e evocativo cenário da extinta Fazenda de Guidowald, cuja área era de 252 alqueires de terra de cultura e matas

(1) — Êsses ranchos estavam situados à margem direita do Rio Chopotó, nas proximidades da Cachoeira dos Pereiras.

e de 2 alqueires em pasto (1), se sente em face de outras realidades. Mesmo a bela paisagem natural sofreu profundas transformações em suas características. Não há mais matas na Serra da Onça, a erosão corroi o solo desnudo, o vale esta cortado de cêrcas e de trilhos, casas de tijolos e telhas se misturam a casebres de sapé e cobertas para o enresteamento de cebolas ou a secagem e encordoamento do fumo. Mais ao fundo do vale, vê-se em ruínas o pequeno cemitério a que recolheram o temido Hermenegildo, que outrora, segundo versão corrente, teria eliminado dezenas de homens na fazenda que fica pouco abaixo; à direita do vale e costeando-o, corre a estrada de rodagem ligando Ubá a Leopoldina. Em local vizinho àquele onde se encontrava a Fazenda de Marlière, está o monumento que, em 1928, levantaram para relembrar o civilizador que preferiu viver 23 anos entre indígenas e colonos a vivê-los no meio dos que se consideravam civilizados. Por detraz do Monumento, ergue-se tosco rancho de sapé e, à esquerda dêste, acha-se uma casa residencial de larga frente, boa construção e cercada de paiol e curral. Em frente à mesma e em tôrno do Monumento, vê-se considerável área plana livre, cortada pela estrada de rodagem. Mais à esquerda, na direção norte, levanta-se uma casa comercial com residência anexa e o prédio da Escola Rural.

A população do Guidowald atual, a Parada do Guido, é laboriosa e comunicativa, e, de modo geral, desconhecedora do que foi em verdade a

(1) Essas terras, em 1864, foram, no inventário de Leopoldo Guido Marlière, avaliadas a 55$000 o alqueire (Códice avulso 21 do Arquivo Público Mineiro).

vida e a obra daquele que apenas sabem ter sido Guido! E, assim, a memória do herói prossegue no ostracismo, que é apenas quebrado, de quando em quando, pela curiosidade de um pesquisador como Afrânio de Mello Franco, por sinal o primeiro biógrafo de Marlière, ou atenuado pelas indagações de algum viajante curioso e menos apressado que pára o automóvel e desce para ler as inscrições do Monumento, evocar os múltiplos trabalhos do civilizador, sentir as pungentes emoções que o sítio desperta e, finalmente, orar pelo eterno descanso daquele que, por amor aos indígenas, conheceu lutas, canseiras e desilusões.

Descida ao Túmulo

Não deixaram os familiares de Marlière qualquer documento esclarecedor da moléstia que vitimou seu pranteado chefe, nem registro oficial de óbito foi feito. Daí as dificuldades que se nos antepõem para determinarmos a respectiva "causa-mortis" e a necessidade que existe de recorrermos às fontes orais. E essas, cotejadas com os indícios achados na correspondência do civilizador e a idade final de Marlière, 67 anos — induzem o historiador a admitir tenham sido as conseqüências da malária, principalmente a anemia, a causa do falecimento daquele que D. Maria Victoria tanto amava.

O combate à malária era feito com cozimento de quinina bebido várias vêzes ao dia. Uma vez curado dos acessos febris da moléstia, o enfêrmo se achava reduzido a estrema fraqueza, e, quase sempre, inutilizado para sempre. É o caso de Marlière. Depois dos primeiros acessos de malária, em 1823, não teve êle mais saúde robusta e, em depoimentos significativos, foi dando notícias de sua rápida decadência orgânica, uma das causas primordiais de sua reforma em 1829.

Desde os primeiros dias de maio de 1836, tornou-se evidente que se aproximava o fim do grande lidador. A fraqueza que o acometia avançava a passos largos, não lhe permitindo sequer as-

sentar-se na espreguiçadeira ou conversar normalmente com os visitantes. Os remédios não mais atuavam e até a voz de Marlière começava a ceder. Nos últimos dias de vida, o enfêrmo pôs-se a lamentar seu estado e a revelar angústia em face da morte. Marlière fugia às normas que a si mesmo impusera e não tinha agora aquela indiferença com que dizia aguardar seu momento supremo. O insondável da morte, as realidades que começam além dos limites do terreno, a lembrança do passado, tudo se unia e se ampliava agora no espírito alquebrado de Marlière. A dolorosa agonia, entrecortada de soluços e gemidos, terminou na tarde do dia 5 de junho. O grande lutador acabava de ingressar na Eternidade!

Tão logo expirou êle, mãos piedosas e amigas fecharam-lhe as pálpebras, cerraram-lhe com pequena tira de tecido os maxilares e banharam-lhe o suado corpo. Em seguida, vestiram-no com a vistosa farda de Coronel e sôbre seu peito colocaram a medalha da condecoração que obtivera em 1824 do Rei Luís XVIII da França, a medalha de Cavaleiro da Ordem Real e Militar de São Luís (1). Estirado, a seguir, sôbre humilde catre, o corpo de Marlière tinha as mãos cruzadas sôbre o peito e, à sua esquerda, trazia a espada que tanto significara em vida para o corajoso lidador, agora inerte diante dos mesmos homens que ainda há poucos anos lhe admiravam a no-

(1) A carta e o hábito dessa condecoração foram consumidos em Mariana, no mesmo ano, pelo soldado que os deveria conduzir de Vila Rica ao Quartel da Onça Pequena. Marlière pediu em 12 de janeiro de 1825 ao Conde de Gestas, Cônsul-Geral da França no Brasil, uma segunda-via da carta de condecoração.

breza do porte, a ligeireza do andar e a marcialidade dos gestos. Na parede, pendia o tôsco crucifixo da família, enquanto ardiam, ao laço da cabeça do morto, velas que vieram do Sapé.

Assim composto, o envelhecido corpo passou a ser velado até que no dia seguinte (1), em meio a geral emoção, deixou para sempre o teto que foi carinhoso abrigo para o atribulado desbravador e o cenário de suas últimas e sentidas confidências e recordações.

A contristadora notícia da morte de Marlière correu célere pelos sítios vizinhos e distantes e à Fazenda de Guidowald iam acorrendo centenas de proprietários, colonos, indígenas e escravos acompanhantes de seus senhores. Durante tôda a noite, apesar do frio cortante que abatera sôbre a Serra da Onça, continuou a visitação aos restos que, dentro de horas, desceriam à cova rasa.

De tempo em tempo, nesse pungente velório, pessoas amigas da família em prantos traziam para os presentes, como era hábito na zona, canecas de café com biscoitos feitos na gordura de porco. Ao terreiro, desciam os que davam preferência à aguardente, trazida às pressas para atender à exigência de brancos, indígenas e negros, muitos dos quais passaram a noite acocorados em volta de pequenas fogueiras, ou deitados sob a coberta dos carros de boi.

A manhã do dia 6 rompeu com os picos da Serra da Onça cobertos de cerração. E, enquanto novos grupos chegavam a pé e a cavalo, deitado

(1) — Querem alguns que o sepultamento tenha sido realizado dias depois do óbito. Nada encontramos que justifique êsse ponto de vista.

sôbre o catre e envolto em branco lençol continuava o corpo gélido do lutador, cujas barbas, um pouco brancas e aumentadas, davam-lhe agora majestade maior do que aquela que tivera em vida. Junto, assentada em tôsco banco, continuava Da. Maria Victoria. Também ali estavam: o jovem Cadete Leopoldo, indígenas, amigos do morto e pessoas desejosas de ver a que estava reduzido o corpo de Marlière, que seus contemporâneos assim descreviam: era de estatura mais que mediana e boa compleição, tendo olhos azuis, cabeleira loura e basta, nariz grande e fino, queixo um tanto saliente, bôca regular, maçãs do rosto salientes, mãos também finas e porte militar. Os que não choravam, pelo menos lamentavam a morte do Coronel Guido.

Manhã cedo, dois indígenas, curtindo a saudade que já lhes dominava a alma, abriram na área do pasto, que seria pequeno cemitério, no alto do morro (1), em frente à Fazenda, a profunda cova que receberia os despojos do extinto. O serviço consumiu poucas horas e, afinal, a sepultura ficou em condições de receber seu morador.

À medida que as horas corriam, aumentava a opressão da família em prantos e o número de pessoas que vinham para participar do histórico sepultamento, que se faria sem a assistência de um sacerdote.

O cortejo fúnebre saiu à hora determinada. Não havia alas, porque êsse era o costume local e porque pequena era a distância entre a Fazenda de Guidowald e a sepultura. Junto à cabeça do

(1) — Morro que faz vertente para o Rio Chopotó e que fica à direita da estrada de automóvel que vai de Ubá a Leopoldina.

morto ia a sofredora Da. Maria Victoria. Em minutos, venceram-se os 100 metros da caminhada, morro acima.

Estava tudo agora preparado para depositarem o corpo na vala que o guardaria durante 92 anos. Era o momento extremo para a sensibilidade daqueles que, chorando, iam ver pela última vez o rosto do amigo e benfeitor! Minutos depois, torrões atirados pelas mãos amigas dos presentes começaram a cobrir o corpo inerte depositado no fundo da sepultura. A operação foi breve. Em pouco, a terra revolvida voltou a seu lugar, Marlière deixou de ser visto e os presentes com tristeza puseram-se a dispersar. O mais doloroso, ia, porém, acontecer: A tarde avançou, a noite veio e todavia uma criatura teimava em orar junto à sepultura que acabava de ser fechada. Era D. Maria Victoria, cujo amor ao marido a fazia esquecer de si mesma! Não fôsse a piedade e a enérgica insistência do Cadete Leopoldo, ela se teria deixado ficar ali por mais horas, até que a fadiga a vencesse e a razão lhe indicasse o regresso ao lar.

Sôbre a tosca sepultura que assim se fechava, as mãos generosas e maltratadas de D. Maria Victoria logo plantaram uma figueira (Ficus dolearia) na esperança de que a mesma, ao lado da cruz, indicasse, pelo tempo a fora, a sepultura daquele que não foi devidamente compreendido em seu tempo, mas amado da espôsa e estimado dos indígenas que aldeou, serviu e civilizou. Nem ao menos trinta anos haviam decorrido, quando a figueira, cujas raízes se alimentaram dos sais minerais do corpo de Marlière, foi substituída por uma grosseira cêrca de achas. Abateram a árvore

ou os "fazedores de deserto" ou os efeitos das terríveis faiscas elétricas que enchem de pavor o viajante colhido por tempestades na Serra da Onça.

Antes, porém, que a frondosa figueira tombasse, viajantes estrangeiros, segundo depuseram netos do extinto, a pretexto de recolherem testemunhos de seu patrício, profanaram, munidos de pás, picaretas e enxadões, a paz da conhecida sepultura e da mesma retiraram a medalha e a espada que jaziam sôbre o esqueleto de quem, na Eternidade, cumpria as decisões da Divina Justiça! Há vivos tão bárbaros, que não dão paz nem nos restos dos mortos! Tal profanação parece ter realmente ocorrido porque a espada e a medalha não foram encontradas junto dos ossos, quando, em 1927, Astolfo Soares os retirou da sepultura.

Querem, porém, outros que não houve profanação da sepultura, mas apenas tentativas de parentes franceses do extinto no sentido de transladarem seus ossos para a França, o que não teria chegado a efetivar-se diante da formal recusa por parte de Da. Maria Victoria. E comentavam: O amor dessa espôsa a seu marido foi, efetivamente, superior à morte, pois nem essa fez com que a atribulada viúva se esquecesse de seu chorado Marlière, e, já que não podia ter mais o espôso vivo, queria pelo menos que dentro de suas propriedades continuassem os ossos daquêle que havia sido o objeto de seu amor!

Monumento a Marlière

Em 1927, as pás, as picaretas e os enxadões, agora manejados por Astolfo Soares, morador na Serra da Onça, voltaram a bater secamente sôbre a sepultura de Marlière. Eram as pás, as picaretas e os enxadões dos homens de outras gerações e de outra mentalidade. Eram as pás, as picaretas e os enxadões que, para gáudio das Câmaras Municipais de Cataguases, Pomba, Ubá e Rio Branco, deviam fazer subir à face da terra os restos do civilizador para receberem êles agora as honras que, em outros tempos, obstinadamente lhe negaram os poderosos.

O trabalho de localização da sepultura não foi difícil, pois ainda vivia a geração que recolhera de octogenários e nonagenários indicações preciosas a respeito do local em que o corpo de Marlière estava guardado dos olhares curiosos.

As escavações avançaram pela terra a dentro e, em pouco, seu dirigente via bem recompensados os esforços que fizera. Ali estavam diante de seus olhos alguns ossos do grande lutador: o crânio e aquêles outros que resistiram a ação dos agentes do solo e da humidade; e, em meio dêles, botões de fardamento militar trazendo insígnias imperiais.

O cuidadoso agricultor tudo recolheu, encerrou em pequena urna e expôs ao exame das auto-

ridades municipais. E, por iniciativa do venerando brasileiro, o ex-Senador Levindo Eduardo Coelho, então Senador Estadual e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ubá, lavrou-se circunstanciada ata de reconhecimento dêsses restos, encaminhando-se o original da mesma ao Arquivo Público Mineiro.

Uma vez achados os restos de Marlière, impunha-se às gerações do presente dar-lhes guarda definitiva e condigna. Foi o que ocorreu em 13 de agôsto de 1928, na presença do Presidente do Estado, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, cuja comitiva ocupava dezenas de automóveis e era formada de Secretários de Estado, de Presidentes de Câmaras Municipais, de autoridades várias. Grande multidão estava presente. Nesse dia memorável para as terras de Guidowald, o conteúdo de uma urna era alvo da respeitosa homenagem dos presentes. Todos procuravam ver os restantes ossos de Marlière e, com reverência, saudar a memória do civilizador dos croatos, cropós, puris e botocudos. E, pela eloqüente palavra de Celso Porfirio de Araujo Machado (1), as gerações agradecidas dessa parte do Estado fixaram então o perfil do benfeitor dos indígenas e os contornos de sua magnífica obra, a final condignamente exaltada depois de um século de esquecimento, desprêzo e contradições.

Terminadas as palmas dos presentes, o Presidente Antonio Carlos Ribeiro de Andrada descerrou a Bandeira Nacional que envolvia o Monumento e o declarou inaugurado.

---

(1) — Na época, Deputado Estadual e Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco.

Com a palavra, Levindo Eduardo Coelho testemunhou, a seguir, aos presentes a autenticidade dos restos que ali se reverenciavam e que, minutos depois, eram transferidos às mãos do Presidente do Estado. O ilustre Andrada, num gesto muito seu e que emocionou os presentes, depositou reverente ósculo no crânio de Marlière e passou aquêle tesouro histórico a Antonio Lobo de Resende Filho, Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, para que êle o depositasse sob a base em que se erguia o Monumento.

Misteriosos desígnios da Providência fizeram-se então atuantes e verificaram os presentes que não estava ali nem ao menos um indígena para reverenciar a memória do benfeitor de seus ancestrais! Os brancos já se haviam encarregado da nefanda missão de exterminar as tribos beneficiadas por Marlière!

O monumento, sob o qual repousam os despojos do civilizador, está à margem da Estrada de Rodagem Ubá-Leopoldina, na planície em que outrora Marlière reunia croatos e puris para transmitir-lhes noções civilizadoras. É de mármore branco e tem a forma de um obelisco, cercado de pequena balaustrada de alvenaria. Foi preparado em Cataguases pela Marmoraria Muniz e custou a soma de 10:000$000, saldada pelas Câmaras Municipais aludidas. As lápides, que cobrem as faces do obelisco, contêm em alto relêvo as significativas inscrições:

Lado da Estrada de Rodagem:

"Á memória de Guido Thomaz Marlière, o desbravador das selvas e civilizador dos indios, abrindo es-

tradas e semeando núcleos de população, as Camaras Municipaes de UBÁ, CATAGUAZES, R. BRANCO E POMBA fizeram erigir êste monumento, simbolo de gratidão ao pioneiro do progresso de Minas Geraes. Inaugurado em 13 de Agôsto de 1928"

Na face do obelisco, do lado de Astolfo Dutra, município recentemente desmembrado do de Cataguases:

"Na colina em frente, existiu o cemitério de indios onde foi sepultado o grande patriota"

Na face voltada para Ubá e Guidoval:

"Neste sitio, Fazenda de Guidowald, existiu a casa de sua residencia"

Na face posterior:

"Falecido em 1836.
Transladadas para esta urna,
aqui estão guardadas suas cinzas"

A louvável iniciativa da construção do Monumento partiu de Levindo Eduardo Coelho, então Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ubá, e foi calorosamente aceita pelos Agentes Executivos de Cataguases, Pomba e Rio Branco, todos municípios amplamente beneficiados pela obra civilizadora de Marlière.

Religião de Marlière

Propositadamente, deixamos para êste final de biografia o exame das crenças e das manifestações religiosas de Marlière.

O assunto tem sido objeto de estudos e até de controvérsias. E, como se isso não bastasse, é êle complexo em si mesmo, motivo pelo qual o leitor só tem a ganhar conhecendo agora, depois das outras facetas dessa agitada vida, êsse assunto que, acima de tudo por sua natureza, define um homem, explica a razão de ser de suas atitudes e o exalta ou o rebaixa.

Os primeiros trabalhos sôbre o desbravador foram estudos sumários, mais de apologia que de crítica. Nessa categoria incluímos os de Manoel Basilio Furtado, João Lucio e Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz (1). Por isso, reconheceram no civilizador de indígenas qualidades de bom cristão e catequista.

Afranio de Mello Franco, por generosidade talvez, louvou também com largueza a vida e a obra de Marlière, mas sentiu necessidade de discutir certos aspectos dessa vida e dessa obra, inclusive a religião do desbravador. E assim con-

(1) O estudo do Conselheiro saiu na "Revista do Instituto Historico e Geographico Brazileiro", vol. XVIII, 1855, pags. 410 e seguintes.

densou o ilustre mineiro seu julgamento a respeito: "Marlière não era um agnostico, e muito menos um atheu, nem ímpio, como parece ter sido tomado pela suspicacia das autoridades portuguezas ..." (1) Concorde com êsse julgamento, pronunciâmo-nos em trabalho anterior (2) e assim emitimos nosso juízo:

"Essa divergência entre Marlière e alguns sacerdotes não parece, entretanto, ser conseqüência de oposição dotrinária como querem fazer crer alguns". "Discordamos, fundamentalmente, dêsse julgamento (o dos que julgam Marlière um opositor da doutrina católica)". E, a seguir, alinhávamos as razões pelas quais nos colocamos então ao lado dêsses estudiosos no que toca à religião de Marlière.

Estaríamos todos com razão?

Cremos hoje, em face de novos documentos e após análise mais profunda e ampla da obra de Marlière, que não. Errámos!

Com efeito, católico é aquêle que é batizado, crê e professa a doutrina de Jesus Cristo comunicada pela Igreja Católica Apostólica Romana. E nosso biografado longe esteve de satisfazer êsses requisitos indispensáveis à caracterização do fiel católico, tão admiràvelmente sintetizados acima em texto do "Catecismo da Doutrina Cristã". Se não vejamos.

Embora batizado, não possuia êle fé robusta. Aceitava o Batismo, como se subtende de seus

(1) "Guido Thomas Marlière — O Apóstolo das Selvas Mineiras", Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1914, pag. 39.

(2) "Visconde do Rio-Branco — Notas para sua História", págs. 43 e 44.

pronunciamentos, porque êste sacramento estava consignado como necessário nos planos das autoridades portuguêsas e brasileiras desejosas de ver civilizados os indígenas mineiros. De fato, exigiam essas autoridades que esforços se fizessem para o Batismo do maior número possível de indígenas; e Marlière não captaria a confiança dêsses responsáveis se não levasse a execução seu dever de arrebanhar indígenas para o grêmio da Igreja Católica. Eram, portanto, motivos humanos e não de fé os que impulsionavam o desbravador a agir em favor da administração do Batismo. Continuemos. Marlière promovia casamentos porque os mesmos tinham também seu aspecto social, servindo de base para a formação de novos lares. O amparo que dava à fundação das Capelanias de São Januário de Ubá, Sant'Ana do Sapé, Santa Rita da Meia Pataca e São Paulo do Manoel Burgo, do mesmo modo, obedecia mais a motivos de ordem política, militar e social que a razões de fé nas verdades proclamadas pela Igreja e apresentadas pela mesma como meios de salvação eterna. E tal amparo deve existir da parte de quem conhece o que é o esfôrço civilizador católico e deseja ser coerente com sua consciência. É questão de honestidade intelectual e longe está de ser a Fé. O envio de jovens indígenas aos estudos eclesiásticos, agora compreendemos, era feito porque para sacerdotes indígenas haveria maiores facilidades de penetração nas malocas e nas selvas, conseqüentemente maiores somas de triunfos em favor da obra de civilização que Marlière esperava levar a efeito até o fim de seus dias. Que tudo isso é verdade, no-lo dizem as significativas referências deixadas a respeito pelo próprio lutador. Em nenhuma

delas, expressa verdadeiros sentimentos de fé: apenas manifesta apoio a movimentos religiosos, sem contudo deixar explícito que admitia as verdades que os produziam ou eram por êles expressas. Além disso, ao envez de professar fé, punha-se entre militares e indígenas a expandir idéias chocantes em matéria religiosa. Manoel João da Fonseca diz textualmente e com conhecimento de causa, pois lidou com contemporâneos de Marlière: "O Coronel Guido Thomas Marlière era homem de idéias muito livres em matéria de religião" (1). Idêntico é o depoimento do Conde de Palma, Governador de Minas, em 1811: "... era assim muito livre em matéria de religião, e os seus repetidos e insensatos discursos neste objeto, tinham indisposto a maior parte das gentes contra si" (R.A.P.M., ano XI, pág. 15). Também expressivas são a êsse respeito as afirmações contidas numa representação de 1827, dirigida ao Imperador por numerosos habitantes vizinhos do Rio Doce e na qual se acusa direta e violentamente o Diretor-Geral dos Índios: "E como ha de este Director uzar de caridade com os povos se elle he homem de tal manra. que não segue a religião Catholica Romana, nem consta, que se confesse..." (R.A.P.M., ano XII, pág. 419). Diante de acusações tão explícitas, graves para seu futuro de Diretor, pois além de civilizar os indígenas devia promover a catequese católica dos mesmos, cumpria a Marlière pronunciar-se também explìcitamente, caso se considerasse um fiel da Igreja. Tal, porém, não aconteceu. Limitou-se êle a ladear as acusações formuladas contra

(1) — Depoimento recolhido por Afranio de Mello Franco, em seu mencionado livro.

sua pessoa, apresentando apenas prova de que não era ateu: os trabalhos que realizava em favor da Igreja por considerar seus missionários elementos preciosos à civilização dos gentios: "... 1.º que não he tão falto de religião quem fundou muitas Capellas em Minas, e acaba de concertar a dos Suppes em Antonio Dias..." (R.A.P.M., ano XII, pág. 423).

Ter-se-ia formado repentinamente em Marlière êsse clima arreligioso? Cremos que não, porque a perversão moral ou religiosa de um homem não é obra de rápida consumação.

Em criança, recebeu alguma formação religiosa católica como era usual entre as famílias francesas da segunda metade do século XVIII, apesar de já estarem em voga nas cidades as idéias dos enciclopedistas e de seus precursores. Mas, jovem ainda ingressou nos exércitos imperiais do desventurado Luís XVI, e, ao contacto diário com os vícios que imperavam no meio militar, foi afastando-se da prática religiosa. Êsse distanciamento atingiu o áuge quando Marlière se filiou aos exércitos da Revolução Francesa, que transmitiram, pela pressão de loucos agitadores, à história, a maior negação coletiva de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". Dessa maneira, sorveu o então jovem militar, em densas doses, as idéias materialistas da época. Para maior angústia sua, leu ao que insinuava, Voltaire e lhe admirava os gestos e as idéias, a ponto de dizer, em 7 de janeiro de 1825: "... até a minha próxima despedida deste grande Theatro, chamado Mundo, que tranquilo espero, como Vol-

taire, sem desejos, sem remorsos, e sem susto" (1). Leu também "Ponjsegur d'Alembert, Clairac e outros matadores de gente" (2) (R.A.P.M., ano X, pág. 609). Viu, além disso, de perto os crimes que, em nome da "Liberdade, se cometiam contra o clero e acabou tornado-se insensível a êles. Perdeu, finalmente, a pequena fé possuída e, pela vida em fora, não pôde deixar de viver misturando resquícios de formação católica com deformação anticlerical e materialista. Essa é a explicação mais plausível para os pronunciamentos arreligiosos de Marlière, porque a mais consentânea com os documentos, a tradição e a caridade que procurava manter dentro dos moldes cristãos.

Não há duvidar, pelo expósto, de que o civilizador estava mais próximo da heterodoxia do que da aceitação integral da fé no ensino da Igreja Católica. Contudo, não queremos, com o presente estudo, esgotar a possibilidade das explicações sôbre os verdadeiros sentimentos religiosos dêsse incansável desbravador das selvas. O porquê dessa reserva, nós o explicamos: Houve em Marlière, como existe em qualquer homem, um reduto impenetrável a qualquer análise humana absoluta: a alma. E pode ter acontecido, apesar de todos os pesares, que seus lábios não traduzissem o misterioso mundo de sua alma!

---

(1) — Segundo a tradição, Marlière assustou-se e entristeceu-se ao perceber que se avizinhava seu momento final.

(2) — É significativa essa alusão de Marlière a corifeus do enciclopedismo. Teria o civilizador reconhecido serem êles os responsáveis pelas torrentes de sangue que ensoparam o generoso solo francês?

Fundador de Cidades

Cabe a Marlière um outro título que se une aos de desbravador de matas e civilizador de indígenas para elevar, na História Mineira, o nome do pacificador dos botocudos: Fundador e benfeitor de cidades.

Êle o mereceu porque graças a seus esforços nasceram e cresceram as cidades e municípios de Visconde do Rio Branco, São Geraldo, Guiricema, Ubá, Guidoval, Cataguases, Muriaé, Miraí, Astolfo Dutra, Caratinga, Conselheiro Pena, Governador Valadares, Ituêta, Pocrane, Tarumirim, Resplendor, São Domingos do Prata, Mesquita, Marliéria, Antônio-Dias-Abaixo, Jaguaraçu e Peçanha.

Visconde do Rio Branco — A localidade surgiu, nos fins do século XVIII, nas regiões do norte do Sertão do Chopotó dos Coroados, então entregue aos cuidados missionários do Vigário de São Manuel da Pomba e Peixe dos Índios Coroados e Cropós, Pe. Manuel de Jesus Maria.

Após os primeiros aldeamentos de croatos, pela ação do mesmo sacerdote, que é o legítimo fundador de Visconde do Rio Branco, instalava-se ali a Aldeia do Chopotó. Pelos esforços do grande civilizador e de seus continuadores Pe. Francisco da Silva Campos e Pe. José Lopes

Meirelles, a nascente localidade cresceu, obteve capela maior e se tornou o Arraial de São João Batista do Presídio. Já existiam a esta altura, no arraial, brancos de várias procedências, Companhias de Ordenanças, Diretor de Índios, comerciantes de poaia, culturas organizadas de cana e cereais e grande número de indígenas civilizados.

Em agôsto de 1810, criava-se a Paróquia e trabalhava na mesma seu primeiro Vigário, Pe. Marcellino Rodrigues Ferreira. Pouco depois, agravaram-se na sede paroquial os incidentes que vinham envolvendo portuguêses truculentos e indígenas desesperados. E das queixas dêsses últimos resultou o envio de Marlière a São João Batista do Presídio.

O civilizador, agindo com firmeza e prudência, pacificou uns e outros e recebeu, em seguida, a incumbência de cuidar mais demoradamente dos indígenas croatos, cropós e puris que se espalhavam pela vastíssima paróquia de Pe. Marcellino. Daí por diante, pôs-se Marlière a contribuir notàvelmente para a paz nas terras presidienses e seu respectivo progresso.

O ambiente de ordem em que passou a viver a paróquia atraiu crecentes levas de forasteiros, que foram motivando o aparecimento, no território presidiense, de Sant'Ana do Sapé, Nossa Senhora da Encarnação dos Bagres, São Paulo do Manoel Burgo, Várzea do Presídio, São Januário do Ubá e Pôrto dos Diamantes.

Marlière, com seus esforços e sua prudência, contribuiu assim para o rápido progresso do Arraial e Paróquia de São João Batista do Presídio, mais tarde, Vila, Cidade e Comarca com o nome de Visconde do Rio Branco.

São Geraldo — A cidade de São Geraldo surgiu do primitivo povoado que se formou nas terras da Fazenda da Capela Velha, do português Diogo da Rocha Bastos, por volta do segundo quartel do século XIX. E os primeiros habitantes da região, então chamada Várzea do Presídio, vieram atraídos pela fertilidade das terras e pelo clima de paz que Marlière estabeleceu com o auxílio de Pe. Marcellino Rodrigues Ferreira e Cap. Gonçalo Gomes Barreto.

Na Capela Velha, bêrço de São Geraldo, ergueu Diogo da Rocha Bastos uma Capela em louvor de São José. Em face do crescimento da população, também ali se construiu um cemitério, em fins de 1831.

Com o advento da estrada de ferro e a construção de pequena estação, no mesmo terreno da atual, os habitantes deixaram, a partir de 1880, a Capela Velha e subiram para as terras que hoje formam a cidade e que, na metade do século passado, já possuiam a Fazenda do Caeté, de propriedade da Família Motta.

Guiricema — O nome primitivo de Guiricema foi o de Capela de Nossa Senhora da Encarnação dos Bagres.

O verdadeiro fundador da localidade foi o furriel José Lucas Pereira dos Santos, procedente dos Campos dos Goitacases (Campos, no Est. do Rio de Janeiro) e chegado com família e escravos à região do Rio Bagres, por volta de 1810. Logo formou grande fazenda e se pôs em contacto com os indígenas puris que ali vagavam.

Não tardou a entrar em incidentes com Marlière, que o acusava de atirar nos puris, viver com suas mulheres e explorar-lhes os serviços.

Em 1825, com a morte da espôsa, Tercsa Maria de Jesus, o Furriel constituiu o Patrimônio da Capela e possibilitou a formação da localidade.

Muito embora José Lucas Pereira dos Santos tenha obtido, pouco depois, por ato imperial, autoridade sôbre os puris, é certo que os mesmos foram aldeados em boa parte por Marlière, não só antes como também depois dêsse ato do Imperador. E por êsse motivo Guiricema ficou devendo a Marlière muito de seu progresso inicial.

Ubá — Nos fins do século XVIII, estendia-se ao Ribeirão do Ubá e suas margens a ação apostólica do Padre Manoel de Jesus Maria, que buscava aldear e catequisar os croatos da região e que é, legìtimamente, o fundador de Ubá ou, pelo menos, um dos cofundadores.

A presença do missionário nessas terras facilitou ao branco seu acesso às brenhas do citado território. E, a partir de 1797, brancos destemidos começaram a obter suas sesmarias de um e outro lado do Ribeirão do Ubá: Clara Eugenia Ferreira, José de Moura e Silva, Felizberto Antonio Leal, Joaquim Rodrigues dos Santos, Domingos Gonz. de Oliveira, Ildefonso Lopes Rozado, Antonio Jozé Ferreira Guimarães, Rita Ferreira da Purificação, Joaquim Jozé de Moura Bastos, Ventura Ribeiro Pinto, João de Oliveira Senra, Joaquina Maria de Jesus e Jozé Lopes Rozado (1)

Uma vez devassada a zona, para ela acorreram, no início do século XIX, levas de portu-

(1) — Códice S.G. 275 do Arquivo Público Mineiro.

guêses e brasileiros, alguns dos quais não tardaram a entrar em luta com os croatos. Apesar disso, a nascente localidade crescia e seus moradores se entregaram, em 1815, ao trabalho de construir a primeira Capela do Ubá, dedicada a Deus em louvor do mártir São Januário. A principal figura dêsse trabalho foi o Cap. Antonio Januario Carneiro e, para o triunfo do mesmo, Marlière, que acabava de chegar ao Presídio, ao qual pertencia o Ubá, ofereceu decidido apoio. O Pe. Manoel de Jesus Maria não teve a alegria de celebrar nessa Capela, pois havia falecido em dezembro de 1811.

A oportuna intervenção do civilizador garantiu triunfo à iniciativa do Cap. Antonio Januario Carneiro, surgindo em conseqüência a desejada licença de construção no alvará de 3 de novembro de 1815, do Príncipe-Regente.

Marlière continuou a visitar a nova e futurosa Povoação e a cuidar de que na mesma reinasse cordialidade entre brancos e indígenas, com o que São Januário do Ubá pôde prosperar tanto que, em 1853, arrebatava o título de Vila, outorgado, em 1839, a São João Batista do Presídio.

Guidoval — Nas viagens que realizava entre o Presídio e o Quartel de Guidowald, na distância de 5 léguas, Marlière teve necessidade de construir um pouso onde pudesse descansar juntamente com as montarias. O local escolhido para êsse pouso ficava às margens do Rio Chopotó ou Xopotó, e nêle Marlière ergueu um pequeno rancho de sapé. Pouco depois, chegava ao local, vindo de São Domingos do Prata, Manoel Ferreira da Costa. Acompanhavam-no espôsa e 9

filhos, sendo 7 varões, Vicente, Antonio, Manoel, João, Francisco, José e Delfino, e duas filhas: Sebastiana e Maria. Êsse primeiro proprietário na zona adquiriu terras e nelas ergueu sua residência, exemplo que não demorou a ser imitado por centenas de outros colonos.

Estava criado com a cooperação de Marlière o Arraial de Sant'Ana do Sapé, que ia crescer em tôrno de sua Igreja, até se tornar Paróquia, Distrito, Vila e Cidade. O Município foi criado pela Lei Estadual 336, de 27 de dezembro de 1948.

O Patrimônio da Capela, com 22 1/2 alqueires, surgiu de doações de Manoel Ferreira da Costa, Delfino Ferreira da Costa e João Ferreira da Costa e abrangia a localidade que se formava.

Os indígenas croatos, que habitavam o território de Guidoval, tiveram em Padre Manoel de Jesus Maria seu primeiro civilizador. E Marlière continuou essa meritória obra, atraindo-os ao Quartel de Guidowald ou a outros aldeamentos seguros.

O nome Guidoval, como é óbvio, foi dado a Sapé (antes Sant'Ana do Sapé) em homenagem à memória de Marlière e tirado de Guidowald, que, em alemão, significa Floresta do Guido. E a denominação Sapé teve por origem o rancho de *sapé*, que ali se levantou.

Cataguases — À margem esquerda do Rio Pomba, em terras pertencentes ao Sargento Henrique José de Azevedo e doadas ao Patrimônio da Capela, Marlière lançou, em 26 de maio de 1828, os lineamentos do Arraial do Pôrto dos Diamantes, que teria por Padroeira Santa Rita de Cássia e que seria, no futuro, Cataguases.

O fato foi narrado assim nas páginas do n.º 154 de "O Universal", publicado em 7 de julho de 1828, em Ouro Prêto:

"Na bella Estrada que abre a 3.ª Divisão do Rio Doce, desta Provincia aos Campos de Goytacazes, no sitio chamado "Porto dos Diamantes" em uma magnifica planicie doada pelo Sargento Henrique José de Azevedo, se acaba de erigir, com licença do Ordinario (1), huma Capella debaixo da Invocação de Santa Rita, filial da Matriz de São João Batista do Presidio, da qual dista dez legoas.

Confronta o terreno doado, ao nascente com o Ribeirão Meia-Pataca; ao poente com o Rio Pomba; ao N.S. com um corrego pequeno, que desagua no Meia Pataca; e pelos fundos, com o doador. A Estrada nova atravessa o arraial em linha reta. O Inspector delineou as ruas parallelas à estrada distante 50 passos de um e outro angulo da Capella, a qual fica no meio de uma praça espaçosa, que não tem a menor desigualdade."

Muriaé — Marlière, ao lidar com os puris, sentiu necessidade de aldea-los em ponto estratégico, que fôsse ao mesmo tempo útil a êles e à defesa da Província contra os avanços dos campistas que subiam o Rio Muriaé (2). E o desejado aldeamento surgiu oficialmente em 25 de maio de 1819, nas terras vizinhas à confluência dos Rios Robinson Crusoe e Sargento João do Monte, hoje Rio Prêto, formadores do Rio Muriaé.

---

(1) — O Bispo de Mariana.

(2) — *Muriaé* significa, em dialeto ou língua dos puris, *o que grita, chora ou se lamenta.*

Marlière se valeu para isso da cooperação do Sargento João do Monte Fonseca, empregado desde 1808 nas campanhas contra os botocudos do Rio Doce e, depois, comandante da 2.ª Divisão.

O nascimento da localidade, logo chamada São Paulo do Manoel Burgo, foi solenizado com a redação, em 3 de setembro de 1819, do importante documento de demarcação das terras destinadas aos indígenas, documento ao qual Marlière apôs sua assinatura.

Uma vez criado o novo aldeamento, Marlière pôs-se a beneficia-lo com a instalação de quartel, de moinho, de choupanas para os indígenas e de Capela dedicada ao Apóstolo São Paulo. Em seguida obteve a ida de Constantino José Pinto para dirigir os novos aldeamentos dos puris. E, além disso, conseguiu auxílios materiais do Cap. Gonçalo Gomes Barreto para obras no nascente arraial.

Miraí — Os indígenas puris que habitavam o território de Miraí foram civilizados por Marlière e seus colaboradores, motivo pelo qual o desbravador francês se colocou entre os primeiros grandes benfeitores da localidade, que se chamou Brejo de Santo Antônio e pertenceu ao Município de Cataguases.

Astolfo Dutra — Pôrto de Santo Antônio foi o primitivo nome da localidade, que nasceu em tôrno de aldeamentos croatos e puris, erigidos pela influência da ação de Marlière.

Caratinga — Marlière percorreu grande parte do território do antigo e vasto município de Caratinga, aldeando nêle tribos numerosas e fundando postos militares.

No Arraial do Cuieté, que mais recentemente passou ao município de Conselheiro Pena, o desbravador manteve a 6ª. Divisão e civilizou lotes de indígenas botocudos. A ação civilizadora de Marlière se estendeu às proximidades, a ponto de o Arraial não se prestar mais para presídio, porque os indígenas, que antes devoravam os fugitivos, passaram, depois de civilizados, a auxilia-los na fuga para a liberdade.

Na Barra do Cuieté, depois distrito, também se fez sentir a ação de Marlière, o mesmo acontecendo no território do atual município de Resplendor, então pertencente a Caratinga.

O distrito de Santo Antônio do Manhuaçu foi outra porção do território de Caratinga beneficiada pela ação de Marlière.

Conselheiro Pena — O território do município de Conselheiro Pena foi atravessado em diversas direções pelos homens de Marlière. E o civilizador fez localizar nêle nada menos que os importantes agrupamentos indígenas do Cuieté e da Barra do Cuieté. A penetração do branco nesse território e sua permanência dependeram diretamente da obra marlieriana.

Governador Valadares — A progressista cidade é a antiga Figueira do Rio Doce, à qual Marlière se refere em seus escritos.

No rico território do município, principalmente em Chonin, hoje distrito, o civilizador lutou para trazer ao meio dos brancos as tribos que ali vagavam. E, graças a êsse trabalho, os brancos puderam localizar-se na região e construir a localidade, cujo progresso a todos surpreende.

Ituêta — Êsse município, criado pela lei estadual 336, de 27 de dezembro de 1948, desmembrou-se do município de Resplendor. Suas terras, outrora cobertas de matas virgens e habitadas por botocudos, receberam os reflexos da obra de Marlière, que é, assim, um dos primeiros benfeitores do município.

Pocrane — A cidade de Pocrane ergue-se na margem do Rio Pocrane, tributário do Rio Manhuaçu, e nas terras outrora habitadas pelo serviçal afilhado de Marlière, o indígena Guido Pocrane. A localidade teve seus alicerces lançados por Marlière e seus colaboradores.

O progresso da localidade e de suas zonas rurais fê-los município pela Lei Estadual 336, de 27 de dezembro de 1948.

Tarumirim — Nas terras que seriam um dia do município de Tarumirim, Marlière localizou o famoso aldeamento do Bananal Grande, composto de indígenas botocudos, vastas plantações de gêneros alimentícios e cemitério indígena.

Graças a tudo isso, os brancos penetraram nesse território e nêle fizeram sua habitações e culturas e a sede de crescentes localidades.

Resplendor — A localidade surgiu às margens do Rio Doce e resultou da aglomeração de brancos e indígenas, logo depois da chegada de Marlière. Antes disso, alguns brancos haviam tentado estabelecer-se na região, mas tiveram que retirar-se em face das perigosas arremetidas dos botocudos, que assim procuravam vingar-se da guerra movida contra êles pelas autoridades da Província e da Colônia.

O município foi criado em dezembro de 1938 e instalado em 1.º de janeiro do ano seguinte.

São Domingos do Prata — O primitivo território dêsse município foi largamente percorrido por Marlière. Seus indígenas receberam a civilização através da obra marlieriana, o que possibilitou o progresso de tôda a região.

Nesse primitivo território, Marlière instalou o Quartel da Onça Pequena e aldeamentos que deram origem a Alfié, Babilônia e Jaguaraçu ou lhes possibilitaram o crescimento.

Mesquita — No Arraial do Galo, hoje Vila de Belo Oriente, do município de Mesquita, Marlière civilizou indígenas nacnenuques.

Marliéria — É a antiga Babilônia, do município de São Domingos do Prata. Pela organização administrativa e judiciária do Estado, decretada pela Lei 1.039, de 12 de dezembro de 1953, tornou-se cidade e sede de município de igual nome. Marlière esteve várias vêzes nas terras dêsse município em trabalho civilizador, base do progresso do mesmo. O nome Marliéria é homenagem ao desbravador francês.

Antônio-Dias-Abaixo — Marlière não só esteve várias vêzes nessa localidade como também civilizou os indígenas de parte do território do município. O famoso Pôrto das Canoas, tão citado pelo desbravador, ficava na confluência do Ribeirão da Onça Pequena com o Rio Piracicaba, em território de Antônio-Dias-Abaixo e em local hoje situado entre as estações de Sá Carvalho e

Ana de Matos, da Estrada de Ferro Vitória a Minas (1).

Jaguaraçu — As terras dêsse novo município, criado pela Lei Estadual 1.039, de 12 de dezembro de 1953, pertenciam, até essa época, ao município de São Domingos do Prata. Foram palmilhadas, em larga porção, por Marlière, que nelas instalou o Quartel da Onça Pequena. O local dêsse Quartel é hoje ocupado pela fazenda pertencente ao Sr. Alípio Moreira Pontes (2).

Peçanha — Nos chamados "Sertões do Pessanha", Marlière aldeou nacnenuques, formando com êles o Aldeamento do Ramalhete. O município não deixou, assim, de receber benefícios do civilizador, que ali manteve estacionada a 5.ª Divisão.

Jequitinhonha — Com a dedicada colaboração do Padre José Pereira Lidoro, Marlière civilizou os numerosos nacnenuques e malalis que vagavam nas terras dêsse município, colocados sob a jurisdição da 7.ª Divisão.

O zêlo dêsse sacerdote levou Marlière a auxiliar com entusiasmo os aldeamentos da então localidade de São Miguel. Na correspondência deixada a respeito, o civilizador louva o grande sacerdote e fala do que era seu apostolado nas 7 aldeias que serviram de fundamento para a atual cidade de Jequitinhonha e vizinhanças.

(1) — Trabalho de localização feito pelo estudioso da presença de Marlière na região, o engenheiro José Moreira Tôrres.

(2) — Idem.

Os Brancos Matam a Obra de Marlière

O trabalho civilizador de Marlière, porque baseado no amor ao indígena, trouxe os silvícolas de vasta área do território mineiro ao meio dos brancos e êstes, desgraçadamente egoístas, arrastaram-nos à morte. Infelizmente, os indígenas mineiros dessa fase do desbravamento foram chamados à civilização que procurava redimi-los e eleva-los, mas a ação dos aventureiros brasileiros e portuguêses tornou-os mais desgraçados do que eram quando caminhavam livres pelas selvas. Horroriza a consideração ao vivo do que eram as torpezas cometidas por êsses aventureiros que irrompiam incontroláveis, nos fins do século XVIII e no início do seguinte, nas matas mineiras, onde, segundo faziam crer, estavam livres da Moral para darem vasão a seus instintos em descontrôle. As expressões que saem da pena dos historiadores a respeito são rudes em verdade, porém jamais recordarão plenamente a negrura da alma dêsses renegados do Evangelho.

Não há fugir a essa brutal constatação, se se quiser permanecer fiel aos documentos e à tradição oral. Com efeito, uma vez atraídos à civilização que avançava pelos vales do Pomba, do Muriaé, do Doce e do Jequitinhonha, os indígenas passaram a desaparecer em escala que rubo-

riza, assusta e entristece o etnólogo e o historiador. Decorridos 70 anos, de 1811 a 1880, não mais existiam, por exemplo, croatos, cropós e puris nos distritos que êles ocupavam. E os botocudos, colocados em outras regiões, puderam apenas fugir de novo para as matas ou resistir por mais alguns decênios.

Quais teriam sido os instrumentos de que se servia o civilizado para desencadear o negro fenômeno que sepultou para sempre os ideais de amor ao indígena alimentados por Marlière e seus precursores e auxiliares?

Através de cinco meios principais o branco varreu de grande parte do território mineiro os primeiros senhores do mesmo: o trucidamento do indígena, a tuberculose, a aguardente, a sífilis e a varíola.

Cada um dêsses fatôres atuou ora isoladamente, ora em conjunto, mas sempre em profundidade tal que os vigários e sacerdotes das localidades onde existiam indígenas não puderam impedir o trágico desaparecimento das tribos.

Os brancos aventureiros antecederam o missionário e, nos fins do século XVIII e início do século XIX, atingiram o interior das densas matas que se estendiam pelas terras das bacias dos aludidos rios. Vinham sequiosos de encontrar ouro e pedras preciosas, fugidos da justiça ou desejosos de dominar novas terras, ou ainda querendo prear mulheres indígenas para com as mesmas praticar as maiores loucuras do sexo, como é o caso dos colonos Antonio dos Santos e Antonio Tomé, assim narrado por Marlière: os referidos "filhos de Serafim dos Santos, moradores na Applicação de São Januário do Ubá, tem por

ocupação abusarem das filhas e mulheres dos Indios coroados da mesma notavelmente do Indio Manoel Corrêa, que anda fugitivo da sua Aldêa com ameaças de morte e de facadas por parte dêles por causa de sua filha Luiza" (R.A.P.M., ano XI, págs. 184 e 185).

Poucos eram os brancos que aqui chegavam animados do bom propósito de cultivar honestamente as terras virgens ou de comerciar, em bases justas, plantas medicinais com os indígenas. Em conseqüência, levas de aventureiros não sentiam repugnância em vencer qualquer resistência do indígena, prostrando-o por terra com os tiros das espingardas chumbeiras ou com os golpes dos facões de caçadores. Essas persistentes matanças ocorriam mais comumente por ocasião dos ataques de indígenas aos pousos dos brancos ou, depois, em vingança dos mesmos. A gênese dêsses encontros sangrentos, em que os indígenas sempre acabavam vencidos e massacrados, estava nessa sucessão de fatos: Diante da penetração dos colonos e aventureiros, os indígenas, ciosos de seus direitos sôbre as terras que ocupavam, iam recuando para o interior e concentrando ódio contra os invasores; de quando em quando, agindo por instinto de defesa quando não por vingança, reagiam pela violência, incendiando roças, paióis e casebres e matando ou ferindo crianças, mulheres e homens; e o branco, assim atingido, julgava-se vítima e com direito a eliminar quantos indígenas ficassem a seu alcance.

E quais os castigos que a Justiça aplicava a êsses bárbaros assassinos de indígenas? Nenhum, di-lo indignado Marlière, em 11 de julho de 1825: "Ha 13 annos que grito aos sucessivos governos, contra os matadores, oppressores e invasores das

terras dos Indios nunca tive se não respostas evasivas. Devassas de encomenda, que não se verificarão, Ordens que ficarão sem execução... Não se enforcou hum só matador de Indios". (R.A.P.M., ano X, pág. 609). E nem se enforcaria! O interêsse que as autoridades superiores tinham pelo devassamento do território e a facilidade com que as autoridades inferiores se deixavam subornar paralisavam qualquer procedimento intentado contra colonos assassinos de indígenas ou o reduziam às menores proporções possíveis.

Outros aventureiros, menos bárbaros mas também perigosos, para atrair os indígenas e com êles estabelecer os indispensáveis contactos, se valeram da terrível atração que a aguardente exercia sôbre os silvícolas. A "pinga" era dada aos brasilíndios a qualquer pretexto, contanto que atirasse os indígenas nas mãos aventureiras. E, à medida que a embriaguez dominava os filhos das selvas, êles descobriam novos meios para obterem a bebida que os arrastaria à ignomínia e à morte. Nas bacias dos Rios Pomba e Muriaé, a poaia se tornou a moeda do ruinoso comércio, cujas arrasadoras conseqüências Marlière retratava com amargura nas seguintes passagens: "Em os arraiais frequentados pelos indios naturaes da paragem como Prezidio de São João Bapta., e Pomba, duas Sodomas q: vivem de roubos feitos aos Indios, q: pa. satisfazer aos preceitos da Religião, em os dias festivos vem bem vestidos, e sahem nús despidos pelos Taverneiros, q: são hum em cada caza, e os lanção depois de bebados na rua aonde morrem apopleticos, ou esmagados pelos Carros, e Cavallos dos passageiros (R.A.P.M., ano XI, pág.81). "Hé (a aguar-

dente) a peste das Aldeias, o meio infalivel de induzir os Indios a todo e qualqr. excesso de se matarem huns aos outros q.do estão embriagados, e de perderem o resp.to e subordinação a qm. os governa. São immensos os exemplos dos funestos eff.tos desta perniciosa droga. "— Os Indios a troca della dão mulheres e filhos, aos indignos contractadores" (R. A.- P. M., ano XI, pág. 83). "Renovar a prohibição de Vender nas Povoações de Indio... Aguardente aos mesmos, que mata mais destes infelizes, q: a peste: o principal negocio dos Taverneiros hé depois de bebados os despir e roubar de tudo quanto adquiriram pelo seu trabalho de homens e mulheres, e deixa-los nús no meio da rua." "No Prezidio composto de mais de 80 fogos (1) excepto S. João Baptista (2) tudo vende cachassa" (R.A.P.M., ano X, pág. 611).

A poaia (3) ou ipecacuanha (Uragoga ipecacuanha) (4) crescia naturalmente nestes sertões, à sombra das florestas e nos terrenos de grande fertilidade, que eram quase todos. Chegava pela quantidade a impedir o crescimento de outras plantas de igual ou inferior porte. Na composição química da raiz da poaia, nota-se a presença de um alcalóide, a emetina, justamente o princípio medicinal da espécie.

---

(1) — 80 lares constituídos.

(2) — Isto é, a imagem do Santo.

(3) — Segundo Von Martius, *poaia* é têrmo de origem indígena e resulta da contração das raizes *cipo* + *aiva* ou "raiz contra males".

(4) — Provém das expressões indígenas "ipe-caa-goene ou pequena erva das estradas".

Por seus enérgicos efeitos eméticos, encontrava grande emprêgo na rudimentar medicina da época. Para a mesma havia mercado certo e rendoso, embora fôsse de apenas 19$200 por arroba o preço médio da erva, em 1819. E os brancos aventureiros puseram-se a retirar quanta poaia, falsa ou verdadeira, lhes caia nas mãos, pouco se lhes dando que o preço disso fôsse a degeneração do indígena por meio da aguardente. Marlière, em ardentes passagens, exproba êsse comércio que põe a vista a pequenez moral dos aventureiros: "Há pouco o Cobrador ou aferidór mor da Camara de Marianna vendeo licença a todos os Fazendeiros e Poalheiros da Matta do Prezidio a Serra da Onça cheia de Aldeas de Coroados, q: eu tinha livrado da Praga dos Taberneiros pa. a venderem publicam. te (1) dizendo que com tal licença, eu não podia embaraçar a Peste... (R. A.P.M., ano XI, pág. 81).

Que a maior parte dos indígenas se entregava ao malsinado comércio, desde tempos anteriores a Marlière, no-lo confirma o apóstolo dos croatos, cropós e puris, o Padre Manoel de Jesus Maria: "... tem a mayor parte dos índios largado a Aldeia da Matris (o Pomba, hoje Rio Pomba) e se tem metido para os Sentros dos Mattos aprocurar arrancar Puayas que são raizes que produz os mattos do dito Certão que são medicinais, emuito procuradas, e porisso actualmente seguem neciantes aos mesmos índios para com Elles Negociarem as ditas Puayas." (R.A.P.M., ano III pág. 762).

---

(1) — Para venderem públicamente a aguardente.

Paralelamente a tudo isso, o branco foi disseminando entre os indígenas a tuberculose, a sífilis e a varíola. No interior das matas e nos aldeamentos, o organismo do indígena não havia travado ainda encontro com essas entidades mórbidas, cuja propagação era arrasadora no século XIX, não só porque não haviam sido encontradas drogas de combate apropriadas contra elas, como também porque eram precárias quaisquer tentativas de isolamento dos doentes e as vacinas antivariólicas poucos resultados ofereciam. Não possuia, portanto, êsse organismo desenvolvidas as antitoxinas próprias para enfrentar e debelar as infecções causadas pelas três aludidas moléstias, que então compareciam com altos índices no obituário da Mata Mineira. Não resistiu o indígena aos impactos dêsses elementos adversos. Sua mortandade generalizou-se com espantosa rapidez. Um exame das causas de mortes registradas nos livros paroquiais da zona é o bastante para remover qualquer resistência a essa afirmativa.

À tuberculose davam os primeiros colonos da Mata variados nomes. Ora a denominavam "tísica" ou "ética", ora a chamavam "branquela" ou "fraqueza dos bofes" e "doença-das-sete-paredes". Isso pouco importava e em nada diminuia a incidência do mal, que apavorava até pelo nome. Entre as Divisões comandadas por Marlière eram, por exemplo, frequentes os casos de tuberculose, como o dos soldados "Innocencio Ferreira, e Antonio Joze Gomes... ambos attacados de hemopthysis muito avançada..." (R.A.P.M., ano XII, pág. 570). Três causas principais, a julgar pelas condições de vida da Mata, contribuiam

para a disseminação dêsse mal entre os brancos e, de modo principal, entre os indígenas: a sub-alimentação, as intempéries e os excessos sexuais. A sub-alimentação reinava nos acampamentos militares, nos pousos dos forasteiros e nas malocas dos indígenas. As intempéries atuavam poderosamente naqueles que, pelo gênero de vida, tinham que ficar expostos a elas. E, completando a série de causas em foco, surgiam os excessos sexuais de brancos e indígenas excitados pelo álcool, pela promiscuidade e pela fraqueza das autoridades civis. E com que elementos podiam contar os boticários, cirurgiões-mores e curadores para enfrentar os ataques da tuberculose? Pràticamente, apenas com o isolamento dos doentes encontrados, com a quinina para debelar passageiramente a febre noturna das vítimas, com o leite de jumenta e óleo de capivara para infrutíferas tentativas de reconstituir as fôrças dos enfermos e com a queima das roupas e utensílios pertencentes ao falecidos de tuberculose.

A sífilis compareceu igualmente poderosa nesse trágico conduzir de indígenas para a morte. Os assentamentos de óbito das paróquias, em cujos territórios se desenvolveu a obra marlieriana, o testemunham com eloqüência, ao registrarem, em número elevado, casos de "feridas crônicas", "insucesso de parto", "paralisias", "cancro", "gálico", etc., atingindo crianças, homens e mulheres das tribos. Nesse sentido, é estarrecedora a comunicação que, em 27 de agôsto de 1825, Marlière fazia ao Presidente da Província: "Esta Colonia... formiga de mulheres que vivem de prostituição, não trabalhão, por que a proximidade dos Soldados das 4 Divisões quazi

concentradas no Rio Doce fornece o seu alimento; mas ellas tão bem não lhes poupão o galico..." "... mandei buscar hoje duas matronas da quellas e forão achadas pelo Cirurgião com provisão sufficiente de syphillitico pa. infestar hum Exercito." (R.A.P.M., ano X, pág. 628). E que havia para combater medicinalmente a sífilis? Apenas "garrafadas" de salsa, caroba, carobinha, barbatimão e paulista.

Com a "bexiga" ou varíola se fecha êsse rol das principais moléstias que o branco espalhou entre os indígenas da Mata, de modo especial nas aldeias do Rio Doce. Em alguns casos, como testemunhou Saint-Hilaire, brancos existiram que chegaram ao extremo de contaminar com o germe da varíola as quinquilharias que seriam entregues aos indígenas para assim exterminá-los com maior rapidez. Os cirurgiões-mores tentaram vencer a penetração dêsse mal com a aplicação do "humor vacínico", a vacina jeneriana, cujo aparecimento era recente e cujos efeitos nem sempre compensavam os esforços despendidos. A vacina em questão, trazida de Portugal, em 1804, pelos Marquês de Barbacena, que durante a viagem marítima, a foi conservando com sucessivas inoculações em escravos — era mal preparada, mal conservada e mal aplicada. De tempos em tempos, surtos mais fortes de varíola varriam as tribos, reduzindo-lhes os membros. Razões de bom quilate assistiam a Marlière para dizer, em 1826, que as "bexigas" "hé um presente, q' os Civilizados fizerão aos índios, q' as não conhecião" (R.A.P.M., ano XI, pág. 82)! E foram as bexigas que, em 2 de agôsto de 1827, o levaram a deixar

seu Quartel do Retiro para refugiar-se, por algum tempo, em Antônio-Dias-Abaixo. Do mesmo modo, motivos ponderáveis tinha Von Martius para sentenciar, em 1823: "Entre os índios, que não se associam com os imigrantes, não há vestígio algum de sífilis, sarampo ou bexigas; se, porém, lhes é levado o vírus, propaga-se o contágio dessas doenças com a máxima rapidez, e fàcilmente dá cabo dêles" (Pág. 351 da obra citada).

Diante do exposto, podiam as incriminadas gerações de brancos articular argumentos para buscarem eximir-se da pesadíssima responsabilidade pela supressão das tribos dos croatos, cropós e puris e pela sensível redução do contingente dos botocudos. Mas não conseguiriam elidir o juízo condenatório da História, que as responsabiliza pela morte dessas criaturas e da civilização que para as mesmas Marlière e seus colaboradores idealizaram e iniciaram em meio a tantos sacrifícios.

Marlière pacificou e aldeou tribos numerosas de indígenas, inclusive dos ferozes botocudos, estabeleceu a desejada paz entre uns e outros e entre elas e os brancos, abriu aos missionários e às autoridades o acesso a tribos antes consideradas inconquistáveis, como as dos botocudos. E o branco não aproveitou êsse gigantesco esfôrço para cimentar a obra de redenção dos indígenas. Com exceção dos missionários e de alguns desbravadores de boa-vontade, os conquistadores das tribos dos croatos, cropós, puris e botocudos as levaram ao aniquilamento. Melancòlicamente, somos, por isso, obrigados a proclamar que Marlière, sem o

desejar e sem o suspeitar talvez, atraiu os indígenas ao meio dos brancos para ficarem depois expostos, no decurso de uma operação que envolve de crepe sucessivas páginas da História Mineira no século XIX, a brutal morticínio! Não é pois sem motivo que pensamos: Se a Marlière fôsse dado voltar a nosso meio, êle nos interrogaria indignado: "Ó brancos malditos, que fizestes de meus indígenas? Caia sôbre todos vós, assassinos, o pêso da Eterna Justiça!"

Marlière e seus colaboradores sonharam com localidades de indígenas. Brancos de civilização européia substituiram essas localidades por cemitérios ou amontoados de ossos indígenas junto aos presídios, quartéis e aldeias!

Razões tinha, portanto, o Pe. Carlos Teschauer, S.J. para concluir melancòlicamente seus estudos sôbre o mundo indígena americano: "Pode-se dizer que a civilização européia mata o índio americano" (1)! Sim, a civilização levada ao seio das matas pelos aventureiros, pelos comerciantes e pelos militares mal formados moralmente!

B. Hte, 11. 8. 2003

(1) — "Os Naturalistas Viajantes e a Etnografia Indígena", Theodoro Sampaio, pág. 255, 1951, Livraria Progresso Editôra, Salvador, Bahia,

Algumas Fontes Consultadas

1 — "Guido Thomaz Marlière — O Apóstolo das Selvas Mineiras", Afranio de Mello Franco, ed. da Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 154 páginas, 1914;

2 — Livros de assentamentos de batizados, casamentos e óbitos das Paróquias de Sant' Ana do Sapé (Guidoval) e São João Batista do Presídio (Visconde do Rio Branco);

3 — "Os Naturalistas Viajantes e a Etnografia Indígena", Theodoro Sampaio, 1951, Livraria Progresso Editôra, Salvador, Bahia;

4 — "Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana", Cônego Raymundo Trindade, ed. do Ministério da Educação e Saúde, 1945;

5 — "Breve Notícia dos Seminários de Mariana", Cônego Raymundo Trindade, ed. da Arquidiocese de Mariana, 1953;

6 — "Composições Várias", Alexandre Herculano, 3ª. ed. Lisboa;

7 — "Pluto Brasiliensis", W.L. von Eschwege, trad. de Domício Figueiredo Murta, coleção Brasiliana, Cia. Editôra Nacional, 1944;

8 — "Viagem pelo Brasil" (tradução de "Reise in Brasilien", Munchen, 1823) de J. B. von Spix e C.F.P. von Martius, trad. de Lucia Furquim Lahmeyer, para o Institu-

to Histórico e Geográfico Brasileiro, Imprensa Nacional, 4 volumes, 1938;

9 — "Segunda Viagem ao Interior do Brasil" Augusto Saint-Hilaire, trad. de Carlos Madeira, Coleção Brasiliana, Cia. Editôra Nacional, 1936;

10 — "Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais", Augusto Saint-Hilaire, 2 tomos, trad. e notas de Clado Ribeiro de Lessa, Coleção Brasiliana, Cia. Editôra Nacional, 1938;

11 — "Revista do Archivo Publico Mineiro", Ouro Preto e Belo Horizonte;

12 — Códices do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte;

13 — "Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo", VI volume, anos 1900-1901;

14 — "Revista do Instituto Historico e Geographico Brazileiro", Rio de Janeiro;

15 — "Visconde do Rio Branco — Notas para sua História", Oiliam José, Ofs. Gráficas da Papelaria Império, Visc. do Rio Branco, Minas, 1952;

16 — "Fatos e Figuras de Visconde do Rio Branco", Oiliam José, Tip. Diocesana São José, Leopoldina, Minas, 1956;

17 — "Folha do Povo", semanário editado em Ubá, Minas;

18 — "Gazeta de Ubá", semanário que se editava em Ubá, Minas.

19 — "A Formação Histórica das Minas Gerais", Daniel de Carvalho, edição do Ministério da Educação e Cultura, 1957.

ÍNDICE

	Págs.
Introdução	11
Marlière em França e Portugal	17
Marlière na Prisão	23
Roteiro de Marlière	33
Mundo Indígena de Marlière	41
Precursores e Cooperadores	63
Obra Civilizadora	81
Marlière Atrai Sábios	107
Correspondência de Marlière	115
Nas Bacias dos R. Doce e Jequitinhonha	127
Vida Privada	145
Cadete Leopoldo	151
Ostracismo	163
Descida ao Túmulo	175
Monumento a Marlière	181
Religião de Marlière	185
Fundador de Cidades	191
Os Brancos Matam a Obra de Marlière	203
Algumas Fontes Consultadas	215